

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

DANIELA FERRUGEM

A RACIALIZAÇÃO COMO ESTRUTURANTE DA QUESTÃO SOCIAL: ENTRE SILÊNCIOS E
INSURGÊNCIAS NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL

Porto Alegre

2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

DANIELA FERRUGEM

A RACIALIZAÇÃO COMO ESTRUTURANTE DA QUESTÃO SOCIAL: ENTRE
SILÊNCIOS E INSURGÊNCIAS NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM
SERVIÇO SOCIAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito à obtenção do grau de Doutora em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Gershenson

PORTO ALEGRE

2022

DANIELA FERRUGEM

A RACIALIZAÇÃO COMO ESTRUTURANTE DA QUESTÃO SOCIAL: ENTRE
SILÊNCIOS E INSURGÊNCIAS NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM
SERVIÇO SOCIAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito à obtenção do grau de Doutora em Serviço Social.

Aprovado em ____ de _____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Beatriz Gershenson (Orientadora) – PUCRS

Profa. Dra. Magali da Silva Almeida – UFBA

Profa. Dra. Loiva Mara de Oliveira Machado – UFRGS

Profa. Dra. Monica de La Fare – PUCRS

PORTO ALEGRE

2022

Ficha Catalográfica

F398r Ferrugem, Daniela

A racialização como estruturante da questão social : entre silêncios e insurgências na produção de conhecimento em serviço social / Daniela Ferrugem. – 2022.

126 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Gershenson.

1. Feminismo Negro. 2. produção do conhecimento. 3. Questão Social. 4. Fundamentos do Serviço Social. 5. Racismo. I. Gershenson, Beatriz. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS	12
2 CAPITALISMO RACIALIZADO – RACISMO ANTINEGRO NO BRASIL	16
2.1 RAÇA COMO IDEÁRIO POLÍTICO-FILOSÓFICO.....	16
2.2 COMÉRCIO DE AFRICANOS ESCRAVIZADOS, CAPITALISMO E EXPROPRIAÇÃO DO TRABALHADOR	19
2.3 A VIOLÊNCIA DO RACISMO ANTINEGRO – GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA.....	36
2.3.1 Racismo antinegro – colonialismo, pandemia e questão social	36
3 PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO E HORIZONTES TEÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL	43
3.1 Práxis das Mulheres Negras – Produzindo Contra- Hegemonias	43
3.2 Pensamento Crítico Brasileiro – Mulheres Negras na Interpretação do Brasil	45
4 FUNDAMENTOS DE UM SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO – INTERSECÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA ESTRUTURAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL	57
4.1 A produção do conhecimento no Serviço Social - estamos formando assistentes sociais para atuação na sociedade racista, patriarcal, cisgêneroheteronormativa e intolerante religiosa brasileira?	57
4.1.2 Raça e Racismo Na Produção Do Conhecimento No Serviço Social Brasileiro ...	68
4.2 Violência do racismo antinegro no Brasil.....	71
4.2.1 Necro Estado – A Pandemia tem cor.....	89
4.3 Insurgência em negritude- resistências e afirmações	98
4.3.1 Formação de Assistentes Sociais Para Atuação em Uma Sociedade Hierarquizada Socialmente	103
4 A GUIA DE CONCLUSÃO– “AINDA ASSIM EU ME LEVANTO”	111
REFERÊNCIAS	114
Lista de Referências Utilizadas na Pesquisa Documental	123

AGRADECIMENTOS - ODE A QUEM VEIO ANTES

Agradecer é como uma prece silenciosa. Mais que o registro das palavras de agradecimento, é uma celebração a quem esteve presente na escrita, seja oportunizando condições afetivas e materiais para que o processo fosse possível, seja pavimentando o caminho, quebrando os pedregulhos para tornar menos tortuoso o trajeto para quem vem depois.

Assim, agradeço a minha mãe Elizabeth Motta da Silva, por estar presente e disponível para mim e nossa família. Mãe, te amo, te honro e celebro tua existência, carrego em mim parte de ti. Ao meu filho, amor da minha vida, que no dia 29 de junho de 2007 chegou ao mundo, de forma leve, rápida e sem quaisquer dificuldades, pragmático e resolutivo desde o nascimento. Neste dia renasci como mãe e, desde então, nossa trajetória tem sido de muito amor, parceria e desafio. Miro nos meus objetivos e espero acertar em uma caminhada que possa te possibilitar uma vida na qual seja possível tu te imaginares no lugar que desejares, esperançando e livre de medo. Um coração de mãe de menino preto sofre pequenos golpes cada vez que outra mãe preta chora no país que mata um jovem negro a cada 23 minutos, a dororidade nos atravessa. Que o racismo nunca seja capaz de apagar teus sonhos, meu filho amado, e que sempre tenhas consciência racial para andar firme, forte, altivo e capaz de levantar outros por onde passares. Nós por nós.

Deixo um afago carinhoso nas minhas sobrinhas, por quem nutro um grande amor, a admiração que sinto nos olhinhos de vocês me dá muita força. Laureen, Alicia, Alana, Benjamin e Manuela, a tia ama e é coruja mesmo. Que a vida de vocês seja plena e livre.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, por isso agradeço a oportunidade de ter meu doutoramento garantido por uma bolsa Capes, sem a qual não seria possível arcar com a mensalidade. Sempre tive compromisso com este investimento que os companheiros e companheiras da classe trabalhadora fizeram em mim e fazem nas universidades, mesmo que a imensa maioria nunca tenha tido a mesma oportunidade que eu. Tenho consciência de que minha escrita deve ser comprometida com um país livre de opressões de raça, classe, gênero, sexualidades, crenças religiosas e capacitismos. Que, inspirada por Conceição Evaristo, esta tese contribua para acordar a casa-grande de seus sonhos repousados na opressão.

A minha orientadora Beatriz, que segurou na minha mão e disse: “vamos”. Esteve comigo durante todo o processo, de maneira gentil, respeitosa e parceira. Nunca teve dúvidas de que seria possível, mesmo eu extrapolando todos os prazos. Sempre afirmou que eu tinha todas as condições. Assim, agradeço a Ori(entação), sem qual a travessia não seria possível.

À colega Loiva, com quem partilho trabalho, escrevivências e resistências na academia, sou porque tu és. Gratidão. Ao coletivo Aya, as marcas de nossas trocas permeiam minha escrita.

A UFRGS, meu espaço de trabalho, por me oportunizar gozar do direito ao afastamento que foi essencial para a execução da pesquisa. Aos colegas do CIPAS, obrigada por “segurar” parte do meu trabalho.

À amiga Alessandra Blando, grata por todas as trocas, confidências e partilhas de inseguranças ao longo do processo. As longas conversas via *WhatsApp* foram muito importantes.

Às mulheres negras que ousaram escrever, traduzindo este país e forjando estratégias de resistências, quebrando barreiras que pareciam intransponíveis e possibilitaram que hoje eu possa colocar esta tese escrivência no mundo. Minhas palavras são embebidas em Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Carolina Maria de Jesus, bell hooks, Angela Davis, Magali Almeida e tantas e tantas mulheres, que fizeram das palavras orais e escritas morada da memória, da história. Com suas existências em luta pela vida dos seus, elas levantaram este país. Apesar do sexismo e do racismo, pavimentaram um caminho de possibilidades para mulheres como eu. Peço a “bença” a quem veio antes e rogo ao sagrado por discernimento e firmeza nos passos, para que eu seja capaz de seguir tracejando possibilidades para quem vem depois.

ODE ÀS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS!

RESUMO

Esta tese se debruçou sobre a produção do conhecimento do Serviço Social acerca da racialização do capital e a apreensão desta angulação analítica na abordagem da questão social no Brasil, com a pretensão de adensar o debate da questão social que considere as particularidades da formação sócio-histórica brasileira, visando contribuir para as estratégias de superação das opressões raciais, de classe e gênero. O objetivo principal foi analisar até que ponto a angulação analítica da racialização do capitalismo contribui para a abordagem da questão social na produção de conhecimento em serviço social. Os pressupostos teóricos da teoria social crítica que ancoram a pesquisa valeram-se das contribuições do pensamento feminista negro em diálogo com a teoria marxista, que orienta ética e politicamente o projeto de exercício da categoria dos assistentes sociais. Para tanto, foi feita pesquisa documental e bibliográfica. Visou-se compreender as particularidades da conformação da questão social na realidade brasileira a partir da identificação das angulações analíticas com as quais a questão social vem sendo apreendida e problematizada pelo Serviço Social no Brasil, e como a questão da racialização vem se conectando à classe na sua apreensão. O corpus da análise foi composto por artigos veiculados em periódicos indexados a Scielo e Portal de Periódicos da Capes qualificados como qualis A1 e A2 na área. Utilizou-se a análise textual discursiva de Roque Moraes para apreender os discursos, interditos e sentidos atribuídos nos textos do corpus de análise. Os textos indicaram uma baixa circulação das pesquisas realizadas sobre relações étnico-raciais, raça e racismo nos principais periódicos da área, com uma concentração maior de publicações entre os anos de 2020 e 2021, que concentraram 43 do total de 51 artigos publicados nos últimos cinco anos. No ano de 2017, apenas 2 artigos foram publicados e, no ano de 2019, nenhuma publicação. Outra questão evidente, é que se pode inferir que o real – seja através da rica produção sobre a temática em teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso que têm despontado na última década, seja pela agudização da violência do racismo antinegro no Brasil – se impôs de maneira incontornável, forçando os periódicos a abarcar a temática, ao propor dossiês especiais sobre o tema. Foi o que um periódico fez no ano de 2020, publicando 32 artigos sobre a temática. Da análise realizada pode-se concluir que esta discussão não tem centralidade na produção científica que é socializada nos principais periódicos da área. Conclui-se que sequer a transversalidade proposta nas diretrizes da ABEPSS é operacionalizada. Portanto, com esta tese pretende-se, contribuir para a ampliação do debate da área sobre a questão social, adensando o referencial teórico crítico sobre a abordagem das desigualdades e resistências, tendo a raça enquanto base estruturante da questão social na particularidade brasileira.

Palavras chaves: Feminismo Negro. Produção do Conhecimento. Questão Social. Fundamentos do Serviço Social. Racismo.

ABSTRACT

This thesis focused on the production of knowledge of Social Work about the racialization of capital and the apprehension of this analytical angle in the approach of the social question in Brazil, with the intention of deepening the debate of the social question that considers the particularities of the socio-historical formation. Brazilian society, aiming to contribute to strategies for overcoming racial, class and gender oppression. The main objective was to analyze to what extent the analytical angulation of the racialization of capitalism contributes to the approach of the social question in the production of knowledge in social work. This theoretical doctoral study in Social Work is qualitative in nature. The theoretical assumptions of critical social theory that anchor the research made use of contributions from black feminist thoughts in dialogue with Marxian theory, which ethically and politically guides the project of exercising the category of social workers. To this end, documental and bibliographic research was conducted. The aim was to understand the particularities of the conformation of the social issue in the Brazilian reality from the identification of the analytical angles with which the social issue has been apprehended and problematized by the Social Service in Brazil, and how the issue of racialization has been connecting to the class in your apprehension. The corpus of analysis consisted of articles published in journals indexed to Scielo and Portal de Periódicos da Capes qualified as qualis A1 and A2 in the area. The discursive textual analysis of Roque Moraes was used to apprehend the discourses, prohibitions and meanings attributed in the texts of the corpus of analysis. The texts indicated a low circulation of research conducted on ethnic-racial relations, race and racism in the main journals in the area, with a greater concentration of publications between the years 2020 and 2021, which concentrated 43 of the total of 51 articles published in the last five years old. In 2017, only 2 articles were published and, in 2019, no publication. Another obvious issue is that it can be inferred that the real - whether through the rich production on the subject in theses, dissertations and course conclusion works that have emerged in the last decade, or through the exacerbation of the violence of anti-black racism in Brazil - if imposed in an unavoidable way, forcing journals to embrace the theme, by proposing special dossiers on the subject. This is what a journal did in 2020, publishing 32 articles on the subject. From the analysis conducted, it can be concluded that this discussion is not central to the scientific production that is socialized in the main journals in the area. It is concluded that even the transversality proposed in the ABEPSS guidelines is operationalized. Therefore, with this thesis, we intend to contribute to the expansion of the debate in the area on the social question, strengthening the critical theoretical framework on the approach to inequalities and resistance, having race as a structuring basis of the social question in the Brazilian particularity.

Keywords: Black Feminism. Knowledge Production. Social issue. Fundamentals of Social Work. Racism.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS	12
2 CAPITALISMO RACIALIZADO – RACISMO ANTINEGRO NO BRASIL	16
2.1 RAÇA COMO IDEÁRIO POLÍTICO-FILOSÓFICO.....	16
2.2 COMÉRCIO DE AFRICANOS ESCRAVIZADOS, CAPITALISMO E EXPROPRIAÇÃO DO TRABALHADOR	19
2.3 A VIOLÊNCIA DO RACISMO ANTINEGRO – GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA.....	36
2.3.1 Racismo antinegro – colonialismo, pandemia e questão social	36
3 PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO E HORIZONTES TEÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL	43
3.1 Práxis das Mulheres Negras – Produzindo Contra- Hegemonias	43
3.2 Pensamento Crítico Brasileiro – Mulheres Negras na Interpretação do Brasil	45
4 FUNDAMENTOS DE UM SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO – INTERSECÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA ESTRUTURAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL	57
4.1 A produção do conhecimento no Serviço Social - estamos formando assistentes sociais para atuação na sociedade racista, patriarcal, cisgenêroheteronormativa e intolerante religiosa brasileira?	57
4.1.2 Raça e Racismo Na Produção Do Conhecimento No Serviço Social Brasileiro ...	68
4.2 Violência do racismo antinegro no Brasil.....	71
4.2.1 Necro Estado – A Pandemia tem cor.....	89
4.3 Insurgência em negritude- resistências e afirmações	98
4.3.1 Formação de Assistentes Sociais Para Atuação em Uma Sociedade Hierarquizada Socialmente	103
4 A GUIA DE CONCLUSÃO– “AINDA ASSIM EU ME LEVANTO”	111
REFERÊNCIAS	114
Referências Utilizadas na Pesquisa Documental	123

1 INTRODUÇÃO

Durante o mestrado, pesquisei a denominada “guerra às drogas” e a manutenção da hierarquia racial. Preocupava-me a maneira como as políticas de combate ao narcotráfico foram organizadas e se sustentam como um estatuto belicista para controle dos corpos negros no Brasil. Agora, no doutorado, a minha questão gira em torno da contribuição do pensamento de mulheres negras para o Serviço Social.

As pessoas que me leem podem, então, se perguntar: por que a mudança de tema de pesquisa do mestrado para o doutorado? Afinal, frequentemente, o tópico de estudos escolhido para a dissertação nos acompanha também na tese de doutoramento. Mas, em verdade, minha trajetória não tomou um caminho necessariamente distinto. Em ambas as etapas acadêmicas, meu interesse repousa sobre os negros e negras no Brasil e a forma como o Estado racista tenta aniquilar suas vidas, ao mesmo tempo que estes sujeitos resistem e insurgem, sendo atravessados pela violência tanto da “guerra às drogas” quanto do apagamento e das barreiras impostas para o pensamento e a intelectualidade negra. Abdias Nascimento (2016) já afirmava que tais opressões são partes do processo de genocídio do negro brasileiro.

Meu ingresso no mestrado se deu com um projeto que objetivava compreender as repercussões da guerra às drogas na vida das mulheres negras. Com a pesquisa, entendi que a discussão no âmbito do Serviço Social estava um passo atrás, com pouco reconhecimento sobre o que significava de fato o racismo como fenômeno estruturante do Brasil, e menos ainda como isso determinava meu objeto de intervenção enquanto assistente social, embora não reconheçamos isso na categoria.

Como mulher negra, ativista e pesquisadora, senti-me convocada a olhar para a minha profissão e entender de que modo a discussão estava posta no Serviço Social. Compreender porque tal debate ainda parecia interdito, a despeito de tantas pesquisas robustas sobre o racismo no Brasil, apesar da empiria do real que se mostra, ainda que parcialmente, no trabalho cotidiano nas políticas sociais, em que os assistentes sociais são confrontados com a racialização da pobreza, do desemprego e da violência. Como não racializar a teoria – e, por consequência, a práxis – quando ao olhar para o real é plenamente verificável que o capital é branco, mas o sofrimento, as mortes dos jovens, o trabalho super precarizado e mal remunerado, o desalento, o cárcere e as maiores vítimas da covid-19 são negros?

Se estes dados e muitos outros que davam conta deste capital racializado que promove a superexploração e a morte estavam já substancialmente documentados e categorizados, disponíveis para consulta e apropriação para práxis, por que ainda são tão pouco debatidos no âmbito da formação e exercício profissional da categoria? Diante disso, entendi que não me interessava, neste momento, agregar informações a estes arrazoados estatísticos, ainda que sejam muito importantes e necessários sempre novos cruzamentos e variáveis. Em meio à pandemia, eu queria e necessitava tratar sobre a vida, a produção de vida e a intelectualidade negra, também como forma de romper com o epistemicídio e o apagamento que se experimenta historicamente no Brasil. Assim, esta é uma tese entranhada na e a partir da pesquisadora negra que estou me tornando.

A intensidade com que a precarização incide sobre a vida da trabalhadora e do trabalhador brasileiro requer muitas e novas análises. A violência do racismo antinegro ainda necessita de reiteradas e insistentes denúncias, e não me furtarei a isso. Contudo, nas leituras, nas conversas, no exercício profissional e nos incômodos que me acompanham na vida acadêmica desde a graduação, percebi que não me enxergava nos espaços profissionais, em mesas de congressos, artigos e livros nos quais a mulher negra é retratada como aquela que aparece na generalização dos números de desemprego, miséria e violência doméstica, apenas. Assim, eu precisava tratar da mulher negra como autora, protagonista, criadora, decifradora do Brasil. Precisava falar sobre a intelectualidade que resiste e semeia, apesar do poder destruidor do racismo e sexismo.

Uma aposta que tenta romper com o reiterado afiançamento de pensadores homens brancos que construíram uma leitura de Brasil endossante do mito da democracia racial, que durante décadas nos impediu do enfrentamento necessário da questão e da reparação ainda urgente da escravização. Ao nos calarmos, enquanto profissão, não estamos emparceiradas com o pacto do silêncio que permitiu a passagem da escravidão para a república sem qualquer interrupção do poder político e financeiro? Se me indigna e me entristece só ter sido convidada, durante a formação, a ler autores homens brancos e eventualmente mulheres brancas, como posso me furtar a esta discussão? Se não fossem pelas mulheres negras que acessam estes espaços colonizados de saber e poder e pautam esse tema, quem promoveria este debate?

As palavras que escrevo revelam a busca questionadora da pesquisa, mas, antes disso, a necessidade que eu tinha de lê-las. A necessidade de me encontrar no que lia, de teorias e lentes escuras para mirar a realidade, sem “esclarecimentos e norteamentos” para o que se ouve e, talvez por isso, se escreva. Apostando em escurecimentos da realidade e numa escrita bussolar pelo Sul é que estou guiando esta pesquisa e minha trajetória acadêmica.

Diante disso, a presente tese está carregada de mim, inscrita em mim e, portanto, escrita em primeira pessoa. Conhecimento afirmadamente situado, destoando do que li durante a maior parte da minha formação acadêmica. Este texto foi produzido num tempo histórico em que se frutificam mais abundantemente edições de livros e produções de mulheres negras para o grande público, à disposição de quem se interessar pelo Brasil diversamente crítico. Sem pretensão de universalismos, tais produções sempre existiram, mas não estavam tão disponíveis por conta de escolhas editoriais que renegavam autoras negras brasileiras, e por ausência de traduções de pensadoras racializadas estadunidenses, amefricanas e caribenhas.

Na busca pelo conhecimento, parto da compreensão de que a luta intelectual e a luta política não se separam. Ao contrário, são unidades da práxis, que sempre esteve presente e direcionou os movimentos negros brasileiros, contribuindo na estruturação de todas as lutas sociais importantes no Brasil – ainda que sem reconhecimento das elites ou em notas miúdas de rodapé da história. Por seu caráter potente, intelectual e sagaz, presto-lhes reverência e peço a “benção”, por semearam tanto no solo árido e hoje termos à disposição tantas produções que nos ajudam a interpretar, compreender e mudar o Brasil. Um pouco desta produção pungente e ainda pouco explorada no Serviço Social, na qual esta pesquisa se insere, apresento aqui em forma de diálogo respeitoso com o protagonismo e a ancestralidade, tecida em fios da minha história e fluxo reflexivo de pensamento, imersa na dimensão de existência ubuntu: sou porque nós somos, fomos e seguimos sendo.

Assim, amparada pelo pensamento feminista negro de bell hooks (2019), que convida para erguer a voz, reivindico a escrita que por muito tempo foi negada às mulheres negras, e que apesar disso (ou exatamente por isso) foi reconhecida e desejada como espaço de luta, invencionando um mundo, narrando um presente e romanceando o viver. Como espaço sagrado de uma oralidade repousada em

palavras escritas que foram negadas a minha vó, com quem também experimentei um quarto de despejo; que chegaram quase na adolescência para minha mãe e que já deixo de legado para meu filho, esta tese não tem qualquer pretensão de neutralidade.

Ao contrário, é uma escrita afirmada com o corpo todo, que não pretende “enxergar” o mundo – esta construção colonial tão limitada de sentidos. Deseja, isto sim, transportar para a escrita o ser/sentir/pensar/enxergar e sonhar o mundo. Uma textualidade que, por vezes, escapa às fronteiras das disciplinas. Para ser escrevivência, precisa ultrapassar as zonas fronteiriças, para responder e atender às urgências de uma epistemologia que considera a minha configuração de sujeita, de estar na sociedade, de se pensar um corpo coletivo insurgente e atravessado por outras mulheres. Multidão em mim.

Quero falar de vida, escrever a potência de vidas que acontecem em um país que gerencia a morte das pessoas negras. Tratar da presencialidade e do ineditismo do pensamento das mulheres negras, que se constrói em ato de luta e de esperança. Se é possível falarmos sobre racismo estrutural na contemporaneidade, em um país que se afirmava (e ainda se afirma) uma democracia racial, foi por audácia intelectual e insistência epistêmica das intelectualidades das mulheres negras, que sempre travaram uma luta crítica ao racismo e afetiva ao seus, mesmo com seus corpos escravizados.

Dessarte, compartilho com vocês um texto resultado de uma pesquisa intensa e comprometida, com a pretensão de apresentar e dialogar com um universo de representações de mundo colocada no pensamento de mulheres negras, reconhecendo nestas intelectualidades o corpo crítico, mulheres intérpretes de um Brasil, produções repletas de possibilidades de acesso para transformação social. Romper com a ideia de negritudes como lugar de ausências, de faltas, de sujeitos depositários de reflexões sociais e filosóficas, biológicas e antropológicas. Usuários de políticas públicas, pessoas que necessitam de tradutores de seu viver. Não! Trato de pretitudes de mulheres que traduzem o mundo, inventam-no e resistem, reconhecendo e forjando conceitos na realidade. Confrontando este lugar reservado na história tradicional, agarrando uma história ao revés, que nega o lugar subalternizado, carente, silencioso que sempre fora garantido para estas mulheres. Um texto práxis, que se performa escrita, mas se faz sentidos e lutas.

Quando nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de liberdade coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática. Com efeito, o que essa experiência mais evidencia é o elo entre as duas - um processo que, em última análise, é recíproco, onde uma capacita a outra (hooks, 2017, p.85-86).

O resultado desta pesquisa, também é exercício de autorrecuperação, que apresento nas páginas que se seguem. Refaço a seguir os itinerários metodológicos da pesquisa documental para que quem leia saiba os caminhos trilhados para chegar aos resultados reflexivos apresentados.

1.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Esta tese teve por objetivo principal de pesquisa analisar até que ponto se considera a racialização do capitalismo como angulação analítica para a abordagem crítica das desigualdades e suas formas de enfrentamento na produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil, afim de contribuir para uma formação e exercício profissional antirracista, antissexista. Já os objetivos específicos são os seguintes:

- a) Problematizar o capitalismo racializado considerando as particularidades sócio-históricas brasileiras.
- b) Discutir como as relações raciais vêm sendo consideradas na apreensão da questão social na produção do Serviço Social.
- c) Indagar como a abordagem das relações raciais estão sendo pautadas na produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro;

Tratou-se de um estudo teórico sustentado por pesquisa bibliográfica cujas fontes estão localizadas na base de dados Scielo e no Portal de Periódicos da Capes. Portanto, abarcará as revistas *Serviço Social e Sociedade* (A1), *Katálysis* (A1) *Textos e Contextos* (A1), *Argumentum* (A1) *Em Pauta* (A2) e *Ser Social* (A2), *Revista de Políticas Públicas* (A2) indexadas nas mencionadas bases de dados.

A escolha pelos periódicos como origem para a construção do corpus de análise se deu com o intuito de identificar o que se tem produzido e circulado de maneira hegemônica na categoria, entendendo que os artigos científicos publicados nestas revistas têm boa circulação na formação em Serviço Social em todo território brasileiro, por serem de acesso livre e disponibilizadas de forma digital, e na

articulação entre formação e o exercício profissional. Foram considerados os artigos publicados no período compreendido entre os anos de 2017 e 2021, abarcando a produção mais recente no momento da pesquisa para esta tese. Os critérios de inclusão adotados foram: periódicos indexados, revisado por pares, com avaliação A1 e A2 na área do serviço social, em língua portuguesa e disponível de forma online.

Se poderia antecipar que não haveria um grande volume de artigos, considerando as buscas realizadas para outras pesquisas e para fundamentar o exercício profissional. Diante dessa escassez, é importante compreender o que está sendo priorizado nesta discussão e que novas mediações são possíveis a partir da análise textual discursiva destes textos que compuseram o corpus da pesquisa. A análise dos dados será realizada a partir do processo de Análise Textual Discursiva de Moraes e Galiazzi a aposta para análise diz respeito a possibilidade do método de transitar entre análise de discurso e análise de conteúdo, permitindo apreensão dos textos sobre o conteúdo do que está escrito e do que está silenciado. Desse modo, os não ditos, os interditos e as entrelinhas são fundamentais para esta pesquisa. Já que os silenciamentos e o não ditos sobre a temática também informam sobre ela. O foco recairá sobre os enunciados e os sentidos que são atribuídos na leitura, considerando as questões norteadoras e guiadas pelos objetivos já anunciados.

A análise textual discursiva como ferramenta analítica, sistematizada por Roque Moraes e Galiazzi, consiste primordialmente em:

Uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso. Existem inúmeras abordagens entre estes dois polos, que se apoiam de um lado na interpretação do significado atribuído pelo autor e de outro nas condições de produção de um determinado texto. (MORAES; GALIAZZI, 2006, p.118).

Assim, com base em um conjunto de textos, foi desenvolvido um processo analítico, apreendendo possíveis sentidos e significados que emergem desta realidade concreta. (MORAES, 2003, p. 193). Como já mencionado, o corpus da pesquisa foi composto pelos artigos selecionados por critérios de inclusão, quais sejam: primeiramente publicações na área de Serviço Social; sobre a realidade brasileira avaliado por pares com indexação nos periódicos Capes ou Base Scielo; publicados nos últimos cinco anos (2017-2021). Os descritores utilizados de maneira separadamente foram: a raça, racismo, relações raciais, relações étnico-raciais e

questão racial. O corpus da pesquisa foi composto por 51 artigos. Inicialmente eram 62 artigos, mas 8 foram excluídos por não atenderem aos critérios elencados para estabelecer o corpus da pesquisa (retratam realidades estrangeiras e/ou não traziam a discussão sobre racismo, raça ou relações étnico-raciais com centralidade).

Os textos foram organizados e analisados a partir do programa para revisão sistemática *Rayyan* (*Intelligent Systematic Review - Rayyan*), que permitiu a primeira sistematização através da leitura de título, palavras chaves e resumo. Nesta primeira sistematização 8 arquivos foram excluídos: Um por não ser da área do Serviço Social, era um artigo sobre a teoria geral da administração, dois por não retratar realidades brasileiras e 5 por não trazer de maneira central a discussão sobre raça ou racismo, não constando nenhum dos descritores buscados nas palavras chaves, resumo ou título, presumindo assim a não centralidade da discussão pelos autores.

Após a organização inicial e a primeira categorização a partir das palavras chaves, agrupou-se os artigos por grandes temas, chegando-se a duas tendências teóricas desenvolvidas nos artigos. Uma primeira tendência diz respeito a violência do racismo, onde foram enquadrados os artigos que versavam sobre antinegritude, genocídio negro, violência, extermínio da juventude negra, encarceramento e guerra às drogas; e a uma segunda tendência que diz respeito a políticas de afirmação, onde se situam a discussão negritude, cotas raciais, ensino superior, trajetórias de mulheres negras, educação e resistências negras.

Buscando a construção dialética do conhecimento estas categorias foram discutidas ao longo de toda a tese, não estando a discussão sobre os achados da pesquisa situadas em um único capítulo. No entanto, ao longo do capítulo quatro realizou-se de modo mais sistemático o diálogo com produção com a produção do conhecimento na área do Serviço Social, socializada nos artigos encontrados, lidos exaustivamente, categorizados e analisados.

De modo geral, a intenção foi reunir um corpus de análise capaz de atender aos objetivos da pesquisa e responder satisfatoriamente à questão central. Com isso, problematizar significantes expressos nos textos e trazer à tona novas significações, uma vez que as palavras são a forma de organização do inconsciente coletivo (KILOMBA, 2019). Nas palavras de Moraes: “O pesquisador atribui a eles [os materiais analisados] significados sobre seus conhecimentos e teorias. A emergência e comunicação desses novos sentidos e significados é o objetivo da análise.” (2003, p.193).

O discurso, mais que o conteúdo, fala de um lugar político. Como afirma bell hooks (2019, p. 73), “Muitas vezes, quando a voz radical fala sobre dominação, está falando com aqueles que dominam. A presença deles muda a direção e a forma de nossas palavras. A linguagem é também lugar de luta”. Nesse enunciado, a autora nos inspira a reconhecer que, se o capitalismo é estruturado por um sistema de opressões, a linguagem, maneira pela qual estruturamos o sujeito, é lugar de disputa, por ser também ferramenta da manutenção das opressões.

Portanto, mais que o conteúdo, a repetição e a forma das palavras, é necessário atentar-se aos emissores, as escolhas, os interlocutores, a direção dos discursos. Se, assim como nos ensinou hooks, a fala é lugar de luta, que possamos adentrar esta arena cientes dos conflitos e atentas às violências. Afinal, “Essa linguagem que me permitiu terminar a pós-graduação, escrever uma dissertação, falar em entrevistas de emprego, carrega o cheiro da opressão” (hooks, 2019, p.73).

Deixo o convite para leitura – e espero que uma leitura incômoda, pois, caso contrário, não convidará à mudança. Almejo que esta tese gere interrogações que façam leitora, leitor e colegas assistentes sociais questionarem a fundamentação da profissão branca e calcada em valores europeus, interrogando nossas bases de fundamentação, de exercício profissional e de cânones. Uma leitura que lhes faça questionar, tal como Lélia González ao cunhar o pretuguês: “Cumé que é?”

2 CAPITALISMO RACIALIZADO – RACISMO ANTINEGRO NO BRASIL

2.1 RAÇA COMO IDEÁRIO POLÍTICO-FILOSÓFICO

Precisamos falar sobre raça e faremos isso utilizando o método dialético crítico. Obviamente, da perspectiva biológica, não existem raças diferentes na humanidade. Ainda assim, há uma hierarquização das pessoas a partir do constructo raça, uma falácia que justificou e justifica atrocidades desde a escravização até hoje, condensando-se no racismo estrutural que marca a sociedade brasileira. Estes dois fenômenos não só estão relacionados como são um processo de continuidade que aqui pretendo abordar parcialmente, elegendo a pretensa abolição como partida para uma discussão sobre a genealogia da raça e do racismo no Brasil contemporâneo.

A raça deve ser encarada como uma conceitu(ação). Dialeticamente, o conceito que oprime também foi tomado para denunciar a opressão e insurgir uma destruição dos mecanismos de supremacia branca que a raça estrutura. Diante disso, o que é a raça?

Não há exatidão do ponto de vista etimológico na definição, mas podemos compreender raça como classificação, diferenciação a partir de características físicas e biológicas, que diferem criaturas da mesma espécie, por exemplo. Mas, quando falamos sobre este conceito aplicado à humanidade, torna-se muito mais complexo. Para Silvio Almeida (2018), raça não é um termo fixo e estático e, portanto, tem seu sentido inscrito nas circunstâncias históricas, um conceito relacional e histórico.

Assim, raça seria mais que um conceito, constituindo um ideário político, filosófico e econômico que forneceria uma das bases de sustentação para o mundo capitalista. Esta universalização do homem branco construiu uma ordem hierarquizada pela supremacia branca, nos moldes conceituais de bell hooks (2020): a supremacia branca ou “cultura supremacista branca” não está ligada (apenas) à ideologia de pureza racial, mas a uma ideologia racista e colonial, a um sistema de opressão que se interrelaciona com o sistema patriarcal, imperialista, colonial e sexista na estruturação do capitalismo. Neste sentido, o racismo é parte constitutiva deste ideário.

O racismo engloba as ideologias racistas, as atitudes fundadas em preconceitos raciais, os comportamentos discriminatórios, as disposições estruturais e as práticas institucionalizadas que provocam a desigualdade racial, assim como a ideia falaz de que as relações discriminatórias entre grupos são moral e cientificamente justificáveis; manifesta-se por meio de disposições legislativas ou regulamentares, e de práticas discriminatórias, assim como por meio de crenças e atos antissociais; obstaculiza o desenvolvimento de suas vítimas, perverte aqueles que o praticam, divide as nações em seu próprio seio, constitui um obstáculo para a cooperação internacional e cria tensões políticas entre os povos; é contrário aos princípios fundamentais do direito internacional e, por conseguinte, perturba gravemente a paz e a segurança internacionais. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1978).

Tal ideário não se dissolveu com o fim do escravismo colonial. De fato, ele persiste e reifica as relações na atualidade. Em março de 2022, momento em que a tese foi escrita, o mundo assiste a mais uma guerra, com invasão de territórios, destruição e mortes de civis. A Rússia invadiu o país vizinho da Ucrânia. Muitos analistas tentam contar o que está acontecendo, prospectar cenários e informar o mundo. A cobertura é parcial e racista. Noticiada como um conflito armado do século XXI, parece apagar os conflitos contínuos e cruéis na Faixa de Gaza, no Afeganistão e em países africanos.

Apesar do esforço para isolar este conflito do seu tempo histórico, de geopolítica global, ainda assim o racismo desponta escancarado. Em entrevista à BBC, o ex-procurador-geral adjunto da Ucrânia David Sakvarelidze se disse comovido com o que tem visto na guerra. “É muito emocionante para mim, porque vejo europeus com cabelos loiros e olhos azuis sendo mortos todos os dias com mísseis de Putin, seus helicópteros e seus foguetes” (TUBAMOTO, 2022).

No domingo, dia 27 de fevereiro, o apresentador de origem inglesa Peter Dobbie afirmou:

Essas são pessoas prósperas, de classe média. Obviamente, não são refugiados tentando fugir de áreas como o Oriente Médio, que ainda estão em estado de guerra. Essas não são pessoas tentando fugir do Norte da África. Eles se parecem com qualquer família europeia que você poderia ter como vizinhos. (TUBAMOTO, 2022).

Na rede CBS, o correspondente estrangeiro Charlie D’Agata referiu: “Isto não é o Iraque ou o Afeganistão... Esta é uma cidade relativamente civilizada, relativamente europeia” (2022). A cobertura do conflito a partir de comentários

supremacistas brancos, xenofóbicos e racistas se proliferam. Além disso, há muitos vídeos e denúncias nas redes sociais sobre a negação de condição de refúgio para pessoas negras que vivem e trabalham na Ucrânia, que estão sendo impedidas de embarcar nos trens que levam a população para Polônia, numa hierarquização para o embarque pela cor da pele.

O racismo estrutura o capitalismo e o histórico desprezo do mundo com os povos africanos e os não brancos é bastante conhecido. Ainda assim, é chocante ver externalizados pensamentos despididamente e violentamente racistas, que denotam a comoção seletiva pela situação das pessoas brancas, reconhecendo sua humanidade pela cor da pele e dos olhos. Ao mesmo tempo, o desprezo explícito pelo sofrimento da população negra e não branca, assim como pelos povos do oriente médio – ambos afetados pelo cenário de guerra que se instalou. Em síntese, os não europeus não são “merecedores” de comoção, inclusive é esperado o ataque a estas pessoas, já que não são uma “típica família europeia que poderia ser sua vizinha”.

As redes sociais como o *Twitter* têm colaborado para uma cobertura menos parcial e racista. A conta oficial da presidência da Nigéria, país de origem de cerca de 4 mil nigerianos que vivem na Ucrânia, em sua maioria estudantes, publicou:

Seja por evidências em vídeo, relatos de fontes primárias e de pessoas em contato com funcionários da diplomacia nigeriana, há infelizes relatos de policiais e oficiais de segurança ucranianos que se recusam a permitir que nigerianos embarquem em ônibus e trens em direção à fronteira Ucrânia-Polônia. (HEGARTY, 2022)

Esta guerra é, como todas, vil. Estar atenta a todas as nuances que cercam este conflito é necessário, evitando a dualidade típica de nosso tempo, entre mocinhos e bandidos. Não cabe nesta tese uma análise detalhada do conflito. Além de não ser o tema, estão ausentes as pretensões para realizar este debate com a profundidade que merece. No entanto, é necessário trazer o pano de fundo desta pesquisa, datada e situada em seu tempo histórico, de pandemia global e guerra na Europa, além dos conflitos que se arrastam no Oriente Médio e em África.

O racismo, como uma ideologia, não diz respeito tanto a ações individuais de racismo, mas a uma estrutura racista. Nesse sentido, Silvio Almeida, refere ser importante entender que o racismo, enquanto processo histórico e político, é também “um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e os afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais” (ALMEIDA, 2018, p.

49). Além disso, é importante compreender a função da ideologia para manutenção da estrutura racista, como um maquinário de produção discursiva de um inconsciente coletivo que perpetua os ideários da raça e do racismo, uma ideologia que se baseia na superioridade branca e na inferiorização de todos os não brancos. Dessa forma, a ação dos indivíduos, ainda que conscientes, “se dá em uma moldura de sociabilidade dotada de constituição historicamente inconsciente” (ALMEIDA, 2018, p. 50).

É importante notar, entretanto, que indivíduos que cometem atos racistas devem ser responsabilizados. Embora seja estrutural e não se encerre nas condutas individuais, como define Almeida (2018), o racismo não exime os indivíduos de suas ações. Conforme aponta Frantz Fanon (2008) em “Peles negras Máscaras Brancas”, o racismo é uma chaga da humanidade e, portanto, é preciso que analisemos como ele se apresenta em cada experiência social, nas representações, nas políticas de Estado e nos modos de analisarmos os fenômenos sociais e a própria sociedade.

Cabe salientar que partilhamos da concepção de que o racismo criou a raça, e que a racialização está na base do capitalismo. No entanto, para fins de organização teórica, nesta tese centraremos nossas análises a partir do Brasil pós-abolição, visto que o período anterior e o escravismo estão bem documentados por uma brilhante historiografia brasileira. Ainda assim, faremos algumas notas sobre o período escravista, puxando fios sócio-históricos, econômicos e conjunturais que nos ligam ao Brasil pandêmico de 2022.

O racismo enquanto estrutura pode atingir todos os sujeitos não brancos. Por isso, é importante frisar que tratarei aqui mais detidamente sobre o racismo antinegro no Brasil, que reserva particularidades. O ódio racial contra pessoas negras, envernizado de democracia racial, tem sido responsável por um genocídio sistemático, ininterrupto e diário, se misturando ao cotidiano das cidades e disfarçando-se de violência urbana, sem que este debate ultrapasse sequer as trincheiras de lutas dos movimentos negros. A morte sistemática dos cidadãos brasileiros pretos e a negação deste flagrante condição colocam o Brasil em uma situação particular no mundo. Nesse cenário, é possível compreender o conflito racial percorrendo a história da escravidão à pandemia.

2.2 COMÉRCIO DE AFRICANOS ESCRAVIZADOS, CAPITALISMO E EXPROPRIAÇÃO DO TRABALHADOR

Tomando por base a contribuição de Abdias Nascimento, para iniciarmos este diálogo “Devemos, assim, começar examinando o maior de todos os escândalos, aquele que ultrapassou qualquer outro na história: a escravização dos povos negro-africanos” (2016, p. 57).

A escravidão é um fenômeno tão antigo quanto a própria história. No mundo inteiro, desde a mais remota Antiguidade, da Babilônia ao Império Romano, da China Imperial ao Egito dos Faraós, das conquistas do Islã na Idade Média aos povos pré-colombianos da América, milhões de seres humanos foram comprados e vendidos como escravos. Provinham de todas as regiões, raças e linhagens étnicas, incluindo eslavos (designação que originou a palavra “escravo”) de olhos azuis das regiões do Mar Báltico. (GOMES, 2019, p. 25).

No entanto, o tráfico, o cativo e a escravização de seres humanos dos países da África para as américas modificaram de forma drástica esta história:

Nada foi tão volumoso, organizado, sistemático e prolongado quanto o tráfico negreiro para o Novo Mundo: durou três séculos e meio, promoveu a imigração forçada de milhões de seres humanos, envolveu dois oceanos (Atlântico e Índico), quatro continentes (Europa, África, América e Ásia) e quase todos os países da Europa e reinos africanos, além de árabes e indianos que dele participaram indiretamente (GOMES, 2019, p. 25-26).

Cabe mencionar que o “Brasil foi o maior território escravista do hemisfério ocidental” (GOMES, 2019, p. 24). O escravismo durou três séculos e meio, período em que o país recebeu 5 milhões de pessoas escravizadas, cerca de 40% do total de 12,5 milhões de pessoas escravizadas e embarcadas para a América. Já Moura estimou que tenham sido 10 milhões. De qualquer modo, a estimativa é “incompleta e ideologicamente comprometida” (MOURA, 2013, p.149), tendo em vista que quanto mais fiéis fossem os registros, mais documentado estaria o maior crime da humanidade. As estimativas com as quais trabalhamos são oriundas de esforços de historiadores e pesquisadores, ainda que o pensamento corrente seja o de apagar esta parte da história sem qualquer reparação.

A escravidão moderna, definida por Moura como “Modo de produção que surgiu com o mercantilismo e a expansão do capitalismo, sendo um dos elementos constituintes básicos da acumulação primitiva do capital” (2013, p. 149), esteve presente durante a maior parte da história do Brasil. É importante diferenciar este

processo de outros sistemas de escravidão, já que a presença de pessoas escravizadas na Europa, por exemplo, não constituiu um sistema escravista naquele território, ao contrário do que se verificou nas colônias. Por isso, alguns estudiosos denominam o fenômeno de escravismo colonial.

O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, e o que mais recebeu africanos sequestrados e escravizados. Todo o seu território contou com o trabalho compulsório de pessoas escravizadas, desde as plantações na área rural até os portos nas cidades. Alencastro (2018) aponta que as primeiras embarcações desembarcaram em 1550 e as últimas na década de 1860, quase 30 anos após a proibição do comércio escravagista, estimando-se que 4,8 milhões de africanos desembarcaram obrigados em solo brasileiro. Alencastro (2018, p. 56) complementa a situação do comércio de africanos escravizados, afirmando que o Brasil

Foi ainda a única nação independente que praticou maciçamente o tráfico negreiro, transformando o território nacional no maior agregado político escravista americano. Consubstancial à organização do Império do Brasil, a intensificação da importação de escravos africanos após 1822 explica a longevidade do escravismo até sua abolição, em 1888.

O autor aponta que o primeiro desembarque se deu em Pernambuco, no ano de 1560, mas o ano geralmente considerado para início do tráfico é 1550. Não há exatidão para o fim do escravismo, já que se estima que “6900 africanos escravizados ainda tenham sido desembarcados no país entre 1851 e 1856” (ALENCASTRO, 2018, p. 56). Isso a despeito do comércio ilegal de pessoas escravizadas ter sido encerrado legalmente em 1850.

O escravismo criava seus próprios mecanismos de estagnação econômica e social internos e era estrangulado externamente de forma quase completa pelo polo de poder da Metrópole. O latifúndio escravista (mesmo nas regiões da pecuária) era, por essas razões, a forma fundamental de propriedade substantiva do sistema. Instalou-se até 1850 no Brasil, nacionalmente, com particularidades regionais e históricas, o modo de produção escravista, em toda a sua plenitude, até quando não é mais possível a reposição a população escrava. (MOURA, 1994, p 52).

A Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queirós, estabeleceu medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império. A promulgação desta lei estava relacionada, sobretudo, às pressões do império britânico

para a extinção da escravidão no país. Em 1807, o comércio escravagista foi abolido pelo governo inglês, que a partir daí iniciou uma campanha para o fim do tráfico internacional de pessoas escravizadas. Posteriormente, em 1815 e 1817, foram assinados dois acordos entre o rei da Inglaterra, Jorge IV, e D. João VI.

O Tratado Anglo-português de 1815 proibia qualquer comércio fora dos domínios portugueses e acima da linha do equador. O funcionamento das comissões mistas estabelecidas em Freetown (Serra Leoa) e no Rio de Janeiro foi regulamentado pela Convenção Adicional de 1817. O acordo previa que os africanos emancipados ficariam a cargo do governo de onde a comissão estivesse sediada, que lhes garantiria a liberdade e os empregaria como "criados ou trabalhadores livres". O estatuto dos africanos no Império português foi definido pelo alvará de 26 de janeiro de 1818, que os tratou por "libertos" e fixou o tempo de catorze anos de trabalho compulsório para que pudessem gozar "do pleno direito da sua liberdade". Reiterava-se, assim, o princípio de que os africanos precisavam se preparar, não estariam aptos à liberdade. (MAMIGONIAN, 2018, p.73).

De acordo com Mamigonian, no ano de 1822 o Brasil tornou-se independente e os acordos perderam a validade, já que haviam sido assinados entre os governos britânico e português. Entretanto, uma das exigências da Inglaterra para o reconhecimento da independência brasileira foi a proibição da importação de escravizados no Brasil. O Tratado Anglo-Brasileiro, assinado em 1826, proibiu todo o comércio de pessoas escravizadas para o Brasil e manteve as comissões mistas, quando entrou em vigor em março de 1830. (MAMIGONIAN, 2018). Os navios apreendidos durante o patrulhamento da costa brasileira pela Royal Navy Britânica e julgados pelas comissões mistas, quando condenados resultaram na libertação dos homens, mulheres e crianças sequestrados nos navios. Além da longa e insalubre viagem do Continente Africano ao Brasil, os africanos tinham que aguardar o julgamento dentro dos navios. Tal situação prolongava o cárcere e o sofrimento – por consequência, muitas pessoas não resistiam e iam a óbito.

No dia 7 de novembro de 1831, foi promulgada no Brasil a lei que, após ser regulamentada pelo decreto de 12 de abril de 1832, deu amplos poderes às autoridades judiciais para reprimir o comércio de pessoas escravizadas e declarou livres todos os africanos sequestrados e trazidos para o território brasileiro. Porém, este decreto não foi capaz de encerrar o tráfico. Ao contrário, fortaleceu o comércio ilegal, por conta da baixa do preço cobrado pelos africanos escravizados na África e pela demanda da grande lavoura cafeeira, aliados à falta de uma vontade política e

efetivo controle e repressão do comércio tornado ilegal, sempre imoral e desumano. Desse modo, a lei de 1831 foi comumente conhecida como “lei para inglês ver”.

Em 1834, as negociações para a reexportação não avançavam e o tráfico voltava a crescer. O ministro da Justiça, Aureliano Coutinho, determinou a arrematação (e mais tarde a concessão) dos serviços dos africanos e africanas livres para instituições e pessoas "de reconhecida probidade e inteireza". Trabalhariam em troca de alojamento, alimentação, vestuário e cuidados de saúde, além do pagamento de um "aluguel anual" que nunca foi revertido para eles. A Casa de Correção, instituição prisional moderna baseada no princípio da reabilitação por trabalho, centralizaria, a partir de então, o recebimento dos africanos novos e sua distribuição. Muitos africanos trabalhavam nas obras da própria Casa de Correção, que ficava numa chácara nos subúrbios da corte. (MAMIGONIAN, 2018, p. 74)

Tendo como marco do fim do tráfico de pessoas escravizadas fixado em 1850, o escravismo pleno inicia sua crise com particularidades em cada região do país. A Lei Áurea decretando a abolição foi assinada em 1888, para atender à pressão externa. Naquele período, a escravidão estava em franco declínio, após inúmeras fugas, rebeliões e alforrias compradas por abolicionistas negros. Segundo Moura (1994), concomitantemente a esses acontecimentos, desenvolveu-se um processo de modernização sem mudança social em diversos aspectos da sociedade escravista.

Quando dizemos, na nossa elaboração teórica, *modernização sem mudança*, queremos afirmar que em determinada sociedade houve um progresso econômico, tecnológico, cultural e em outras partes e níveis da sua estrutura sem uma modificação que a isto correspondesse nas suas relações de produção, ou seja, na sua infraestrutura. Desta forma, se, de um lado, a sociedade acumula, assimila e dinamiza aquilo que o desenvolvimento material, científico e tecnológico criou e aperfeiçoou, do outro lado, as relações entre os homens no processo de trabalho continuaram atrasadas e correspondentes a um estágio anterior e inferior ao da estrutura que avançou. Todo o suporte fundamental da sociedade fica, desta forma, em desarmonia com o desenvolvimento da outra parte que se modernizou. (MOURA, 1994, p 52, grifos do autor).

As relações capitalistas se desenvolveram no Brasil associando o arcaico escravagismo com modernização. O progresso econômico, tecnológico e cultural não chegou para a imensa maioria da população. A população de escravos “libertos” foi tardiamente incorporada na mudança, privada por décadas do exercício do trabalho formal e da escolarização, por exemplo. Somente no ano de 1960, com a expansão

do sistema público de ensino, uma parte da população negra pôde acessar a escola, expansão interrompida com o golpe civil-militar de 1964.

Livres, mas não libertos, africanos e africanas ainda foram submetidos ao trabalho forçado, sem salário. Com o comércio ilegal, as pessoas trazidas à força eram consideradas livres pela lei, mas ficavam sob a guarda da casa de correção e trabalhavam em troca de alojamento, comida e vestuário – direitos que lhes deveriam ser garantidos pelo país que considerava ilegal o tráfico, mas que, na prática, criminalizava a vítima deste horrendo crime. Navio negreiro desde 1550; senzala de 1550 a 1830; casa de correção em 1834. Favelas no Brasil República e presídio em 2022. Como diz a música do grupo O Rappa, “Todo camburão tem um pouco de navio Nегreiro” (TODO, 1994).

2.2.1 Pós abolição, eugenia e mito da democracia racial

Desde 1888, a lei proibia que pessoas negras fossem tratadas como posse no Brasil, mas a construção de que eram inferiores por conta de sua descendência e fenótipo persistia, inclusive sendo fortemente disseminada entre a elite intelectual. Sem um apoio legal que justificasse a hierarquia racial, outra maquinaria foi utilizada para manter e legitimar a hierarquia racial, bem como a desigualdade de acesso a terras, riquezas produzidas e cidadania no Brasil. Para tanto, a pseudociência racista foi primordial, principalmente a eugenia, que teve berço na Europa e encontrou solo fértil em terras brasileiras.

Inicialmente pensada para melhorar plantações, logo a ideologia eugênica passou a ser considerada para os seres humanos. Distanciando-se de seu aspecto técnico e científico, a ideia se desenvolveu como pensamento ético-político. O termo eugenia foi criado por Francis Galton em 1880, baseado na teoria de Charles Darwin, seu primo. Galton idealizava a sociedade perfeita, livre de males que para ele eram inatos, como a miséria. Em sua concepção, bastava que pessoas “boas e ricas” deixassem mais descendentes, tal como na teoria da evolução, que naquela época tornou Darwin um dos cientistas mais conhecidos e respeitados.

Durante muito tempo o Brasil foi reconhecido como um país miscigenado, um “espetáculo das raças” (SCHWARCZ, 1993), onde a mestiçagem teria criado uma relação racial harmônica. É como representante deste país mestiço que João Batista

de Lacerda, na época diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, foi convidado a participar do I Congresso Internacional das Raças, ocorrido em julho de 1911.

Na ocasião ele apresentou a tese: “*Sus les métis au Brésil*”. Sua visão era clara e direta. Em suas palavras, “O Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução” (LACERDA apud SCHWARCZ, 1993, p.11). Através de imagens e reproduzindo um pensamento corrente das elites brasileiras, Lacerda apresentou seu argumento de que o Brasil deixaria de ser miscigenado a partir de um processo de branqueamento, para o qual seria necessário em torno de 100 anos.

Uma das imagens apresentadas no congresso foi a reprodução da pintura “A Redenção de Cam”, tela do pintor Modesto Brocos (1852-1936) que faz referência à maldição de Cam e de sua descendência¹. Nessa obra, o artista retratou uma senhora negra descalça sob um chão de terra, erguendo as mãos para o céu em agradecimento, ao lado sua filha com traços mais branqueados segurando um bebê branco, com cabelos mais claros. Ao lado, sentado na soleira da porta, mais bem trajado e de pés calçados, há um homem branco com uma fisionomia satisfeita, com os pés sob um chão com piso. Ou seja, uma mãe negra agradecida aos céus por ter recebido um neto branco. Uma família negra em redenção através do branqueamento.

Não me deterei na análise da simbologia desta obra, pois está bem documentada na historiografia brasileira, como no livro “O Espetáculo das Raças”, de Lilia Schwarcz. Para a autora, os que viajavam ao Brasil chocavam-se com a mistura de raças, e adjetivavam de forma negativa o que viam dos brasileiros:

Observado com cuidado pelos viajantes estrangeiros, analisado com ceticismo por cientistas americanos e europeus interessados na questão racial, temido por boa parte das elites pensantes locais, o cruzamento de raças era entendido; com efeito, como uma questão

¹ O título da tela do pintor Modesto Brocos (1852-1936) é uma referência à maldição de Cam e de sua descendência, como relata o texto do Gênesis, IX 20: “Noé começou a praticar a agricultura e plantou uma vinha. Bebeu vinho e se embriagou, ficando despido dentro da tenda. Cam, o antepassado de Canaã, viu a nudez do pai e foi contar aos dois irmãos que estavam fora. Mas Sem e Jafé tomaram o manto, puseram-no sobre os ombros e, caminhando de costas, cobriram a nudez do pai. Como estavam de costas, não viram a nudez do pai. Despertando da embriaguez, Noé ficou sabendo o que fizera o filho mais novo e disse: “Maldito seja Canaã! Que se torne o último dos escravos de seus irmãos”. (SILVA, 2011).

para a compreensão dos destinos dessa nação (Schwarcz, 1993, p.13-14).

Mas, para compreender tal dinâmica, é preciso resgatar as condições do nascimento do Estado nacional e as suas bases de sustentação, mencionando qual o ideário político econômico que deu origem à república no Brasil:

a partir de setembro de 1822, inicia-se a formação de um novo Estado nacional, que se pretendia soberano, independente e liberal, mas que, sobretudo, moldou a escravidão à sua constituição, adaptando os significados da palavra liberdade de acordo com seus interesses. A aparente contradição entre a independência política e a manutenção do escravismo num contexto de profundas mudanças sociopolíticas no quadro Atlântico torna fundamental entender que Estado é esse e, principalmente, as formas pelas quais os assuntos relacionados à escravidão foram tratados (SANTOS, 2007, p.103).

Era aparente a contradição entre um novo Estado independente e o velho escravismo como base econômica e social, num contexto de profundas mudanças ao redor do Atlântico (SANTOS, 2007). O Brasil ainda seguia ligado à nação de Portugal; seu território mais parecia uma junção de pequenos territórios, cada um com uma relação com a metrópole, desejos e requisições para o país agora independente. No entanto, o escravismo era a base de sustentação dos interesses das elites. O Estado nacional foi cimentado pela expropriação dos negros brasileiros e africanos. Um cimento tão resistente que supera os grandes eventos históricos que transformaram este país, de colônia a república, de ditadura a governo democraticamente eleito, e segue quase intacto até os dias atuais.

Os senhores de escravos aproveitaram o processo de modernização e, ao mesmo tempo, de dependência para manterem os seus privilégios de classe e sobreviverem à passagem do escravismo tardio para o trabalho livre. Ficaram na dependência dessas forças econômicas modernizadoras. Mas ao mesmo tempo, conseguiram estabelecer táticas de manipulação política para, de um lado, apoiarem esse processo modernizador-subalternizador, mas, de outro, conservar os seus interesses e privilégios que tinham como suporte as relações arcaicas no campo, no caso a permanência da escravidão ou, com o seu término, a conservação dos interesses das oligarquias latifundiárias que constituíam a classe senhorial. A passagem da escravidão para o trabalho livre não afetou por isto os interesses dessas oligarquias, pois, ao perderem os escravos, muitos deles já onerosos por serem membros de um estoque envelhecido, continuaram com a posse de terra, símbolo econômico e social do poder. E essa tática apelou para uma solução alternativa que

permitisse a essa oligarquia continuar na posse de terra: a vinda dos imigrantes. (MOURA, 1994, p.57-58).

Em tese, a passagem da monarquia para a República se fez sem alterações nas relações sociais senhoriais, as elites detentoras do poder e dos meios de produção seguiram as mesmas. Este período histórico necessita de um intenso e rigoroso trabalho que não faremos nesta pesquisa por não ser nosso objeto, para compreender melhor as forças, o jogo político e o ideário do período. As pesquisas citadas acima trazem importantes análises, assim como tantas produções historiográficas de mulheres e homens negros.

O Estado nacional pautado pelos interesses da classe dominante entendia como problema a questão dos negros libertos. O governo executou a abolição sem compromisso com seu povo negro, como se fosse possível encerrar sem embaraços um processo de intensa desumanização dos negros que perdurou por quase 400 anos por decreto. Não houve qualquer ressarcimento pelo tempo de trabalho escravo, nem uma reparação com a devida restituição das terras que estes trabalhadores tornaram produtivas e sob as quais as elites escravistas enriqueceram. Não houve a necessária reforma agrária até hoje. Inclusive, a alternativa adotada para não manter a estrutura oligárquica e racial foi estimular a imigração branca. Foi estimulada a vinda de europeus para o trabalho no solo brasileiro, com cessão de terras, equipamentos e transporte para a travessia. O imenso contingente de trabalhadores negros não teve acesso a terras, mesmo as que trabalharam e semearam por séculos.

Em 18 de setembro de 1850, o imperador Dom Pedro II assinou a Lei de Terras, um marco capitalista no Brasil. Esse instrumento legal direcionava a posse e o uso das terras brasileiras, que passaram a ter valor monetário. A partir desta lei, “o país oficialmente optou por ter a zona rural dividida em latifúndios, e não em pequenas propriedades.” (WESTIN, 2020). A lei de terras, que tornou ilegal a ocupação da zona rural do país, não nasceu ao acaso. A cobrança de taxas para acessar as propriedades impediu que negros libertos tivessem acesso à posse de terras. Afinal, como um trabalhador que foi expropriado durante sua vida e seus familiares poderiam adquirir terras sem nunca ter tido acesso a salário?

A lei de terras excluía da anistia pequenos posseiros, que por não poderem arcar com as taxas eram expulsos das terras, privados do seu sustento, vindo a engrossar as massas do trabalho precarizado e mal remunerado pelos grandes

latifundiários do café, por exemplo. Desse modo, a estrutura escravista se reorganizou, partindo de um marco legal que garantiu a exploração oligárquica. As bases seguem as mesmas até os dias atuais, e a reforma agrária segue sendo a luta de trabalhadores, uma utopia necessária. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) agregados para a Agência do Senado, “Atualmente, apenas 0,7% das propriedades têm área superior a 2 mil hectares (20 km²), mas elas, somadas, ocupam quase 50% da zona rural brasileira. Por outro lado, 60% das propriedades não chegam a 25 hectares (0,25 km²) e, mesmo tão numerosas, só cobrem 5% do território rural.” (WESTIN, 2020).

Mesmo os territórios quilombolas já reconhecidos como direito estão sob ataque, pois a posse de terras para negros não é tolerada pela elite racista. Se o racismo desumaniza os negros, como um não humano terá direito a terra? O racismo produz continuamente um discurso de eliminação, exclusão e destruição.

Assim, o Estado brasileiro sempre foi solo fértil para discursos raciais pautados pela desumanização do negro. Não é de se admirar que a ideologia eugênica fizesse morada em terras brasileiras. Em 2021 a eugenia já não se sustenta nem como teoria nem como pensamento social, mas ainda está presente na produção discursiva punitivista que atribui culpa aos trabalhadores pelas condições precárias de vida, impostas por um modelo neoliberal de superexploração de sociedade.

O Brasil também teve expoentes eugenistas. Um movimento que, após a derrubada de Hitler, não desapareceu completamente, apenas submergiu, mas ainda está operando. A eugenia brasileira operou através da esterilização de mulheres negras, sob o manto do controle de natalidade, por exemplo. Era a chamada eugenia positiva, que se ancorava em um racismo científico e um determinismo biológico, visando um melhoramento da espécie. Boa parte dos nomes desses eugenistas é conhecido – já que batizam ruas e avenidas por todo o país (SANTOS, 2019).

Ou seja, a proposta era de que no ano de 2012 o Brasil se transformasse em um país branco. O que estava em jogo era uma ideia de nação afinada a um projeto de mundo moderno-colonial cuja construção do que se considera verdadeiramente humano está assentada nos valores civilizatórios europeus. Assim, tudo aquilo que não condiz com esses parâmetros civilizatórios – centrados na produção da supremacia branca, do patriarcado e do capitalismo – precisaria ser eliminado. Este ideário de nação planejada e sustentada pela eugenia foi posto em curso lançando mão de diferentes estratégias; uma delas são as maquinarias do cuidado que se sustentam por práticas de apaziguamento de conflitos e produção da

mestiçagem como política de controle e extermínio de populações (BATTISTELLI; RODRIGUES; FERRUGEM, 2021, p. 554).

Tais lógicas tinham por base a manutenção de assimetrias raciais, a partir da mestiçagem e do apaziguamento de conflitos raciais. Elas deram corpo ao mito da democracia racial, que se perpetuou fortemente até a década de 80, mas que com menos força e de maneira envernizada persiste até os dias atuais. O mito da harmonia entre negros e brancos é útil, posto que, se se supõe que não existe racismo nem hierarquia racial, sufocam-se os conflitos, mantendo-se controlados os corpos pelo medo, a violência e a sujeição.

No Brasil pós-abolição, as teorias eugenistas atendiam aos interesses das elites preocupadas com insurgências da população de ex-escravizados e seus descendentes. Na esteira desta teoria, a medicina legal e o direito penal foram responsáveis por criar mecanismos para controle desta população. Como a teoria sobre raça do século XIX pregava que os sujeitos com determinadas características fenotípicas seriam destituídos de inteligência, incapazes de atender a estatutos morais da época e propensos ao crime e à loucura, era preciso controlar estas pessoas. A constituição dos manicômios das prisões remonta a esta época. No Brasil, o código penal e a medicina legal como disciplinas nascem com raízes compartilhadas e sustentadas na eugenia como ideário social, ancorada em suposto saber científico.

Durante o período do Brasil Colônia os negros, por serem escravizados, não tinham direitos. Não havia um sistema de justiça estabelecido; “o que prevalecia era o direito penal doméstico, senhorial, imposto como fenômeno intrínseco ao escravismo. O controle dos corpos negros e indígenas era exercido diretamente pelas próprias mãos dos senhores de escravos”. (CÁSSERES, 2020, p.131). Estas características senhoris se metamorfoseiam, mas guardam a essência racista, colonial e escravagista, à medida que o sistema penal tende a ser mais duro e encarcerador para a população negra. Para Flauzina (2006), um sistema que atende a um ideário de exterminar a população negra:

Com os dados do racismo há muito disponíveis no âmbito do controle penal, o que restou obstaculizar, foi a construção de uma teoria que pudesse dar conta dessa realidade. Afinal, foi na biografia da escravização negra que o sistema penal começou a se consolidar e é na lógica de dominação étnica contemporânea que continua a operar em seus excessos. É o arranjo dessa relação de continuidade

incontestável que se tenta obstar a qualquer custo. (FLAUZINA, 2006, p.41).

A constituição do sistema penal brasileiro atende ao racismo que estrutura a nossa sociedade, atuando para o controle e a criminalização dos negros libertos nos pós-abolição. O simples fato de se estar na rua sem comprovante de um trabalho ou renda poderia ser enquadrado como “vadiagem”, crime com pena de prisão nesta época. Analogamente, a capoeira também era criminalizada no código penal de 1890, sendo legalizada apenas em 1937. Foram criados instrumentos jurídicos penais, sociais e políticos para manter a hierarquia racial com lugares determinados para brancos, como trabalhadores imigrantes, fazendeiros, políticos, médicos e advogados, enquanto para negros restava o processo penal, o cárcere, o manicômio e o trabalho ambulante. O sistema penal no Brasil é ancorado na periculosidade, para punir sujeitos tidos como perigosos.

Periculosidade é o centro gravitacional de nossa política criminal que segue a máxima racista-colonial: outrificar para desumanizar, alinhavando o medo de corpos que representem a antítese do padrão branco, ideário que fundamenta a programação do sistema de controle racial por ter sua essência na hierarquização de existências, considerando muitas desprezíveis (GÓES, 2020, p. 156).

Desse modo, negros historicamente desumanizados seriam os outros aos olhos dos brancos. Ocupariam, portanto, esta representação histórica de corpo perigoso, que deve ser vigiado e controlado. Não à toa, as primeiras legislações penais brasileiras foram para criminalizar comportamentos ligados aos afrodescendentes (trataremos mais detidamente adiante no texto).

Mesmo com a estrutura que visava impedir negros de ocupar lugares resguardados para os brancos, muitas batalhas insurgentes se ergueram e muitas pessoas negras furaram as barreiras, tornando-se advogadas, engenheiras e comerciantes por exemplo. Além de garantirem outras formas de viver e trabalhar, essas pessoas auxiliaram outros negros e negras a pagar a alforria da escravização e a trabalharem no pós-abolição.

No entanto, cabe atentar para argumentos falaciosos usados contemporaneamente para minimizar e relativizar a escravização, tomando equivocadamente escassas experiências individuais e exceções como se fossem regras, como se dessem conta de todos os complexos processos vividos por um povo.

Nesse sentido, espaços em jornais de grande circulação, audiovisuais e revistas têm sido utilizados para, em nome de uma pretensa pluralidade, perpetuar racismo em forma de opinião ou malabarismos retóricos.

Um dos maiores jornais do país vinculou, no mês de setembro de 2021, um artigo de opinião cujo autor defendeu que “sinhas pretas” alcançaram riqueza durante a escravidão e, por isso, constituiriam “uma pedra no sapato de quem acredita que ‘o capitalismo é essencialmente racista e machista’ e que o preconceito é uma força determinante, capaz de impedir que não discriminados enriqueçam” (NARLOCH, 2021). Há casos excepcionais de negros e negras que compraram a alforria e conseguiram adquirir posses; no entanto, tratar excepcionalidade como possibilidade para pessoas expropriadas e escravizadas e, mais ainda, para criar falsas simetrias na contemporaneidade, é desonestidade intelectual.

É possível adjetivar como próspero um período de escravidão, pessoas sequestradas que atravessaram o oceano em condições insalubres e desumanas, presas em correntes, obrigadas ao trabalho forçado, ao estupro e à mercantilização de sua humanidade? O artigo em questão é de “opinião”. Um colunista ter espaço e receber para emitir “opiniões” semelhantes no maior jornal do país não diz respeito a uma autoria individual, mas reflete uma produção discursiva corrente e recorrente historicamente a fim de manter no imaginário social uma desejada subalternização dos negros, criar confusão e sustentar uma hierarquia, descaracterizando a realidade. É através do discurso, também, que o racismo se perpetua.

Somos subjetivados pelo racismo e pela hierarquia racial. É possível que eu tenha me descoberto negra antes de me descobrir mulher, no entanto, ambos constituem minha existência e marcam a forma pela qual me relaciono e estou no mundo. Raça, gênero e classe imbricados me situam no mundo e como pesquisadora.

Ao não considerar estes sistemas interdependentes e interligados de dominação (hooks, 2019), se retira da pessoa negra seu lugar histórico, esvaziando sua capacidade de resistência a estruturas opressivas que deveriam já ter ruído, mas que seguem articuladas, apesar de tantas formas de existência e insurgências. Tais processos de resistência precisam ser considerados, assim como os impactos do racismo na subjetividade de homens e mulheres negras, na identidade que constroem, subjetivados pelo capitalismo racializado de cunho neoliberal e pelas resistências a este sistema mundo. Ou seja, os sujeitos se constituem neste processo dialético.

A racialização da sociedade capitalista neoliberal se sustenta na hierarquização das pessoas, com um segmento da população acreditando ser superior a outros segmentos, uma classificação racial a partir da qual outras se estruturam. Neste ideário não há antagonismo entre negro e branco. Os negros sofrem o racismo antinegro, mas a racialização atinge ambos. Brancos e negros são racializados, e este processo não diz respeito a identidades culturais, é anterior a lutas identitárias.

Penso que essa é uma chave importante para a compreensão das sociedades capitalistas. Assim como o racismo organiza e estrutura a distribuição de poder econômico, social e jurídico, de modo a subalternizar e excluir pessoas negras e não brancas do usufruto da produção social coletiva dos bens sociais, mantém estas estruturas mais intactas quanto possível a fim de beneficiar as pessoas brancas. De outro modo, ao analisarmos processos históricos, buscamos a compreensão a partir de uma leitura parcial do real. Há inúmeros estudos acerca do escravismo, pensamos na escravidão como um processo de escravização de africanos trazidos à força ao Brasil, mas negamos ou não enxergamos de forma tão explícita o quanto os brancos estavam implicados neste processo, ou melhor, responsáveis por este processo sistemático, progressivo e devastador por cerca de 4 séculos. Ou seja, é como se as pessoas escravizadas tivessem chegado ao Brasil por força de entidades e não de pessoas brancas imbuídas de poder, que desumanizaram estas pessoas, para transformá-las em peças a serem vendidas.

Já incorporamos o conceito de racismo estrutural, mas, de novo, o esvaziamos quando supomos que, por ser estrutural, ele não diria respeito também às relações. Nesse cenário, qual a função da branquitude para uma sociedade estruturalmente racista? Ora, a hierarquização racial sustenta o capitalismo, relacionando-se com a macroestrutura. É neste nível que a branquitude e o racismo se organizam e a partir do qual organizam as relações sociais, incidindo nas identidades culturais, na autodeterminação dos sujeitos e nas subjetividades. O racismo estrutural só pode ser compreendido na perspectiva de totalidade.

Portanto, o marxismo enquanto pensamento radical é chave para a compreensão das sociedades capitalistas racializadas, sendo antimarxista desassociar raça e classe, já que no movimento do real estão imbricados. Todavia, no interior de parte da discussão marxista, ao menos o que tem chegado hegemonicamente no Serviço Social, há uma desqualificação das lutas das mulheres, dos negros, dos lgbtqia+, dos não brancos, reduzindo esta luta como identitária, com

o argumento de que estas lutas, reforço, lutas da maior parcela da classe trabalhadora dividiram e subtraíram a força da luta de classes. De fato, um identitarismo liberal, a cooptação de lutas de segmentos da população que visam particularizar necessidades e direitos, esvaziando estas lutas de conteúdo político, atenderia à lógica individualista e meritocrática do neoliberalismo.

No entanto, a luta histórica dos movimentos negros no Brasil, por exemplo, se constitui em lutas por condições dignas de vida e trabalho para os trabalhadores negros e para todos os trabalhadores. A luta do feminismo negro é uma luta contra o racismo e sexismo e, portanto, uma luta pela classe trabalhadora que inclui as mulheres negras. Elas, que ocupam a base de uma pirâmide social, reivindicam condições dignas de vida mirando também a classe trabalhadora, da qual têm consciência de que fazem parte. Como ensina Angela Davis: quando uma mulher negra se movimenta, a sociedade se movimenta com ela. E as mulheres negras aprenderam que o movimento deve ser coletivo.

O identitarismo no Brasil é um conceito difuso, utilizado dentro do campo progressista para desqualificar as pautas dos trabalhadores negros, das mulheres e dos trabalhadores LGBTQIA+ e têm servido para sustentar lugares de privilégio, como a manutenção de cargos de poder e prestígio político entre homens brancos. Nessa dinâmica, controlam-se as pautas de lutas e, com isso, são mantidas intactas as estruturas opressivas, enquanto se reformam as “fachadas”. Em essência, não se modificam as engrenagens de opressão. Compreender a classe trabalhadora como heterogênea é, portanto, considerar que há várias lutas no interior da classe, que não dividem, mas consolidam a luta da classe trabalhadora. Ao reivindicar um antirracismo como prioritário, os movimentos negros buscam equilibrar as relações de poder no campo progressista. Ao requerer uma sociedade menos sexista, as mulheres reclamam para si o direito à diferença e a oportunidades iguais. Para isso, é preciso tomar lugares e posições historicamente ocupados por homens.

Em suma, as lutas travadas no interior da classe trabalhadora, simplificadoramente nomeadas como identitárias, flexionam mudanças estruturantes em prol da própria classe trabalhadora. Não à toa a retórica do identitarismo como forma de deslegitimar tais lutas quase sempre é acionada por homens brancos, cisheteronormativos – sujeitos diretamente atingidos pelas reivindicações destes movimentos. Obviamente, esta falsa dicotomia entre classe, raça e gênero atende aos interesses do capital. Este distende mais e mais os limites da superexploração do

trabalho, valendo-se de identidades neoliberais para dissolver e desmobilizar reivindicações e lutas legítimas de trabalhadores que vivem a classe a partir de seus lugares de existência, que são diferentes e, portanto, necessitam do reconhecimento de suas diferenças. Reconhecer estas diferenças é agir para que elas não sejam mais tomadas para mecanismos capitalistas de hierarquização das vidas humanas.

Não é possível um país democrático em que metade da sua população parece viver com um alvo no peito. Como canta Emicida, “existe pele alva e pele alvo” (ISMÁLIA, 2019). Naturalizar esta condição é naturalizar e institucionalizar a barbárie. As lutas contra o racismo, sexismo, LGBTQIAfobias, o capacitismo e toda forma de exploração são lutas pela classe trabalhadora. Ao negar estas lutas, ao desqualificar estes processos insurgentes pela restituição da dignidade que o capital tenta apagar, não se está em defesa de uma luta fundamental pela classe, já que esta perspectiva parece compreender a classe apenas como masculina branca e cishetenormativa e, portanto, aí sim, identitária, resguardando privilégios de identidades hegemônicas.

O entendimento enviesado acerca do suposto “identitarismo” parece ainda ser hegemônico nos partidos políticos de esquerda, que deveriam ser mais aliados a classe trabalhadora, já que sempre escamotearam a luta antirracista e, ainda hoje, mesmo reconhecendo o racismo estrutural brasileiro, se eximem de ações mais enfáticas para o combate do racismo. A política é palco da branquitude. Não só porque nossos políticos são brancos em sua esmagadora maioria desde sempre, mas também por ser espaço de transmissão de poder da branquitude. Basta verificarmos famílias com gerações de políticos, em que um sobrenome é capaz de garantir votos e mandatos.

Não há combate possível ao racismo que não passe pela discussão da racialização enquanto um processo que atinge negros e brancos. Discute-se a escravidão, se estuda a escravidão nas escolas, mas se fala apenas da condição dos negros, majoritariamente como coitados, despossuídos, faltantes, necessitados, como se não estivessem presentes e atuantes na construção deste país, e em todas as lutas da classe trabalhadora. A organização dos quilombos na escravidão era, antes de tudo, uma organização social de trabalhadores, em que se vivia uma democracia racial: negros, brancos e indígenas participavam dos quilombos. Além disso, se esconde a função social da branquitude nestes períodos de escravidão, pós-abolição e na contemporaneidade, como se apenas o negro fosse uma construção social e a brancura não.

Como bem aponta Maria Aparecida Bento (2002), é como se os brancos não estivessem presentes, um legado que o país segue não querendo discutir. Para a autora, “evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio. Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa.” (BENTO, 2002, p.28). Se há desigualdades, há privilégios:

Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Não se reconhecer como partícipe dessa história é não assumir um legado que acentua o lugar de privilégio que o grupo branco desfruta na atualidade (BENTO, 2002, p.28).

A autora defende que os brancos estabeleceram um “pacto narcísico da branquitude” (BENTO, 2002). Tal pacto explicaria, por exemplo, a produção de saber nas universidades com pouca ou nenhuma permeabilidade de autorias negras, indígenas, africanas, asiáticas, ou seja, não brancas – mesmo que o Brasil seja majoritariamente não branco, assim como o mundo é, em sua imensa maioria populacional, não branco. E ainda assim, a produção aceita, referida e validada é branca.

O privilégio racial é uma característica marcante da sociedade brasileira, uma vez que o grupo branco é o grande beneficiário da exploração, especialmente da população negra [...]. Quando se trata de competir no preenchimento de posições que implicam recompensas materiais ou simbólicas, mesmo que os negros possuam a mesma capacitação, os resultados são sempre favoráveis aos competidores brancos (GONZALEZ, 2020, p. 46).

O reconhecimento, a aceitação e a validação só ocorreriam com uma pessoa lida como igual. Ainda que não fosse um processo racionalizado, se efetivaria pela dimensão racializada a que fomos subjetivados. A nível inconsciente o reconhecimento da intelectualidade, da genialidade ou de uma cognição compatível passaria pela validação racial, o que ocorreria a nível cultural também, na produção coletiva de inconsciente. “Em outras palavras, nós nos tornamos a representação mental daquilo com que o sujeito branco não quer se parecer. (KILOMBA, 2019, p.38). Um tanto drástico?

2.3 A VIOLÊNCIA DO RACISMO ANTINEGRO – GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA

2.3.1 Racismo antinegro – colonialismo, pandemia e questão social

Crônica de um verão pandêmico

Sobre o Brasil em janeiro de 2022, se preparando para o terceiro ano de pandemia; de um lado, vacinas produzidas em tempo recorde por um esforço global de cientistas, de outro lado, discursos negacionistas, desagregadores dos esforços para conter a disseminação do vírus e, principalmente barrar a letalidade do vírus. Crise econômica e amplo desemprego. Cenário desolador de 2022, que coexiste com a escalada violenta do racismo.

Moïse Kabagambe era um jovem de 24 anos, natural do Congo, em situação de refúgio com a família no Brasil desde 2014. Foi assassinado a pauladas em um quiosque de praia no Rio de Janeiro, covardemente agredido por 15 minutos por um grupo de homens, que seguiram batendo mesmo ao enxergar aquele corpo negro desacordado no chão. O quiosque estava funcionando, as pessoas aproveitavam a praia em zona nobre da cidade. O caso veio à tona 8 dias após o ocorrido. Por 8 dias o silêncio sepulcral sobre o crime conviveu com a dor dilacerante dos familiares e amigos que buscavam respostas ao que ocorreu.

No dia 06 de fevereiro de 2022, o Jovem Yago Corrêa foi à padaria comprar pão em uma favela do Rio de Janeiro, algo absolutamente trivial, vida ordinária de milhares de brasileiros que vão a padaria em um domingo. Na saída, com o saco de pão nas mãos, ele vê uma correria na rua, segue algumas pessoas que buscam se proteger em uma farmácia. A vida em periferias talha as pessoas a se protegerem de tiros que surgem inesperadamente e interrompem o cotidiano. Não há trivialidade em viver em meio a uma guerra declarada e negada ao mesmo tempo. Um policial entra na farmácia e puxa pelo braço este jovem negro, levando-o preso. Assim mesmo, sem mandado, sem crime, sem arma. O único flagrante é a pele negra em um corpo de um jovem pobre. Novamente a família faz as vezes de investigadores, corre atrás de câmeras de segurança que mostram os passos do jovem na padaria e na farmácia. O jovem é solto após passar duas noites em uma delegacia onde não deveria sequer ter pisado.

O Brasil da fome retorna, com mais de 600 mil mortos pelo coronavírus, e tragédias se sobrepondo em camadas infinitas por sobre os ombros dos trabalhadores mais pobres. Está no ar um reality show bastante famoso, em sua vigésima segunda edição. As pessoas assistem, acompanham pelas redes sociais. Ao contrário de quem brada contra a alienação desses programas, eu faço pouco caso do que me parece ser apenas classismo. A alienação é intrínseca a uma sociedade capitalista. Como ser humano em um sistema que busca a aniquilação dos sujeitos? O programa é circo em tempos em que falta o pão? Com certeza. No entanto, as críticas de quem viaja de

férias mais de uma vez por ano, paga diversas plataformas de streaming, e escolhe o que consumir soa como apenas classismo teórico. O programa escolhe pessoas que possam dar audiência. Há ali produção discursiva poderosa. Há frases sendo ditas por mulheres brancas, frases como a seguinte: “Eu tenho medo da fulana”. Para constar, a fulana é uma mulher preta e pobre. No outro dia, a mesma pessoa diz: “Tem que cuidar com a fulana, ela é perigosa”. Em outro momento: “Ele tem cara de quem se descontrola”. A cara era de um homem preto, famoso, mas de origem humilde. Dias depois, uma mulher loira sulista diz: “Não entendi o que ele fez, o samba do crioulo... Ai que horror quase que eu falo uma frase racista”. A segunda mulher no quarto (por coincidência a que diz ter medo da mulher negra) ri muito, a terceira diz: “la pegar muito mal”. A loira responde: “Eu sei, mas é força do hábito”.

Estas cenas ocorreram em sequência entre o final de janeiro e o início de fevereiro. Pincei três cenas, amplamente veiculadas na mídia. A morte do jovem africano gerou protestos em várias cidades, que ocorreram no dia 5 de fevereiro. O vídeo com a sequência violenta de espancamento foi veiculado em todos os jornais, por vários dias. Um programa matinal de amenidades na maior emissora do país, a mesma do *reality*, reportou o ocorrido e veicularia o vídeo. Não o fez, pois um dos apresentadores, que é um homem negro, solicitou. Mais cedo, na atração, ao falar sobre o crime, o jornalista pediu para a produção da atração, que já estava com a cena na tela, não mostrar o vídeo do homem sendo agredido. “Vou pedir para o diretor do programa não exibir as imagens. É sábado de manhã”, disse ele, ao vivo. Em seguida, o pedido foi respeitado. (UOL, 2021). Neste dia ocorriam as manifestações em várias cidades, o jornalista vai até a manifestação para fazer a cobertura, ao retornar ao estúdio relata: “Doideira aquilo lá. Ao mesmo tempo em que a gente teve muita manifestação querendo justiça, vocês não fazem ideia da quantidade de pessoas me provocando. Tomei cotovelada de pessoas de pele clara” (UOL, 2022).

O que pretendo apresentando estas cenas? Não são episódios necessariamente conectados. São fragmentos de um país racialmente segregado. O incômodo do jornalista negro em veicular as cenas de violência é um sentimento comum a muitas pessoas negras: não suportar a angústia de se enxergar em corpos brutalizados. As cenas cotidianas e reiteradas de violência contra pessoas negras parecem chocar menos e incitar mobilizações que causam dor e desconforto aparentemente apenas entre as próprias pessoas negras. A exposição à violência infligida contra si, contra pessoas conhecidas ou que se parecem com seus familiares

é danoso, psiquicamente prejudicial, e violentamente atinge a todos os negros e negras deste país.

A violência antinegra que chega ao ápice na morte violenta, a prisão arbitrária que mira sempre nos jovens negros periféricos, pouco importa se com pão ou com fuzil (muitas vezes confundido com outros objetos inofensivos como um guarda-chuva) nas mãos. O discurso racista pela força do hábito. As agressões ao jornalista negro, que mesmo diante da câmera que o filma, segurando o microfone que o identifica como repórter e com a equipe da maior emissora de televisão do país o acompanhando não está protegido do racismo. A violência do ato de causar a morte é precedida e articulada pela produção discursiva. O hábito despretensioso de ser racista. O medo verbalizado contra pessoas negras.

“A cara de quem se descontrola”. “A cara de quem está envolvido no crime”. “O medo de quem segura a bolsa quando vê um negro aproximar-se”. Frases que circulam sem barreiras na sociedade. O corpo que é empurrado sem qualquer justificativa. Ambos são atos violentos de um racismo antinegro. Não estão descolados. É estrutural e brutal. O racismo atribui características negativas às pessoas negras, associando-as à violência, ao descontrole, a não confiabilidade. São construções sociais do racismo. E há um processo histórico nesta construção.

Sem conceituação mínima em nosso ordenamento penal, é sobre a ideia abstrata de periculosidade que se define o “perigoso”, fato, aparentemente, incoerente segundo o princípio básico da legalidade. Porém, longe de ser um equívoco, essa não normatização é, em verdade, vital para o nosso sistema punitivo, uma artimanha da branquitude que expressa, por lacunas legais e sob o véu do livre convencimento motivado, seu racismo, sem nomeá-lo para não falsear o discurso da igualdade, seguindo as diretrizes da política da democracia racial, expressa no encarceramento da massa negra (GÓES, 2020, p. 156).

“Olhei no espelho, Ícaro me encarou: / ‘Cuidado, não voa tão perto do sol / Eles *num guenta* te ver livre, imagina te ver rei’ / O abutre quer te ver de algema pra dizer: / ‘Ó, não falei?!’” (ISMÁLIA, 2019). O que o lirismo poético da música do Emicida me reporta é o quanto ainda é insuportável na sociedade brasileira a existência das pessoas negras no Brasil. E por existência me refiro à plenitude de produção da vida, de quem construiu e constrói o país em que vive. Ainda parece ser insuportável para parte da população ver pessoas negras livres. Imagina questionando este sistema

racista? O cárcere e, anterior a ele, o medo do encarceramento, tenta reduzir a vida dos negros à sombra da morte e do potencial cárcere.

A transição do escravismo colonial para o capitalismo moderno seguiu sem rupturas, num ato contínuo, protagonizado pelas mesmas elites do colonialismo que têm no escravismo sua organização. Elites que conseguiram perpetuar através de gerações seus lucros com a manutenção da exploração sustentada pela colonialidade, a organização social pelo poder, a perpetuação da coisificação, que, por sua vez, é a mesma coisa que colonização, como apontou Aimé Césaire (2020). Sobre os supostos abusos que foram suprimidos com a colonização, ou civilização para os colonizadores, Césaire é direto:

Também estou falando dos abusos, mas para dizer que aos antigos - muito reais - sobrepueram outros - muito detestáveis. Sou informado sobre tiranos locais que foram enquadrados; mas como constato que, em geral, eles se dão muito bem com os novos e que, destes aos antigos e vice-versa, um circuito de bons serviços e cumplicidade foi estabelecido em detrimento dos povos. (2020, p. 25).

E prossegue de maneira assertiva: “Falamos de civilização, eu falo de proletarização e mistificação” (CÉSAIRE, 2020, p. 25). O escravismo moderno, também chamado de escravismo colonial, além de percorrer a maior parte da história do país, influenciou para a constituição de nação brasileira. Aliás, “nação é um fenômeno burguês”, como bem aponta Césaire (2020), com marcas persistentes no capitalismo dependente que o substituiu – ou melhor, deu-lhe continuidade. Não houve rupturas entre um processo e outro. Tampouco houve reconhecimento da brutalidade do escravismo, que acabou por moldar o “ethos” de nação brasileira, para utilizar uma definição utilizada por Clóvis Moura (1983). As consequências refletem-se na vida do negro brasileiro, não só pelas piores condições de vida talhadas pelo racismo antinegro, como pelo apagamento de sua contribuição.

O sistema competitivo inerente ao modelo de capitalismo dependente, ao tempo em que remanipula os símbolos escravistas contra o negro procura apagar a sua memória histórica e étnica, a fim de que ele fique como homem flutuante, ahistórico. Porque situá-lo historicamente é vê-lo como agente coletivo dinâmico radical desde a origem da escravidão no Brasil (MOURA, 1983, p.125).

Gostaria de fazer uma nota acerca deste apagamento, ou flutuação do homem, como bem coloca Moura, quando este trecho da tese foi escrita e se processa em mim. O calendário marcava dia 07 de setembro de 2021, data em que se celebra a independência do Brasil. É necessário pontuar que a celebração e memória da independência do Brasil às margens do Ipiranga foi um destes momentos em que se atendeu aos interesses apenas de uma elite, e sem pudores se tentou riscar da história revoltas populares que a antecederam. Ainda hoje historiadores precisam fazer esforço para tentar jogar luz às lutas e personagens históricos retirados da história oficial do Brasil, como o caso da inconfidência baiana, movimento político organizado em 1798 na Bahia, por pardos e forros, escravos e artesãos, especialmente alfaiates, por isso ficou conhecida (ainda pouco) como Revolta dos Alfaiates, ou Revolta de Búzios.

A Revolta dos Alfaiates tinha por objetivo a tomada do poder político, a mais radical revolta anterior à independência. Um movimento emancipacionista popular, iniciado em 12 de agosto de 1798 e encerrado em 8 de novembro do mesmo ano, com seus quatro líderes, Luís Gonzaga das Virgens, João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas e Manoel dos Santos Lira sentenciados à morte e executados em praça pública. Com apelo abolicionista, fez com que grande parcela de pardos e negros escravos participassem, marcando sua origem popular e de luta contra a escravidão. (MOURA, 2014).

A aposta ética-política desta tese se faz também pelo rompimento do pacto de apagamento, o que se constrói pela reivindicação histórica de existências, que permeia essa escrita. É fundamental salientar que este processo que tenta retirar a pessoa de sua existência histórica foi parte do sistema colonial e azeitou a maquinaria da colonialidade.

A “colonialidade é resultado de uma imposição do poder e da dominação colonial que consegue atingir as estruturas subjetivas de um povo, penetrando na sua concepção de sujeito” (GOMES, 2020, p. 227). Não se restringe ao racismo, mas, no Brasil, é a partir do racismo que se mantém e se espalha para o controle das vidas. O racismo deve ser compreendido não enquanto comportamento social, ou atitude individual, a qual podemos apenas não reproduzir, mas sim como base econômica, política e cultural (ALMEIDA, 2018; MOURA, 1994).

Uma teoria social que desconsidere a raça enquanto estruturante da classe está apreendendo parcialmente a realidade, sem a devida capacidade de

compreender o capitalismo enquanto organização das relações sociais. Esse modo de produção compreende não somente “meios materiais de vida, mas também das relações sociais, em que tudo passa a ser controlado pela lógica de valorização do capital, sem que se levem em conta os imperativos humanos vitais” (SILVA, 2020, p. 168). Portanto, o racismo não se constitui como um recorte social, mas um vetor da divisão de classes, da correlação de forças no interior das classes, na subjetivação das pessoas, na produção das contradições e nas resistências (ALMEIDA, 2018).

O racismo, de acordo com esta posição, é uma manifestação das estruturas do capitalismo, que foram forjadas pela escravidão. Isso significa dizer que a desigualdade racial é um elemento constitutivo das relações mercantis e das relações de classe, de tal sorte que a modernização da economia e até seu desenvolvimento também podem representar momentos de adaptação dos parâmetros raciais a novas etapas da acumulação capitalista. Em suma: para se renovar, o capitalismo precisa, muitas vezes, renovar o racismo, como, por exemplo, substituir o racismo oficial e a segregação legalizada pela indiferença em face da igualdade racial sob o manto da democracia (ALMEIDA, 2018, p. 184).

O resultado é a morte como cessação da vida, mas também o epistemicídio, que seria a morte, o apagamento da produção intelectual, das trajetórias e das conquistas dos homens e mulheres não brancos, a invisibilização de seus projetos societários e lutas históricas na construção da sociedade. Posto que ocupando a zona do não ser, como aponta Fanon, por consequência também ocuparia a do não saber, a do não sentir e do não construir. Desprovido de privilégios epistêmicos.

O privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo. A inferiorização dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres de todo o planeta (incluindo as mulheres ocidentais) têm dotado os homens ocidentais do privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais (GROSGOUEL, 2016, p.25).

O privilégio epistêmico determina a narratividade da história. Vivemos num país cuja formação sócio-histórica foi constituída por um regime escravocrata que perdurou quase 400 anos, e sua ruptura (em constante processo de construção) só tem sido possível com a luta do povo negro. Mesmo diante do escravismo do seu corpo, da sua religiosidade, costumes, arte, trabalho e conhecimentos, esse povo forjou

resistências, insurgências em lutas e revoluções como a Revolta dos Alfaiates, apenas um exemplo entre tantas. Resistência negada pela história oficial. Lutas apagadas dos registros sociais. Para o povo negro nunca houve reparação, nem garantias quanto ao acesso à terra e demais direitos inscritos no modelo de cidadania dita universalizante, mas construída para o sujeito universal, que é branco. De fato,

as relações no interior da classe trabalhadora precisam considerar as identidades existentes, que determinam as diversas formas de opressão vivenciadas por cada sujeito e como se inter cruzam na vida pública (JESUS, 2020, p. 44).

Segundo Fanon, psiquiatra e filósofo nascido na Martinica, “Diz-se corretamente que o racismo é uma chaga da humanidade. Mas é preciso que não nos contentamos com essa frase. É preciso procurar incansavelmente as repercussões do racismo em todos os níveis de sociabilidade” (FANON, 2008, p.68). Assim, a produção de conhecimento não estaria imune a estas repercussões.

[...] o racismo estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe “a superioridade” branca ocidental à “inferioridade” negro africana. A África é o continente “obscuro”, sem uma história única (HEGEL); por isso a Razão é branca, e a emoção é negra. Assim, dada a sua “natureza sub-humana”, a exploração socioeconômica dos amefricanos por todo o continente é “considerada natural” (GONZALEZ, 2020, p. 137).

Ainda de acordo com os estudos de Lélia, a razão seria masculina, branca e a emoção feminina, negra e ladina. Com relação a este tema, aprendemos com Angela Davis que é “É fundamental resistir à representação da história como o trabalho de indivíduos heroicos, de maneira que as pessoas reconheçam hoje seu potencial de agência como parte de uma comunidade de luta sempre em expansão.” (DAVIS, 2018, p. 19). E como comunidade o protagonismo é móvel, alterando entre coletivos e forças, com maior ou menor possibilidade de luta, mas sempre agenciando resistências. Ainda que o Estado utilize o poder soberano para a vida e morte, Lélia produziu conhecimento contra hegemônico que ainda hoje baliza as produções de intelectuais antirracistas e antissexistas, mas segue sem o devido reconhecimento.

O capitalismo e o colonialismo se misturam. A expansão capitalista só foi possível a partir do comércio de pessoas humanas, do cativo e da expropriação. Ainda que a escravidão de negros e negras tenha sido extinta, a colonialidade persiste

e se reinventa cotidianamente, através do genocídio do povo negro (NASCIMENTO, 2016).

3 PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO E HORIZONTES TEÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL

3.1 Práxis das Mulheres Negras – Produzindo Contra- Hegemonias

A colonialidade é um empreendimento racista e sexista, assim como a colonização também era. A relação entre colonização e gênero é apontada pela intelectual e pesquisadora nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (2021). Ela destaca de que forma a colonização e a história do colonizador e do colonizado foram processos ancorados no masculino, assim como a produção de um Estado-nação europeu e do espaço da política no ocidente – que era bem diferente da organização que assumia o Estado lorubá, atual Nigéria, antes da chegada dos colonizadores.

Oyèrónké Oyěwùmí (2021) refere que, nesse contexto lorubá, as posições de poder não estavam atreladas a diferenças biológicas (se eram homens ou mulheres). De fato, a própria categoria “mulher” não fazia sentido nessa cultura, pois foi uma invenção trazida da Europa e inculcada nos processos de colonização dos corpos e mentes das/os africanas/os. Assim, “para as fêmeas, a colonização era um duplo processo de inferiorização racial e subordinação de gênero” (OYĚWÙMÍ, 2021, p.189), já que raça e gênero se constituíram como produções colonizadoras assentadas na preocupação europeia sobre uma “biológica da cultura ocidental” (OYĚWÙMÍ, 2021, p.186).

Para Oyěwùmí (2021), a invenção das mulheres no contexto colonial produziu-as como sujeitos coloniais de segunda classe. Embora a autora fale do contexto lorubá e de sua herança colonizadora, nossa sociedade também se pauta em uma noção hegemônica de ser mulher e homem que tem suas origens nos valores civilizatórios europeus impostos pelo processo da colonização. Este ideário, como Oyěwùmí mostra em seu trabalho, se pauta em uma dupla hierarquização: racial e de gênero.

Lélia Gonzalez (2020), ao analisar o desenvolvimento do Brasil, se refere a esse processo como uma modernização conservadora excludente, que posicionou de um lado uma superpopulação colocada como força de trabalho excedente, dispensável para o modo de produção hegemônico (o que a autora denominou de

massa marginal) e, de outro, a dependência neocolonial articulada à permanência de formas produtivas anteriores.

Portanto, as lutas antirracista e antissexista não podem ser consideradas lutas identitárias, pois não se trata de lutas de grupos que se identificam. É uma luta pela classe, uma vez que não é possível emancipação da classe trabalhadora se há no seio da classe uma parcela maior das trabalhadoras e trabalhadores que está hierarquicamente rebaixada, que sempre será mais explorada e oprimida, vivendo uma vida colocada como descartável para o capital. Como uma espécie de alerta para os demais trabalhadores, de que há sempre um nível abaixo na exploração, há sempre uma maquinaria de guerra disposta a atacar um povo, uma etnia, para que os demais sintam um alívio amargo em não constituir este grupo, este povo. Um medo alienante que se perpetua de um devir negro que pode chegar a todos.

As lutas contra as opressões, todas elas, não são lutas identitárias, são construções da luta de classes. As lutas das mulheres negras são legítimas contra o capital, por compreenderem, através da práxis, que só atacando o capital sustentado pelo racismo, sexismo e classismo se poderá ter uma alternativa de vida. Assim, é fundamental que as nossas teorias sejam lidas “para além das fronteiras de raça, gênero, classe social e nível educacional” (KILOMBA, 2019, p.91), rompendo com as assimetrias e hierarquizações. Audre Lorde nos ajuda nesta análise, ao mencionar que

Grande parte da história ocidental europeia nos condiciona a ver as diferenças humanas como oposições simplistas: dominante/subordinado, bom/mau, em cima/embaixo, superior/inferior. Em uma sociedade em que o bom é definido em relação ao lucro, e não as necessidades humanas, deve sempre existir um grupo de pessoas que, mediante a opressão sistemática, pode ser levado a se sentir dispensável, ocupando o lugar do inferior desumanizado. Nessa sociedade, esse grupo é formado por pessoas negras e do Terceiro Mundo, pela classe trabalhadora, pelos idosos e pelas mulheres. (LORDE, 2019, p. 141).

Mas a práxis é luta, resistência. Nesse sentido, Magali Almeida lembra que “são muitas as formas de resistência no enfrentamento do racismo e a militância é uma delas” (2011, p. 228). A pesquisa e a escrita também são formas de resistência e estruturam a práxis. As palavras são lugar de autorrecuperação. “O oprimido luta na linguagem para recuperar a si mesmo - para reescrever, reconciliar, renovar (hooks, 2018, p.73). Autorrecuperação como estratégia de sobrevivência coletivizada, para

fazer na diáspora seu lugar. A desterritorialização provocada pelo escravismo que é transformada em mobilidade e território existencial de vida.

3.2 Pensamento Crítico Brasileiro – Mulheres Negras na Interpretação do Brasil

Onde estão as mulheres negras na interpretação do Brasil? Esta indagação é uma das questões que me guiam neste processo de pesquisa e me impulsiona a percorrer as produções de intelectuais negras brasileiras para inventariar como suas produções ajudam a compor ou poderiam compor o escopo analítico da sociedade no Serviço Social.

A formação sócio-histórica do Brasil é um dos pilares de sustentação da produção teórica do Serviço Social, sendo corrente e passivo o entendimento de que somos sujeitos históricos e, portanto, seria a historicidade de nossas relações sociais o ponto angular fundamental para uma práxis social ancorada nos princípios ético-políticos que regem nossa profissão. Um compromisso expresso nas diretrizes curriculares que balizam a formação profissionalizante e no projeto ético-político que ancora nossa atuação profissional na sociedade. Segundo as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) o perfil profissional do assistente social englobaria

capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2014, p. 2-3).

Portanto, o processo histórico, como totalidade, não é estanque e linear. Homens e mulheres constroem a história e a reescrevem no presente, à medida que vencidos e vencidas reivindicam seus lugares de luta e protagonismo negados pelos vencedores que narram a história oficial, com apagamentos e distorções. A história narrada é disputada na luta de classes.

Emicida, um importante rapper negro brasileiro, lançou no ano de 2021 um trabalho musical, audiovisual e ativista chamado “Amar(elo)” e ajudou a popularizar

um ditado lorubá que diz: “Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje”. Uma mensagem potente que carrega em si o poder de inquietação, convocando para a urgência de corrigir as injustiças do passado. É um ensinamento de que a disputa pelo ontem, pela memória, é uma luta por reparação no hoje. As “pedras”, metaforicamente falando, só podem ser lançadas a partir de conjunturas políticas e sociais específicas, não dadas, mas disputadas.

A categoria profissional reconhece e afirma a centralidade do debate da formação sócio-histórica brasileira, que ganhou centralidade nos fundamentos da profissão a partir das diretrizes curriculares que faz uma aposta ético-política em definir três pilares para a formação: 1) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2) Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3) Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2018). Assim, além de estruturar um núcleo específico, o tema está transversalmente presente nos outros dois.

No entanto, é importante analisarmos que interlocutores acionamos para entender o Brasil. Que intelectuais constituem nosso imaginário social como aqueles que têm autoridade para esta empreitada? Quando inventariamos o pensamento social brasileiro, consideramos um pensamento crítico plural e diverso em termos raciais e de gênero? As mulheres negras, indígenas, cis e trans e os homens negros e indígenas cis e trans também são nossos convidados a emprestarem suas lentes para que possamos compreender este país, de maioria negra e originalmente indígena – ou, como nos ensinou Lélia Gonzalez, este país *Amefricano*?

Partilho com Camargo a sensação de que “a profissão aborda a historiografia iniciada nos anos 1980 como ponto final”. (2015, p.15). E embora seja fundamental para o amadurecimento intelectual da profissão e a sustentação de seu projeto ético-político, não deve ser tomada como fim em si mesma. Interessam-me pensamentos contemporâneos a esta produção que, embora críticos, não foram incluídos nesta historiografia para compreensão da atualidade, nem para a elucidação do que têm provocado esta pouca atenção às bibliografias negras, que colocam a questão racial na centralidade – perspectiva à qual me filio enquanto intelectual negra assistente social.

Para Beatriz Nascimento, que assumiu o compromisso de estudar o Brasil,

No estudo da formação histórico-social do Brasil proliferam trabalhos relacionados com os aspectos econômicos e políticos, enquanto as “teorias” que tentam explicar os aspectos ideológicos dessa sociedade, limitam-se a adaptar conceitos importados de uma ciência social europeia ou norte-americana [...] (2021, p.47).

Esse texto foi originalmente publicado na década de 1970, período de ditadura no país e pouca participação de intelectuais e estudantes negros no circuito acadêmico. Reconheço que se produz teoria em muitos espaços. A intelectualidade está presente nas tecnologias de cuidado nos quilombos, nas estratégias de empreender negócios nas favelas ou de narrar histórias, dentre tantas possibilidades de produção de conhecimento. Mas o espaço que a sociedade colonial desenhou como de intelectualidade é a academia, por isso me refiro ao ambiente acadêmico. Talvez Beatriz fosse a única mulher negra que se propunha a estudar a história negra no Brasil naquela época. Cinco décadas me separam da escrita dela, e ainda hoje utilizamos os mesmos autores para compreendermos a formação sócio-histórica do Brasil no Serviço Social.

Nas palavras de Beatriz Nascimento, “Essa importação de ideologias é típica do pensamento da intelectualidade brasileira, a mais branca, a mais europeizada de todo o chamado Terceiro Mundo.” (2021, p.48). De fato, tomo a liberdade de afirmar: segue sendo típico. Pouco mudou nestas cinco décadas que separam esta conversa entre mulheres negras que assumem como compromisso a compreensão de um Brasil, também construído por negras e negros. E me socorro novamente em seu pensamento:

O escravo negro, assim como o negro atual, não participou da formação social do Brasil só com seu trabalho, com seu sofrimento, ele participou também da mesa, da cama, do pensamento e das lutas políticas do colonizador e de seus descendentes. Para todo o lado que o branco olhar, irá se deparar com o espectro daquele que ele escravizou e que corrompeu. É justamente o fato de nos ter corrompido que maltrata as consciências salvadoras de muitos de nossos “defensores”, daqueles que atualmente nos querem redimir estudando-nos através de aspectos socioeconômicos e, apressando-se em se “sentir” negros, como se séculos de sofrimento e marginalização pudessem ser redimidos por uma sensação de “ser negro” (NASCIMENTO, 2021, p.48-49).

Esta reflexão de Beatriz Nascimento é bastante provocativa. Ela deve ser compreendida em seu contexto histórico, o de um país em que as teorias sobre a

formação social ajudaram a construir o mito de uma democracia racial, ao mesmo tempo em que fragmentos da cultura negra como a música e religiosidade eram exaltadas e apropriadas por pessoas brancas. Em outra medida, é possível contextualizar esta reflexão na contemporaneidade. Nunca se tratou tanto sobre o racismo no Brasil, nunca se teve uma circulação tão expressiva de livros publicados por intelectuais negros e negras, traduções de livros clássicos estadunidenses, caribenhos e latinos, produção de conteúdo audiovisual, musical, gráfica e digital nas redes sociais, produções diversas e sobre variados temas, de tecnologia a ciência, literatura, poesia, filosofia, finanças, artes e amenidades da vida cotidiana.

Ainda assim, a hegemonia das produções na televisão e no cinema brasileiro são de protagonistas brancos, tal como o são na academia. Se o argumento de desconhecimento acerca de uma supremacia branca no Brasil, ou a dificuldade de acesso à produção de negros e negras já não tinha razão de ser na década de 1970, quando viveu Beatriz Nascimento, tem muito menos em 2021. Acerca do conhecimento, resguardadas as diferenças em cada país, Grada Kilomba (2019) trata sobre este processo de objetificação do negro, que nos retira o lugar de sujeito e nos coloca numa posição de objeto. Esse lugar da “Outridade” não indica, como se acredita, uma falta de resistência ou interesse, mas sim a falta de acesso à representação. (KILOMBA, 2019).

Este contexto coloca algumas questões relacionadas à possibilidade de ser uma armadilha o fato de intelectuais negros e negras debaterem as questões raciais. Ao denunciarem e analisarem a situação no Brasil em termos de raça e racismo, pesquisadoras e pesquisadores negros se manteriam presos em uma armadilha de teorizar questões das quais a branquitude não quer tratar. Portanto, a intelectualidade negra estaria ocupando um nicho que seria sectário, na medida em que apenas os temas relativos à raça seriam próprios para estes pesquisadores, enquanto todos os demais temas lidos como universais seguiriam interditados a este grupo. Manter-se-ia, assim a hierarquização do saber-poder, visto que financiamentos, publicações, divisão de bolsas e linhas de pesquisa, bem como ocupação de vagas, seguiriam intactos.

Reconheço que não tenho uma posição, mas acredito que seja uma questão importante. Imagino que, assim como eu, outras intelectuais gostariam de tratar de temas diversos, mas há uma dupla convocação: a primeira subjetiva, por ser a escrita e a pesquisa uma forma de enfrentamento ao racismo; a segunda externa, por

reconhecer como uma reivindicação histórica dos movimentos negros e da nossa ancestralidade a ocupação dos espaços acadêmicos e o resgate da memória e história negada.

Em tempo, saliento que esta tese não é sobre racismo. Ela inscreve-se na teorização dos fundamentos da profissão e da necessária atualização, a fim de considerar as relações raciais como cimento de fundação da sociedade capitalista brasileira. Portanto, parte-se da ideia de que o racismo é estruturante da questão social, eleita por esforço teórico e ético como objeto profissional do Serviço Social brasileiro reconceituado e posicionado ao lado da classe trabalhadora da qual faz parte.

Sendo o Serviço Social uma profissão guiada pelo compromisso com uma sociedade igualitária e justa, livre de todos os preconceitos, ela jamais poderá se erigir em bases racializantes e hierarquizantes dos humanos. Como sujeitos históricos, cabe aos profissionais reprogramar a rota e corrigir o erro de tangenciar o racismo e a branquitude como categorias de poder e que sustentam o capitalismo racializado e neoliberal.

Neste sentido, trazer o pensamento feminista das mulheres negras como ferramenta ética e política de luta contra as opressões parece fundamental. Foram as feministas negras que primeiro apontaram a pretensão de universalismo presente no feminismo branco – que é chamado apenas de feminismo, ao passo que o feminismo vivido por mulheres negras é negro, o das mulheres indígenas é indígena e o das mulheres trans é transfeminista. Ou seja, ao se entender como universal, o feminismo branco pretende abarcar as experiências de todas as mulheres como se fosse algo homogêneo, excluindo as vidas que são constituídas em existências atravessadas pelas opressões de raça, etnia e sexualidades dissidentes.

Ainda hoje não se conseguiu ruir com o mito da democracia racial, denunciado por Lélia Gonzalez na década de 1980 como o fundamento de “silêncio ruidoso sobre as contradições raciais” e “um dos mais eficazes mitos de dominação ideológica” (GONZALEZ, 2020, p. 44).

Um dos problemas do pensamento feminista foi perceber o movimento como um projeto único, moldado para a mulher branca, ocidental, de classe média, instruída. Uma visão mais relativista do feminismo é incorporada em 1980, em que movimento começa a pensar em questões relativas aos diferentes tipos de mulher, considerando

aspectos culturais, sociais e, principalmente, étnicos. (PIEDADE, 2017, p.12).

A realidade impôs o imperativo de uma construção teórico-prática que comportasse e auxiliasse na luta das mulheres negras contra o racismo e sexismo. Assim, forja-se o feminismo negro que, para Lélia Gonzalez, “possui sua diferença específica em face do ocidental: o da solidariedade fundada numa experiência histórica comum” (1983, p. 101). Ou, afirma Sueli Carneiro:

Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais (CARNEIRO, 2003, p.118).

Assim, a conceituação da posição e da luta das mulheres negras a partir de um feminismo negro reposicionou as mulheres negras na luta antirracista, antissexista e anticapitalista, uma vez que, historicamente, a luta das mulheres negras esteve de modo tangencial nos movimentos negros, negada nos movimentos ditos feministas no mundo (CARNEIRO, 2003, p.118). Mulheres negras não tinham suas demandas reconhecidas no bojo do feminismo, tampouco nos movimentos negros, mas seguiam tentando construir a pauta coletiva por melhores condições de vida em ambos. As condições de vida destas mulheres negras eram, em sua maioria, precárias no pós-abolição. Ainda hoje elas recebem menores salários, são maioria em casa sem esgoto e como chefes de família, sendo, portanto, únicas responsáveis pelo sustento da casa.

Nessa perspectiva, a literatura nos auxilia a compreender estes processos. Laudelina de Campos Mello, sindicalista pelos direitos das empregadas domésticas, em entrevista narrou a infância nas décadas de 30-40 no Brasil:

A infância não foi [uma coisa boa]. Era sempre tratada como “negrinha”, “pererê”, “saci pererê”, “macaca”, sempre assim, né? ninguém chamava pelo nome. Eu tinha uma revolta dentro de mim. Sempre fui maltratada, a gente não tinha direito de entrar num lugar onde branco estava, mesmo depois da falsa carta de liberdade que a gente recebeu, uma carta condicional, né? não recebemos liberdade. Até hoje a gente tem aquela mágoa porque ainda existe..., então a gente não podia ir no clube deles, dos brancos, hoje ainda tem lugar que a gente não entra, não podia ir nos lugares aonde eles estavam,

né? Na igreja a gente ficava sempre no último lugar, não podia ficar na frente, se a gente chegasse a um lugar. (MELLO, 2019, p. 39-40).

Outra mulher importante na história do Brasil é Carolina Maria de Jesus. Ela foi a primeira escritora negra brasileira a ter seus livros traduzidos para vários idiomas, figurando entre os autores mais vendidos.

Mas eu vou deixar o dinheiro para comprar pão amanhã, porque eu só tenho 4 cruzeiros... Ontem eu ganhei metade de uma cabeça de porco no Frigorífico. Comemos a carne e guardei os ossos. E hoje pus os ossos para ferver. E com o caldo fiz as batatas. Os meus filhos estão sempre com fome. Quando eles passam muita fome eles não são exigentes no paladar... (JESUS, 2019, p. 61).

Ambas as mulheres negras expressam a realidade de mulheres negras no Brasil, através dos séculos. Uma vida atravessada pelo racismo, sexismo e classismo, e pela luta coletiva. A insurgência como modo de existir em uma sociedade profundamente desigual. Nenhuma delas reivindicava-se feminista negra, nem precisava. O feminismo negro foi e segue sendo forjado no movimento do real, como práxis. Teoriza a vida para modificar as vidas das mulheres, homens e crianças negras, entendendo que assim modificaria a sociedade como um todo. Um feminismo que se enxerga no homem negro e, portanto, não exclui os homens, compreendendo as marcas carregadas por ambos pelo racismo; também se emparceira com as mulheres brancas por partilhar a opressão do machismo e sexismo.

No entanto, esta realidade de ocupar o lugar do outro do outro, ou seja, o outro das brancas fossem diferentes no surgimento do feminismo. Por exemplo, a pauta do aborto não teve a mesma urgência para as negras como se constitui para mulheres brancas, ainda que sejam elas as que mais morrem em decorrência de abortos inseguros ou gestações sem acompanhamento em saúde.

Elas ainda lutam pelo direito de exercer a maternidade, considerando que os jovens negros são as principais vítimas do genocídio negro em curso. Mães negras tiveram seus filhos pretos arrancados na escravização para o tráfico de pessoas, e atualmente têm seus filhos arrancados pela falaciosa guerra às drogas. As feministas brancas se mantiveram alheias à essa realidade, ou foram incapazes de considerá-la durante várias décadas. Ainda hoje não é unânime entre o feminismo branco a necessidade de interseccionar raça, classe, gênero nas reflexões e lutas, mesmo que

esta realidade já esteja bem descrita e fundamentada, bastando que se queira estudar.

Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e inúmeras feministas negras seguiram nesta luta, somando-se a outras para a garantia de direitos das mulheres negras e dos homens negros, e pela garantia de um bem viver ainda hoje negado. Uma luta que parece ainda mais árdua, a julgar o que ocorria no período da ditadura militar. Mas, se formos mais longe na história, veremos que a luta inicia muito antes. Já havia tecnologia ancestral forjada nos quilombos por Dandaras e Terezas de Benguela, quando o corpo tinha dono, mas a alma se mantinha livre e em luta.

O movimento de mulheres do Brasil é um dos mais respeitados do mundo e referência fundamental em certos temas do interesse das mulheres no plano internacional. É também um dos movimentos com melhor performance dentre os movimentos sociais do país. Fato que ilustra a potência deste movimento foram os encaminhamentos da Constituição de 1988, que contemplou cerca de 80% das suas propostas, o que mudou radicalmente o status jurídico das mulheres no Brasil. A Constituição de 1988, entre outros feitos, destituiu o pátrio poder (CARNEIRO, 2003, p.117).

No entanto, Sueli Carneiro aponta que o feminismo, bem como outros movimentos sociais progressistas, esteve durante muito tempo prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres:

A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade. (CARNEIRO, 2003, p.117).

Sueli Carneiro, que ainda segue na luta intelectual e ativista junto a outras intelectuais negras, ajudou a compreender e construir o Brasil. Seus escritos ecoam e inspiram nova geração de intelectuais, em sua maioria negras, já que a vasta produção de intelectuais negras amefricanas tem pouca entrada na academia colonial branca brasileira, em que pese o pouco reconhecimento das construções teóricas de ambas na academia. No Serviço Social, estas autoras são desconhecidas e suas obras só são lidas e trabalhadas por mulheres negras que se enxergam nesses escritos. A produção dessas autoras negras pioneiramente antecedeu o conceito de

Interseccionalidade bastante utilizado atualmente, indicando um ineditismo e protagonismo intelectual na construção do pensamento feminista negro. Como refere Carla Akotirene: “É da mulher negra o coração do conceito da interseccionalidade” (AKOTIRENE, 2019, p. 24).

Nesse quadro, Márcia Eurico observa que “se o Serviço Social é parte e expressão da sociedade, a intervenção protagonizada por várias mulheres negras, militantes, que ingressaram na profissão tem grande impacto no sentido de ampliar o debate e exigir respostas institucionais acerca do racismo” (2018, p.517). A pesquisadora aponta que este ingresso impactou a ampliação do debate sobre os desdobramentos do racismo institucional no trabalho profissional. Um exemplo disso foi a menção ao tópico no Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), no período de 1990 a 1993, em que aborda uma alteração no código de ética profissional:

Pela primeira vez na história da profissão, a questão da não discriminação aparece como um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do (a) Assistente Social, aprovado em 1993. Deve-se destacar que a trajetória das mulheres negras, assistentes sociais, que travaram batalhas importantíssimas e abriram caminho para o debate étnico-racial no espaço acadêmico, a partir da década de 1980, ainda carecem de um registro rigoroso, que nos permita compreender melhor o debate no interior da profissão naquele período (EURICO, 2018, p. 519).

A falta de registros e a imprecisão nas narrativas biográficas de pessoas negras, são expressões do racismo. Por isso, o direito à memória é uma das lutas dos movimentos negros, uma luta contra o apagamento das produções teóricas. Nesse sentido, os movimentos sociais estão na base de todos os avanços democráticos no Brasil. Sobre isso, Matilde Ribeiro afirma:

Sem dúvida, a partir da atuação do movimento social, importantes passos foram dados, resultando na ampliação da participação política da população negra. Em especial, as mulheres negras, demonstraram grande impulso organizativo se tomarmos como referência, também, o ano de 1988, quando no Brasil foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Negras – I ENMN, no qual verificamos a demarcação de um novo ritmo às formulações políticas e à inserção desse e dos demais setores discriminados na agenda social e política, em âmbito nacional e internacional (RIBEIRO, 2008, p.988).

Ainda sobre a participação social das mulheres negras, temos a contribuição na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e

Intolerâncias Correlatas, realizada de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001, em Durban, África do Sul, que tiveram importantes reverberações no movimento por direitos das mulheres e contra o racismo no Brasil. Sobre as conferências, resgatamos as reflexões de Luiza Bairros, nascida em Porto Alegre, radicada na Bahia e falecida em 2016, tendo uma importante incidência política no movimento das negras no Brasil:

A Conferência, um ponto de inflexão nas formas de entender como o racismo historicamente tem operado no mundo, caracterizou-se pela atuação destacada de mulheres. A começar pela sólida presença das ativistas em todo o processo, passando pelo papel, ainda que às vezes criticado, da Alta Comissária de Direitos Humanos das Nações Unidas, Mary Robinson, para garantir a sua realização. Além disso, como diz Alzira Rufino, em seu depoimento para este dossiê, a escolha de Dlamini Zuma, Ministra das Relações Exteriores da África do Sul, e de uma brasileira negra, da Organização Fala Preta! Edna Roland, respectivamente como Presidente e Relatora-Geral da Conferência, materializou a visibilidade crescente das mulheres e do poder feminino na transformação do planeta (BAIRROS, 2002, p.169).

Para Sueli Carneiro, “A III Conferência constituiu um momento especial do crescente protagonismo das mulheres negras no combate ao racismo e à discriminação racial, tanto no plano nacional como no internacional. (CARNEIRO, 2002, p. 210)”. As mulheres negras compuseram a maioria da delegação brasileira na Conferência de Durban e atuaram decisivamente

para a aprovação dos parágrafos relativos aos afrodescendentes, as mulheres ofereceram contribuições originais que sensibilizaram várias delegações governamentais de países da América Latina. Exemplo disso é o papel ativo de Fátima Oliveira na formulação de questões de saúde, destacando a “necessidade de ações, por parte da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), para o reconhecimento do recorte racial/étnico e de gênero no campo da saúde acrescido de recomendação aos governos para a execução de políticas de atenção à saúde da população negra (...)” [...]. (CARNEIRO, 2002, p.211).

Na última vez em que a filósofa e ativista marxista Ângela Davis esteve no Brasil no ano de 2019, ela afirmou não entender por que no Brasil a colocávamos como referência do feminismo negro quando tínhamos Lélia Gonzalez. O que escutei desta fala foi: como vocês permitem o apagamento da contribuição teórica da grande intelectual Lélia Gonzalez? Tal questionamento pode inclusive ser ampliado para todos os intelectuais negros e negras ainda invisibilizados no Brasil. “Cada vez mais,

somente um tipo de teoria é visto como valioso – aquele que é eurocêntrico, linguisticamente empolado e embasado em abordagens filosóficas ocidental-masculino-branco- machistas e racialmente tendenciosas” (bell hooks, 2019, p.88). Articulando com o pensamento de Lélia Gonzalez,

É neste sentido que o racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que remete a uma divisão racial do trabalho extremamente útil e compartilhada pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas (GONZALEZ, 2021, p.124 -125).

Este sistema articulado ao sexismo seria um dos pilares de sustentação do sistema de estratificação social. Isso ajudaria a compreender as condições contemporâneas de trabalho e renda da população negra brasileira. Nem os avanços tecnológicos, científicos e culturais foram capazes de reduzir ou alterar de maneira mais enfática a estratificação social causada pela divisão racial e sexual do trabalho.

O racismo no Brasil tem determinado as condições de acesso a postos de trabalho mais protegidos e bem remunerados. Por exemplo, historicamente as mulheres negras se ocupavam dos trabalhos domésticos. Quando as mulheres brancas reivindicavam liberdade e acesso ao mercado de trabalho formal, as mulheres negras, que nunca foram esposas e do lar, ocupavam lado a lado os penosos trabalhos nas lavouras no período escravagista e os trabalhos forçados. Em seguida, foram e são as que assumiram e assumem em grande parte os trabalhos domésticos nas casas das mulheres brancas.

A reivindicação por direitos e salários do feminismo ocidental não intencionava alcançar as mulheres negras, que seguiram sem regulamentação de trabalho, num regime servil coberto pelo véu da tradição brasileira dos “quartos de empregada”, elevadores de serviço e uniformes para diferenciar empregadas domésticas nas ruas. Com jornadas de trabalho extenuantes, uma folga semanal quando as empregadas que dormem no trabalho podiam voltar para casa, sem férias, sem registro de trabalho e à margem das regulamentações trabalhistas, o ofício-sacrifício era caminho natural das filhas das domésticas, uma herança indesejada.

Mesmo assim, estas mulheres escreveram o Brasil, como Laudelina de Campos Mello, que foi empregada doméstica, ainda na infância foi obrigada ao trabalho infantil. Foi uma pioneira na luta associativa e uma das responsáveis pela regulamentação do trabalho doméstico.

No ano de 1936, criou a primeira associação de empregadas domésticas do país, que foi obrigada a fechar pelo Estado Novo, reaberta por ela em 1946. Durante a segunda guerra mundial, alistou-se no exército brasileiro. Foi militante da Frente Negra Brasileira e depois nas Comunidades Eclesiais de Base, em entrevista para Maria Dutra de Lima no ano de 1990, referiu: “Vou fazer 86 anos no dia 12 de outubro, se Deus quiser. Praticamente eu comecei a trabalhar com sete anos, já trabalhando como empregada, de babá, lá na minha terra, em Poços de Caldas.” (SANTANA, 2019, p.39).

Assim, o feminismo negro, constitui-se em uma práxis feminista negra. Uma forma de ser, estar e construir o mundo de maneira a modificar as bases estruturais racistas e sexistas em prol não apenas das mulheres negras, mas de todos. Contudo, sublinhando o entendimento de que se são as mulheres negras que estão na base da pirâmide e, portanto, num lugar de desumanização total, é o avanço da base que causa desequilíbrio na estrutura piramidal da sociedade.

4 FUNDAMENTOS DE UM SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO – INTERSECÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA ESTRUTURAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL

4.1 A produção do conhecimento no Serviço Social - estamos formando assistentes sociais para atuação na sociedade racista, patriarcal, cisgenêroheteronormativa e intolerante religiosa brasileira?

Em um exercício investigativo, consultei planos de ensino ou ementas da disciplina de Formação Sócio-histórica em doze cursos de graduação em Serviço Social brasileiros, em diferentes regiões do Brasil. Utilizei o buscador *Google* e tive acesso a dez planos das seguintes universidades: PUCRS e UFSM (região sul); UFF (região sudeste); UECE, IFCE e UFAL (nordeste); UNITINS e Centro Universitário Luterano de Palmas - ULBRA (região Norte). Dois cursos de graduação (UFRJ e IMACS) não tinham a disciplina.

A utilização do *Google* teve por intenção acessar os cursos através de como eles se apresentam para a sociedade virtualmente, em um acesso possível para qualquer interessado – sejam curiosos, pretendentes da profissão ou alunos. Neste sentido, é interessante verificar o que está descrito no plano e como o conteúdo se inscreve para uma identidade atribuída pelo pensamento coletivo acerca da profissão.

Nas ementas consultadas estão listadas obras de 89 intelectuais. Dentre essas publicações, há 13 mulheres e 66 homens. As mulheres estavam em obras coletivas, com mais de um autor. Sobre a nacionalidade dos autores, foi verificado um autor britânico (listado em ementas de três cursos diferentes), 1 alemão (listado em dois cursos), 5 estadunidenses, 1 francês, 1 uruguaio e 81 brasileiros. Todos os autores – homens e mulheres, brasileiros e estrangeiros – são brancos. Dos brasileiros, dois são oriundos do Nordeste, o restante é do Sudeste, com grande concentração de formações ou atuação em São Paulo.

Em quatro universidades a disciplina ancorava-se em três bibliografias. Três tinham 6, 8 e 11 referências entre livros e artigos. Um dos cursos listava 42 autores e 52 textos como referência, das quais 10 eram autoras mulheres e 32 homens,

nenhuma autoria negra. Para pensar raça no Brasil, a ementa apresentava Caio Prado Júnior, Robert Slenes e Gilberto Freyre.

Articulando estes dados, podemos pensar que o debate sobre a formação sócio-histórica do Brasil, que embasa nossa leitura crítica e atuação profissional no Serviço Social, é branco, masculino e baseado em autores europeus?

Para Yazbek e Iamamoto, o “Serviço Social só pode ser entendido no movimento histórico da sociedade, no complexo processo de (re)produção das relações sociais capitalistas. Este é entendido como reprodução da totalidade da vida em sociedade, na sua processualidade (2019, p.16). Isso requer a reivindicação da historicidade deste processo. Nessa perspectiva, a profissão adere a um esforço empreendido desde a reconceituação. As autoras resgatam o desafio da reconceituação do Serviço Social que ocorreu nos anos de 1960-1970, no qual

Buscava-se um Serviço Social genuinamente latino-americano, enraizado nos dilemas da “questão social” e da “questão nacional” nos países dependentes, no marco das relações entre o Estado e as classes sociais, no compromisso com os interesses e necessidades dos segmentos especialmente “oprimidos”. Esta orientação implicou rupturas com o colonialismo científico e cultural que presidiu as origens da profissão na região, espelhada nas influências franco-belgas e norte-americanas. (YASBEK; IAMAMOTO, 2019, p. 23).

Quais seriam os segmentos especialmente oprimidos? As autoras apontam a recusa às teorias importadas e uma maturação acadêmica verificada nas últimas quatro décadas, com sólida produção científica no marco “das particularidades históricas da América Latina e Caribe” (YASBEK; IAMAMOTO, 2019, p. 23). Não seria o processo de constituição do Brasil o que de mais particular teríamos? A engenharia colonial que construiu o Brasil, o escravismo com o tráfico de pessoas fez do país o segundo no mundo com maior população de afrodescendentes, somando 115 milhões de pessoas (negros para o IBGE como soma de pretos e pardos), número inferior apenas à população da Nigéria, que atualmente é de 190 milhões de pessoas, superior à população da Etiópia, o segundo país africano mais populoso, com 105 milhões (GOMES, 2019, p.24).

Como este sistema de tamanhas proporções, que perdurou por quase 400 anos, sendo o Brasil o último país a encerrar o tráfico de pessoas, pode, ainda, ser negligenciado quando se discute formação sócio-histórica?

Para nós, porém, não se estudar os quatrocentos anos de escravidão, as suas limitações estruturais, as suas contradições, as limitações do seu ritmo de produção, e, finalmente, a alienação total da pessoa humana - explorados e exploradores - é descartar ou escamotear o fundamental. (MOURA, 1983, p.124).

Para não incorrer neste erro, é necessário estudarmos este sistema para compreendermos as marcas da colonialidade que se arrastam até o século XXI. Isso porque o capitalismo é uma relação social que se universalizou criando um contingente de expropriados, mantendo as opressões surgidas em formações anteriores, a exemplo do racismo e do machismo.

A análise dessas e das demais formas de opressões implica também em conhecer a sociedade que as estruturam e as (novas) formas de sua apropriação (CARDOSO, 2018), aspectos que constituem a questão social. Nesse sentido, junto às desigualdades de gênero, sexualidades e territórios (com a ocupação territorial profundamente marcada pela racialização), as relações raciais não “matizam as desigualdades de classe” (YASBEK; IAMAMOTO, 2019, p.34) mas são solos das desigualdades de classe.

É através da racialização das pessoas que o capitalismo consegue expropriar e explorar trabalhadores. A partir da desumanização de sujeitos racializados e marcados pelo sexismo se amplia a massa de descartáveis, não mais assentados para exército de reserva, diante do avanço da financeirização, da especulação e da revolução digital em franca expansão, num movimento de ampliação do capital onde dinheiro-gera-dinheiro. “Nesta forma mais fetichizada do capital, o juro aparece como se brotasse da mera *propriedade* do capital, independente da produção e da expropriação do trabalho não pago de trabalhadores.” (YASBEK; IAMAMOTO, 2019, p.36, grifos das autoras). Pode não haver produção nem expropriação do trabalho, mas há um sistema que, a partir da racialização e do necropoder, define quem deve viver e quem deve morrer. Temos um sistema capitalista racializado que expropria a vida quando descarta a força de trabalho. Um sistema mundo financeirizado, sob corpos humanos.

A “*questão social*” é inerente à sociedade de classes e seus antagonismos, envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, com o selo das particularidades nacionais. A *gênese* da “questão social” encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. É,

portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda da sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais. (YASBEK; IAMAMOTO, 2019, p.380, grifos das autoras)

As pessoas sequestradas, trazidas à força de outro continente, escravizadas para o trabalho forçado e não remunerado, impossibilitadas de negociar sua força de trabalho, mas expropriadas não só do seu trabalho, mas de sua força vital, não são consideradas na questão social? O trabalhador não livre ainda assim era um trabalhador, a luta de classes para insurgir contra o senhor-feitor, visando garantir necessidades não atendidas, exigindo liberdade, forçaram o fim do escravismo e o embrião da república. O racismo está na base das primeiras compreensões acerca do povo brasileiro e, portanto, permeia nossa construção sobre a questão social apreendida em suas particularidades brasileiras. A república carregou o escravismo. O novo imbricado ao arcaico. “Essa coexistência de temporalidades históricas desiguais faz com que a questão social presente, hoje, tanto marcas do passado quanto do presente, radicalizando-a” (IAMAMOTO, 2004, p. 77).

O moderno vinha à luz pelo ventre do arcaico e do tradicional. As elites do latifúndio em dissidência; este “Brasil negro”, é que portavam os papéis de condução política da imposição do moderno. [...] O passado reverenciará o moderno, instalando-o, mas cobrando o pedágio da sua conservação (HOLLANDA, 1978, p. 8).

O racismo estrutural é uma das questões mais importantes do Brasil hoje! Não como uma expressão da questão social, nem como um problema de caráter dos sujeitos racistas, tampouco como doença psíquica. O racismo é, como aponta Étienne Balibar e Immanuel Wallerstein, “uma relação social, não um simples delírio de sujeitos racistas” (2021, p.79). Como estruturante da sociedade e constitutiva das classes, incidiu na formação da classe trabalhadora na América latina e Caribe e estrutura a reprodução das relações sociais, entendida como reprodução da sociedade, o modo de vida das pessoas, como se relacionam, se entendem e compreendem o mundo.

Comumente se atribui a questão social à formação da classe operária e as transformações econômicas, políticas e sociais do capital da Europa do século XIX, compreendida a partir das particularidades na sociedade brasileira. A crescente

pauperização relativa do trabalhador se encontraria na gênese da “questão social” (YASBEK; IAMAMOTO, 2019, p.41).

A “questão social”, seu aparecimento, diz respeito diretamente a generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formação econômico-social brasileira (IAMAMOTO; CARVALHO, 1998, p.125).

. Reproduzimos à exaustão o discurso sobre o surgimento da classe trabalhadora no início do século XX e seus processos organizativos a partir da chegada dos europeus migrantes e, como nos aponta Gracyelle Ferreira, como eles foram responsáveis por trazer “as correntes anarquistas e socialistas que possibilitaram, na década de 30, a explicitação de uma questão social no país” (FERREIRA, 2020, p.34). A autora ainda sinaliza para a ideia corrente, ainda que nem sempre explicitada, de que os negros saíram de cena nos pós-abolição. “Afinal, pouco qualificados como eram, não puderam competir com a expertise dos europeus e assistiram este processo aceitando seu “déficit” e “anomalia” causada pela escravidão” (FERREIRA, 2020, p.34).

A produção discursiva atribui aos brancos o progresso, a bondade e a civilidade. Após a abolição, discursos recorrentes desqualificavam os brasileiros negros, como se não fossem “apropriados” para o trabalho assalariado. Como se não tivesse sido a partir do seu trabalho escravizado que o país se ergueu. A anomalia está no negro e não no regime escravagista. O racismo tenta destituir o sujeito de sua humanidade e, portanto, torna-o passível de ser responsabilizado por condições degradantes a que é submetido.

O negro é inferior pela sua condição de ex-escravo, cabendo-lhes as migalhas do produto do trabalho, embora tenha, por mais de 300 anos, trabalhado forçadamente sem receber nada por isso. Assim operou a ideologia dominante na colonização e ainda está presente no imaginário social. (ALMEIDA, 2011, p.67)

Outro elemento central na sociedade capitalista dependente brasileira é a histórica concentração de riquezas. A manutenção da concentração da posse da terra, com ampliação dos lotes latifundiários da qual uma pequena elite se apropria, se

reflete na crescente desigualdade de renda, que hoje atinge níveis estratosféricos. Como mencionado em capítulo anterior, “em 2020, quase a metade da riqueza do país foi toda para a mão do 1% mais rico da população: 49,6%. Em 2019, eles detinham 46,9%.” (CNN BRASIL, 2021). Esse quadro é o pior nível de concentração de renda desde os anos 2000, período em que o 1% por cento mais rico era dono de 44,2% das riquezas no Brasil. Para se ter uma noção, a menor proporção registrada foi no ano de 2010, quando o 1% mais rico detinha 40,5% das riquezas nacionais, segundo o relatório de riqueza global do banco Credit Suisse (CNN BRASIL).

A concentração de renda não pode ser entendida apenas como desigualdade. Quando 1% se apropria de 45% da produção de riqueza mundial, esse quadro não pode ser nomeado como desigualdade. Trata-se, de fato, de expropriação. Estes patamares não podem ser modificados dentro desta estrutura capitalista. Ainda que ocorra uma elevação da renda da população mais pobre, ou que a pobreza extrema seja erradicada, estes fatores podem não alterar esta diferença abismal de distribuição da riqueza.

Os dados de 2020 assustam ainda mais se forem contextualizados dentro do seu tempo histórico, visto que neste ano que o mundo foi assolado pela pandemia causada pelo vírus SARS-COV 19. A pandemia desencadeou uma crise global, não apenas sanitária, mas social, econômica, ecológica, humanitária e territorial, que têm impactado a vida da classe trabalhadora atual e provavelmente futuras ao redor do globo. Milhares de pessoas no Brasil perderam seus empregos e a possibilidade de manutenção das suas vidas, as necessidades mais básicas foram negligenciadas, como a de ter segurança alimentar e moradia.

Espremem-se famílias inteiras nas ruas, não apenas nos centros das grandes cidades, mas nas ruas periféricas destas cidades. No capital especulativo financeiro, a moradia torna-se investimento e renda e, portanto, atende ao interesse individual e não social. Trabalhador sem emprego não pode arcar com os valores absurdos dos aluguéis no Brasil, daí a ocupação das ruas como precária alternativa. A população em situação de rua não é uniforme. Há singularidades, trajetórias e histórias de vida diversas, mas é inegável a precarização e a pobreza como estruturas dos processos de realização.

Embora as trajetórias sejam múltiplas e os processos de realização singulares, são também coletivos, à medida que há uma sinergia de

atravessamentos que promovem a exclusão do trabalho e das condições dignas para manutenção da vida. Entre elas, as mudanças no mundo do trabalho, com novas exigências de qualificação profissional, flexibilização das regras trabalhistas - que aumenta a rotatividade nos postos de trabalho, reduz os salários e deixa em maior desproteção os trabalhadores; o desemprego recorde, bem como a retração das políticas públicas são questões estruturais que impedem o acesso ao trabalho e renda e a condições dignas de vida para um contingente cada dia maior de trabalhadores. Todos eles se relacionam com a pobreza e com a privação de condições de se manter materialmente [...] (TELESSAÚDERS / UFRGS, 2020, p.4)

Um projeto acelerado de desregulamentação e precarização do trabalho que vinha ocorrendo desde a década de 1990 foi intensificado na pandemia. O desemprego atingiu níveis recordes e impactou com grande intensidade a massa trabalhadora. A taxa de desocupação cresceu para todos os grupos de cor ou raça durante a pandemia, ainda em curso enquanto escrevemos este capítulo. Mas, considerando-se somente a população negra – homens e mulheres – essa elevação foi ainda superior: passou de 10,7% (homens) e 13,8% (mulheres) em maio de 2020 para, respectivamente, 12,7% e 17,6% em julho de 2020 (SILVA; SILVA, 2021). As mulheres negras foram, dentre as/os trabalhadoras/es, as que mais perderam o emprego durante esse período pandêmico.

O Serviço Social brasileiro vem fazendo um esforço de rompimento com o conservadorismo e de se referenciar teoricamente no materialismo dialético, buscando reconhecer-se dentro de uma produção de práxis que considere uma realidade na América Latina. Isso propiciou um adensamento teórico intenso nas últimas décadas. No entanto, cabe pontuar que ainda é incipiente a produção teórica que tome por base a realidade brasileira dentro de uma realidade latino-americana. E mais, as bases de análise para compreender os processos latino-americanos são coloniais, carregando o racismo desde a nomeação da região.

O próprio termo “América Latina” apaga a contribuição dos povos originários, que constituem a identidade dos povos que vivem no Sul Global, muito mais amefricanos, como formulou Lélia Gonzalez, do que latinos. Visto que a latinidade é uma construção imperialista para desqualificar os povos tidos como subalternos, a antropóloga criou a categoria de ladino-amefricano para marcar uma identidade marcada pelos povos africanos e indígenas. Para a autora,

é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o t pelo d para, aí sim, nomear o nosso país com todas as letras: América Ladina (cuja neurose cultural tem no racismo o seu sintoma por excelência). Neste contexto todos os brasileiros (e não apenas os pretos e os “pardos” do IBGE) são ladino-amefricanos. [...] Enquanto denegação dessa latino-amefricanidade, o racismo “à brasileira” se volta justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não fazer (democracia racial brasileira), (GONZALEZ, 2020, p.115)

A intelectual chama atenção para a linguagem como uma arena de poder, uma forma de apagamento e ocultação dessas populações. É pela linguagem, também, que se subalterniza pessoas e se mantém hierarquias raciais. Como já mencionado, o mito da democracia racial escamoteou o racismo e é usado para negar que o escravagismo de mais de 350 anos deixou sequelas, sem qualquer reparação para o povo negro.

O racismo enraizou-se e foi sofisticado. Ainda hoje, diante de provas irrefutáveis de sua existência na sociedade brasileira, e até com a popularização do conceito de racismo estrutural, nega-se socialmente seus impactos nas vidas das pessoas negras – e brancas também, uma vez que as heranças e privilégios da branquitude também são fruto da estrutura racista brasileira.

Lélia Gonzalez estabeleceu bases para a compreensão do racismo analisando a formação das sociedades da América Ladina e Caribe.

As sociedades que vieram a constituir a chamada América Latina foram as herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas. Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante (GONZALEZ, 2020, p.119).

As relações raciais no Brasil eram tomadas como harmônicas em contraste com as formas abertas de segregação como o Apartheid na África ou o regime *Jim Crow* (leis segregacionistas que foram aplicadas entre 1877 e 1964) nos Estados Unidos, nas quais havia uma divisão decretada por leis que impediam que negros e brancos ocupassem os mesmos espaços geográficos e simbólicos. Nesse comparativo, a ausência de um sistema aberto de segregação ajudou a criar a farsa de uma democracia entre as raças no Brasil, que só começou a ser mais fortemente questionada na década de 1980. Ainda hoje, cinco décadas depois, o mito da

democracia racial segue vivo e operante. Segundo Lélia Gonzalez (2020, p. 44) esse processo se constitui como mito de dominação ideológica e representa um “silêncio ruidoso sobre as contradições raciais”.

No Brasil, em que as hierarquias raciais modelam a ideologia do trabalho antes e depois da abolição e, por conseguinte, a questão social, o domínio teórico-metodológico necessário ao conhecimento e ação das/os assistentes sociais adquire um sentido de totalidade quando aliado à pesquisa dos fenômenos históricos particulares que abrangem os processos coloniais, a escravidão como modo de produção, as resistências e lutas negras e indígenas. (SILVA, 2021, p.163).

O trato da questão social e o trabalho nas políticas sociais carregam o imperativo da apreensão totalizante da formação social brasileira, incluindo a escravização que percorreu grande parte da história do Brasil e as consequências deste processo na atualidade. No âmbito do Serviço Social, apesar dos esforços, no que tange a incorporação da questão étnico-racial na formação e trabalho profissional, há certo silenciamento, ou seja, há “a naturalização e/ou invisibilidade da questão étnico-racial e a forma secundária com que o seu debate é encaminhado pela profissão” (CORREIA, 2020, p. 120). Esse silenciamento gera estranheza ao considerarmos o compromisso com a materialização de valores e princípios inscritos no Projeto Ético-Político Profissional.

Portanto, é importante se debruçar sobre as bases de sustentação e fundamentação da profissão, a fim de verificar em que medida orientam e subsidiam uma formação e um exercício profissional ancorado no antirracismo e no antissexismo. Dessa maneira é preciso reposicionar a discussão da questão social, tendo também por fundamento a questão racial, considerando os impactos do colonialismo e do racismo na sociedade brasileira. No âmbito da formação profissional em Serviço Social, segundo as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL), faz-se necessário “destacar que em cada um dos Núcleos de Fundamentação precisam comparecer conteúdos que sustentem uma formação antirracista” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2018, p. 19).

Atenta aos movimentos da realidade, percebo que os dados sobre o modo como o racismo estrutura as relações sociais são abundantes, defectivos e irrefutáveis. Porém, ao serem analisados e teorizados no âmbito do Serviço Social,

retira-se a dimensão racial e surgem como se a estruturação racista não fosse fundamental para sua compreensão. As produções que utilizam a raça como categoria de análise são diminutas no arcabouço teórico e prático do Serviço Social, de forma que a produção do conhecimento em sua hegemonia teórica não expressa os processos de exploração, dominação e opressão de raça/etnia. Esta realidade trouxe o desafio para esta pesquisa, anterior à formulação de sua questão central e objetivos, já que “apenas uma parte minoritária do Serviço Social brasileiro empreende alguns esforços no sentido de colocar na pauta do dia o racismo brasileiro e suas consequências para 50,7% da população do país” (MARTINS, 2014, p. 114). Atualizando o dado apontado por Martins, a população do país que se autodeclara negra, isto é, a soma de pretos e pardos, segundo o IBGE, já totaliza 56%, constituindo a maioria da população brasileira. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

Esta urgência em assumir em definitivo a categoria raça e, portanto, o racismo que ela constrói não é uma elaboração minha. Ao contrário, apenas faço coro às assistentes sociais pioneiras no debate que me antecederam e de cujas formulações teóricas eu me utilizo para esta tese e para meu exercício profissional. Um exemplo é Magali Almeida, que se debruça sobre os estudos das relações étnico-raciais desde a década de 1980. Assim como ela, outras intelectuais vêm discutindo com afincamento estas questões.

É fundamental destacar que a história da profissão é atravessada por tensões de implicações étnico-raciais, pois as relações desiguais (de raça, gênero e classe) moldam e edificam, historicamente, as relações sociais capitalistas e a sociabilidade burguesa no Brasil, contra a qual lutamos com vistas a sua superação (ALMEIDA; ROCHA; BRANCO, 2019, p. 171).

O processo de renovação do Serviço Social latino-americano implode as bases conservadoras da profissão e coloca para as/os profissionais o desafio de construir outro projeto profissional, vinculado à classe trabalhadora e aos movimentos sociais a ela inerentes. Os esforços da categoria por um projeto ético-político crítico e comprometido com a classe trabalhadora, em luta pela hegemonia na categoria, não deve apagar as polifonias dentro deste projeto. Uma delas é a pouca permeabilidade à apreensão da questão racial no bojo da questão social.

Verifica-se a dificuldade em nomear o racismo, num discurso que aponta para, mas não avança na discussão teórica. O racismo estrutural se dilui na categoria teórica desigualdade ou, ainda, como nuances das classes sociais a despeito de muitas intelectuais já virem afirmando a urgência na centralidade do debate. Tal imperativo é considerado fundamental nas reflexões teóricas produzidas pelas autoras que ancoram esta tese.

Importante ressaltar que a primeira iniciativa de publicação temática sobre relações étnico-raciais no serviço social ocorreu em 2013 com a organização do volume 13 da Revista *Libertas*, do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, em homenagem à assistente social Franciane Cristina (doutoranda do curso de serviço social da Universidade Federal do Rio de Janeiro), falecida em março do mesmo ano. Nesta edição da revista todos os artigos abordam as relações raciais e as expressões do racismo no Brasil em diferentes contextos, configurando uma importante fonte de acesso às reflexões produzidas, mas também como consulta de referências para outros que queiram se apropriar da temática a partir de pontos de vista críticos. E a segunda iniciativa deste tipo ocorreu no ano de 2017 pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro com a publicação da Revista *O Social em Questão* nº 39. (SILVA, 2017 p. 101).

A partir deste marco resgatado por Ana Paula Procópio da Silva, é importante mapear a discussão teórica a partir deste marco inaugural, ao menos nos periódicos, visto que já havia trabalhos de conclusão de curso e de pós-graduação anteriores. Ao pesquisarmos nos principais periódicos da área², encontramos 51 artigos publicados nos últimos cinco anos, dos quais 43 nos anos de 2020 e 2021, destes 32 artigos publicados em um único periódico, que dedicou dois números da revista no ano de 2020 para a temática étnico-racial. Ou seja, foi preciso criar um dossiê especial para a discussão sobre um tema, reconhecido como transversal nas diretrizes curriculares, e estruturante da sociedade brasileira.

² Reforçamos que nosso critério para classificar a importância foi seguir a avaliação da Capes, sendo, portanto, um critério objetivo e não uma valoração subjetiva de importância.

4.1.2 Raça e Racismo Na Produção Do Conhecimento No Serviço Social Brasileiro

A pesquisa bibliográfica sedimentou parte do percurso metodológico de pesquisa, fornecendo base teórica para eleição dos descritores que foram adotados para a busca nas bases de dados Scielo e Portal de Periódicos da Capes, a fim de executar a pesquisa documental utilizando artigos publicados nos principais periódicos da área de Serviço Social. As revistas pesquisadas foram Serviço Social e Sociedade, revista mais antiga e consolidada na área; Kathalysis, revista qualis A1; Textos e Contextos também qualis A1, e revista do programa onde esta tese se desenvolveu; revistas Em Pauta, Argumentum e Ser Social, completam os periódicos analisados, a partir dos seus artigos publicados nos últimos cinco anos, de janeiro de 2017 a dezembro de 2021. Cabe referir que a revista Textos e Contextos não está relacionada na tabela abaixo por não ter artigos que correspondesse aos descritores buscados. A concentração de artigos por periódico pode ser visualizada na tabela a seguir:

Nome da Revista	Total de artigos publicados
Em pauta (Rio de Janeiro)	32
Revista katálysis	11
Ser Social	8
Serviço Social e Sociedade	7
Argumenta	2
Argumentum	2

Tabela 1 – Fonte Ryann

Os artigos foram buscados a partir dos descritores: raça, racismo, questão racial e relações étnico-raciais. Para seleção os critérios adotados ainda, foram: artigos em língua portuguesa, que analisassem a realidade brasileira, revisados por pares, disponibilizados digitalmente. Todos os artigos que retornaram na busca foram baixados para o aplicativo de revisão sistemática Ryan, a partir do qual foi possível fazer a primeira desmontagem dos textos. Foram encontrados na busca nos periódicos 62 artigos destes, 51 correspondiam fielmente aos critérios da pesquisa e foram incluídos no corpus de análise da pesquisa. Já 11 artigos foram excluídos sendo:

Tabela 2 – Classificação dos motivos para exclusão dos artigos.

Motivo para exclusão	Quantidade de artigos excluídos
<u>Racismo não é categoria de análise</u>	3
<u>Realidade estrangeira</u>	2
<u>Publicação errada (revista argumenta)</u>	2
<u>Entrevista</u>	2
<u>Não diz respeito ao serviço social (teoria geral da Administração)</u>	1
<u>Homenagem em vida</u>	1
<u>Total</u>	11

Fonte – Cópia de Tabela de Categorização do Ryan

A desmontagem dos textos, também denominado de processo de unitarização, consiste em examinar os materiais em seus detalhes, desconstruindo cada texto e fragmentando-os no sentido de percorrer unidades constituintes, enunciados referentes aos fenômenos estudados (MORAES, 2003). O processo de estabelecimento de relações, denominado de categorização, implica no estabelecimento de relações entre as unidades de base, combinando-as e classificando-as no sentido de compreender como esses elementos unitários podem ser reunidos na formação de conjuntos mais complexos, dando origem as categorias (MORAES, 2003). A desconstrução foi realizada a partir da leitura dos resumos e palavras chaves, buscando elencar unidades que constituíam mais de um dos textos, unindo palavras chaves semelhantes em seus sentidos ou conceitualmente próximas. Na tabela abaixo está o resultado deste primeiro esforço de categorização, em ordem decrescente de incidência, as principais categorias elencadas nos artigos, apontadas pelos seus autores nas palavras-chaves ou resumos. Racismo aparece como palavra-chave em mais da metade dos artigos; em seguida, a discussão sobre o serviço social, seguido de mulheres negras, trabalho, saúde e educação. Após aparece a questão social e raça. Além destas categorias apontadas, apareceram com menor incidência outras, demonstrando a diversidade de abordagens sobre o tema.

Quadro 1 – Categorias iniciais da análise dos artigos

	Categorias iniciais	número de artigos que abordam a categoria
1	Racismo	32

2	Serviço Social	9
3	Mulheres negras	5
4	Trabalho	5
	Saúde	5
	Educação	5
5	Questão social	4
	Raça	4
6	Questão racial	3
	Racismo institucional	3
	Questão étnica	3
	Genocídio	3
	Criminalização	3
	desigualdades raciais	3
	Antirracismo	3
	Violência	3
7	Juventude Negra	2
	Interseccionalidade	2
	Feminismo	2
	Política Sobre Drogas	2
	População Negra	2
	Autoritarismo	2
	Capitalismo	2
	Gênero	2
	Diáspora	2
	Relações étnico-raciais	2
	Patriarcado	2
	Direitos Humanos	2
	Relações raciais	2

	Branquitude	2
	Hierarquia racial	2
	Formação Social	2

Fonte: elaborado pela autora (2022).

A partir dos enunciados e dos sentidos captados, se definiu duas categorias, que visam dar conta das grandes tendências da produção do conhecimento sobre raça e racismo e relações raciais no serviço social expressa nos principais periódicos da área. Uma primeira tendência que diz respeito a violência do racismo, onde foram enquadrados os artigos que versavam sobre genocídio negro, violência, extermínio da juventude negra, encarceramento e guerra às drogas, conservadorismo, autoritarismo, hierarquia racial. O tema trabalho foi contemplado nesta tendência, considerando as discussões trazidas na perspectiva de desigualdade racial no acesso, proteção e renda no mundo do trabalho; e uma segunda tendência que diz respeito a políticas de afirmação, onde se situam a discussão sobre cotas, ensino superior, trajetórias de mulheres negras, educação e políticas de saúde da população negra. Foram construídos metatextos considerando os conceitos adotados pelos autores, em diálogo com a conceituação construída nesta tese.

Questão social que apareceu como categoria chave em apenas quatro artigos, é a discussão central deste estudo e, portanto, não foi enquadrada na articulação das tendências. Pois identificou-se a baixa incidência como categoria central traduzida em palavras chaves, indicando que a discussão sobre raça, racismo e relações raciais não traz consigo o adensamento do debate sobre questão social e fundamentos profissionais, e tendo em vista que neste estudo o debate da questão social se faz a partir do reconhecimento que a mesma é estruturada pelo racismo e portanto, está intrinsicamente colocada no debate em todas as tendências apontadas, ainda que reconhecendo que nem sempre em centralidade nos estudos analisados, o que inclusive justifica a tessitura desta tese.

4.2 Violência do racismo antinegro no Brasil

A totalidade dos artigos abordava em alguma medida dados, indicadores sociais e apreensões do real demonstrando a violência do racismo antinegro, seja

pela sua expressão mais explícita como o genocídio negro, o crescimento do encarceramento, e a violência da política sobre drogas; a violência contra as mulheres negras e a negação ao direito a saúde, assim como outras dimensões não tão explícitas, mas igualmente violentas que são pouco debatidas no serviço social que diz respeito a desigualdade de acesso ao trabalho para a população negra.

Como ponto de partida, a antinegitude é o fundamento da Humanidade. O ser moderno se define em oposição ao não ser negro (VARGAS, 2020, p.18).

O silenciamento e aniquilação de determinadas existências compõem as estratégias de um projeto de sociedade que está assentado na distribuição desigual dos poderes e que desumanizou a população negra (PASSOS, 2021, p.303).

A opção por discutir também trabalho dentro desta perspectiva de violência do racismo antinegro, é uma aposta teórica e ética. Primeiro por considerar violento um sistema que estruturalmente se reconstrói visando manter negros percebendo metade da remuneração, já baixa, de trabalhadores brancos, bem como igualmente violento que a imensa maioria de cargos de gestão sejam ocupados por pessoas brancas.

E segundo, por entender como contraditório o serviço social ter na categoria trabalho uma de suas bases mais sólidas de análise do real e produção do conhecimento, mas quase sempre desassociada desta brutal realidade brasileira, onde a precarização da classe trabalhadora fundamenta-se na hierarquia racial e de gênero. Neste sentido, reiteramos que a raça, se constitui como categoria fundamental de análise da realidade brasileira, bem como fator determinante para superar desigualdades raciais e sociais.

Negar a categoria raça significa negar a construção discursiva dos sujeitos negros, bem como potencializar o racismo brasileiro, com a sua aversão aos conflitos e diferenças – aquele racismo arraigado nas instituições, relações sociais e movimentos (LIMA e CORDEIRO, 2020, p.102).

Este processo se constitui em dupla negação, por um lado a dissociação das condições dos trabalhadores de sua raça, que também produz como parte do mesmo processo, a negação da luta organizada destes trabalhadores, que ocorre em

condições determinadas socialmente pela raça e seu tempo histórico. Como resultado a invisibilização dos sujeitos negros.

Explico: negamos o trabalho escravizado dos negros e negras no Brasil como marco de classe trabalhadora. Nega-se também a organização destes trabalhadores em quilombos e insurgências diversas como organização de classe, das mais genuínas e combativas. Manter a mente livre, em solidariedade com os seus iguais, visando alternativas coletivas em meio a açoites e senzalas é a tradução de revolucionário.

Ainda que a criação da categoria raça e o processo de racialização que hierarquizou as pessoas, determine o racismo como constructo organizador das relações sociais em múltiplas sociedades, sobretudo as capitalistas, esta categoria aparece como chave em apenas 4 dos documentos. Podemos inferir que há um debate ainda tímido sobre as consequências e manifestações do racismo, a desigualdade racial, há uma discussão ainda por fazer sobre a racialização da sociedade brasileira tomando o racismo como estrutural, não só como um conceito a ser citado, mas de fato apreendido em sua estruturação das relações sociais. E por consequência tomar a branquitude como categoria de poder, para além de um conceito. Branquitude como uma das chaves de compreensão das relações raciais, foi discutida em apenas dois documentos.

Apreender as múltiplas determinações das relações étnico-raciais requer tomar como ponto de partida os impactos do silenciamento acerca dos privilégios do grupo branco, sustentado pela via do branqueamento e da construção social da branquitude nas produções acadêmicas acerca da população negra, no contexto da sociedade brasileira:[...] (EURICO,2020, p.73).

Somos historicamente determinados, como discutir trabalho na particularidade brasileira apagando as determinações de raça e gênero da classe trabalhadora brasileira? Tanto em suas condições estruturais para o trabalho quanto em suas múltiplas formas de resistência, ambas determinadas por sua autodeclaração racial, sua identidade de gênero, sexualidades e territórios de moradia e existência, dentre outras características de existência.

No decorrer de todo o escravismo no Brasil, foram intensos e numerosos os confrontos entre os/as escravizados/as e senhores e autoridades, cujo conflito central foi o trabalho. Se, por um lado, aos proprietários interessava o trabalho intensivo, por outro, a recusa deste foi a forma que as/os escravizadas/os encontraram para reagir. (CORATO, 2020, p.45).

A partir de 1930, as elites dominantes construíram um discurso de negação sistemática das diferenças raciais. A ideologia da mestiçagem nos mergulhou em um racismo violento e nada sutil, que minou a identidade racial da população e que perpetua enormes desigualdades raciais (LIMA e CORDEIRO, 2020, p.102).

[...] ao estudar que a Lei Eloy Chaves beneficiou ferroviários, marítimos e portuários com aposentadorias e pensões, quantos imaginam estes sujeitos como negros e liderando atividades grevistas com milhares de companheiros também negros? Ou que, antes disso, já organizavam seus próprios métodos de garantia de proteção e cuidados coletivos? A omissão da condição racial destes sujeitos e grupos tende a produzir seu entendimento como brancos. Além disso, as declarações nas quais a condição racial é explícita comumente ressaltam uma brancura originalmente europeia (COSTA, 2020, p.69).

Portanto as discussões sobre trabalho/ modo de produção e trabalhadores negros expressas nos documentos analisados, serão tomadas em sentidos dentro da categorização violência do racismo antinegro, mesmo que dialeticamente se reconheça os processos de resistência históricas contra esta violência, que inclusive procurei sublinhar ao longo desta escrita.

Como discutir trabalho sem considerar que o capitalismo racializado faz a gestão do exército de reserva dos trabalhadores utilizando a maquinaria do Estado a partir da necropolítica? Dito de outro modo: há um genocídio em curso! Anúncio, a esta altura da leitura, tardiamente, que esta informação será reiterada de variadas maneiras nesta tese.

Essa integração dos(as) trabalhadores(as) negros(as), como massa marginal na sociedade de classe, promove formas históricas e multifacetadas de violências, inclusive o genocídio, sobre as populações negras e indígenas, que ainda estão entre as mais acometidas pela covid-19 (EURICO, GONÇALVES e FORNAZIER, 2021, p.88).

Em pleno século XXI a sociedade brasileira ainda permanece em silêncio quando o tema é racismo e seus impactos na população negra. O caráter de invisibilidade e minimização desses impactos faz parte dos arranjos políticos-ideológicos vigentes nessas práticas.

Mesmo depois do fim da escravidão e com o advento do regime republicano, a sociedade brasileira se recusa a reconhecer o racismo como fator estruturante das relações sociais e das desigualdades raciais, a ponto de estabelecer o mito da democracia racial, mais tarde desmascarado pelos movimentos negros. Ignora o genocídio em curso para obter as vantagens que o racismo proporciona aos brancos (XAVIER, 2020, p.24)

Para que não restem dúvidas: Lúcia Xavier ainda retoma a Convenção para os Crimes de Genocídio, que também guia o conceito de genocídio utilizado neste estudo. De acordo com a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (1951), em seu Artigo 2º

entende-se por genocídio qualquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal: a) matar membros do grupo; b) causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo; c) submeter intencionalmente o grupo a condição de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial; d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio de grupo; e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo.

Os negros são as maiores vítimas de violência letal, respondendo por 77% das pessoas vitimadas por homicídios no ano de 2019, segundo dados apresentados no Atlas da Violência (CERQUEIRA; FERREIRA; BUENO, 2021), com uma taxa de 29,2 homicídios por 100 mil habitantes. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Além disso, “a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras”. (CERQUEIRA; FERREIRA; BUENO, 2021, p.49).

Analisando e interseccionando gênero, “as mulheres negras representaram 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação à taxa de 2,5 para mulheres não negras” (CERQUEIRA; FERREIRA; BUENO, 2021, p.49). Cabe sublinhar que, considerando a última década, houve uma redução nas taxas de homicídios no país, mas esta redução concentrou-se na população não negra. “Entre 2009 e 2019, as taxas de homicídio apresentaram uma diminuição de 20,3%, sendo que entre negros houve uma redução de 15,5% e entre não negros de 30,5%, ou seja, a diminuição das taxas

homicídio de não negros é 50% superior a correspondente à população negra.” (CERQUEIRA; FERREIRA; BUENO, 2021, p.49).

Estes dados revelam um processo sistemático, contínuo e concentrado em um grupo racial denotando um genocídio negro. É a expressão máxima da descartabilidade das vidas e da gestão do racismo no Brasil, que também opera de maneiras que parecem mais sutis, mas que desenham este construto moral, político e estético do necropoder colonial. Estes dados analisados em conjunto dão conta de um processo de extermínio da população negra no Brasil. Não é um fenômeno novo; ao contrário, apenas seguimos com o genocídio da população negra brasileira (FERRUGEM, 2019), um processo reiterado, negado e nunca enfrentado pelo Estado brasileiro.

Na arena da luta de classes, o autoritarismo do Estado burguês nunca cessou. Em tempos de paz, empreende guerras que, historicamente carregam a hierarquização das vidas a partir da criação das raças, antes como conceito biológico, hoje como uma categoria analítica. Racismo que sempre se estruturou como forma de eleger os inimigos para guerras de dominação, controle e exploração (ROCHA, LIMA e FERRUGEM, 2021, p.158).

Abdias Nascimento escreveu sobre o processo de genocídio do negro brasileiro no ano de 1978, um ano antes de eu nascer. Hoje, seu livro segue atualíssimo e nos ajuda na compreensão do processo que vivemos no Brasil. Após 43 anos, é necessário denunciar que está em curso, ainda, o genocídio do negro brasileiro (NASCIMENTO, 2016). Como enfrentar este processo, que nunca foi reconhecido como tal e que somos impedidos de nomear corretamente? A negação do racismo ainda é um desafio. A “matança” segue de forma muito mais violenta na atualidade.

Não há uma semana em que não se tenha notícias de um jovem assassinado a caminho do trabalho, na saída de uma festa, um massacre em um baile de comunidade, ou pegando a chave na mochila para abrir a porta de sua própria casa. Ou, ainda, um pai de família chegando em sua própria residência, como Durval, de 38 anos, que foi assassinado por um vizinho de seu condomínio que afirmou tê-lo confundido com um assaltante. Durval, homem negro, morava há 12 anos no mesmo

condomínio, 12 anos não foram suficientes para reconhecerem este homem negro como pertencente àquele condomínio (TORRES; SANTOS; FREIRE, 2022).

Situações como esta estão ocorrendo de forma cada vez mais frequente. Assim como o vizinho não reconhecia aquele espaço como lugar de Durval, o Brasil parece não reconhecer os negros brasileiros como pertencentes a esta terra. A violência do racismo antinegro no Brasil, percorre toda a história deste país, da escravização a negação do trabalho assalariado, da criminalização da capoeira, samba e vadiagem a negligência e a política de morte durante a pandemia de covid-19. Durante o período mais intenso da pandemia, momento que a vacina não era uma possibilidade ainda, as populações mais vulnerabilizadas sofreram múltiplas crises dentro da crise sanitária-social. A ordem para tentar barrar o colapso dos sistemas de saúde era de distanciamento e isolamento social.

As medidas geraram uma imediata suspensão do emprego e desemprego, observa-se a falta de condições para o acesso a alimentação, sobretudo para aqueles que já viviam em extrema pobreza; o crescimento do adoecimento em diferentes grupos sociais e a falta de condições para a prevenção, a exemplo da falta de água para lavar as mãos, medida essencial de prevenção. A crise sanitária trouxe à tona a necessidade de tomar medidas para a proteção dos mais vulneráveis como idosos, encarcerados, moradores de favelas e periferias e população de rua. Promovendo assim um intenso debate em torno da garantia dos direitos humanos essenciais, diante das crises econômicas e sociais face à crise sanitária instalada com a pandemia (XAVIER, 2020, p.21).

Há uma autorização para matar, um poder de gerir a morte. Um acordo tácito, que vigora e se atualiza desde a escravidão, para o qual a guerra às drogas contribui, estabelecendo no discurso social a justificativa para os assassinatos sob o manto de operação de combate às drogas (FERRUGEM, 2019). Nem a “suspensão” desta autorização, através da determinação do Supremo Tribunal Federal de suspensão de operações policiais nas comunidades periféricas durante a pandemia, exigindo antecipação de planejamento e solicitação de autorização para as atividades policiais ostensivas nestes territórios foi capaz de barrar a continuidade destas ações, inclusive com alta letalidade. Neste sentido as medidas de isolamento e imperativo de fique em casa, não foi capaz de proteger as populações vulnerabilizadas.

As medidas geraram uma imediata suspensão do emprego e desemprego, observa-se a falta de condições para o acesso a

alimentação, sobretudo para aqueles que já viviam em extrema pobreza; o crescimento do adoecimento em diferentes grupos sociais e a falta de condições para a prevenção, a exemplo da falta de água para lavar as mãos, medida essencial de prevenção. A crise sanitária trouxe à tona a necessidade de tomar medidas para a proteção dos mais vulneráveis como idosos, encarcerados, moradores de favelas e periferias e população de rua. Promovendo assim um intenso debate em torno da garantia dos direitos humanos essenciais, diante das crises econômicas e sociais face à crise sanitária instalada com a pandemia (XAVIER, 2020, p.22).

A não proteção é uma escolha política, que também diz respeito a um poder de morte. Sobre este poder, Mbembe cunha o conceito de necropolítica, que reivindica a soberania sobre as vidas – não todas, mas sobretudo as racializadas e hierarquizadas como inferiores, como as dos não brancos. “Governar pelo terror já não tem tanto a ver com reprimir e disciplinar, mas sobretudo com matar, seja em massa ou em doses mais contidas. A guerra já não opõe necessariamente exércitos uns aos outros ou Estados soberanos a outros” (MBEMBE, 2017, p.61-62).

Este poder de morte não requer apenas a cessão da vida, mas também a determinação da forma com que estas vidas devem ser vividas, o apagamento destas existências, a cessão do viver. Tal soberania sobre as vidas não se extingue com a morte, ela impera um controle sobre a vida vivida. Um controle que atingiria a subjetividade dos negros, que absorveriam este processo de inferiorização. “Só há complexo de inferioridade após um duplo processo – inicialmente econômico – seguido pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade (FANON, 2008, p. 28). Esta inferiorização de negros, mulheres e demais populações vulnerabilizadas foi um processo que acompanhou a estruturação das cidades urbanizadas, onde:

Uma vez urbanizadas, as sucessivas gerações descendentes dessas massas obrigam-se a sobreviver ou como indivíduos assalariados, disciplinados pelo férreo regime de extração de mais-valia, ou – o que é ainda pior – como legiões de desocupados que compõem a numerosa fração dos excedentes da esfera do trabalho; esses, na ausência de alternativas, obrigam-se a viver das sobras, nos porões da sociedade, submetidos a todo tipo de violência e humilhação social. Esse último grupo concentra a maioria da população negra no Brasil (MENEGAT, DUARTE e FERREIRA, 2020, p.104).

Para Fanon, o homem seria seu próprio corpo, e o corpo o próprio homem. No entanto, este corpo, quando negado pela colonialidade, perderia esta condição e se tornaria uma presença ausente, um estado de ente coisificado. Adentraria uma zona

do não ser e, por conseguinte, tornar-se-ia passível do poder de morte da necropolítica conceituada por Mbembe. Vargas defende que, portanto, o racismo não daria conta de explicar integralmente esta hierarquização que organiza as sociedades capitalistas, para ele a perspectiva de antinegitude se aproximaria mais da realidade.

Assim, ao passo que, da perspectiva do racismo, a discriminação racial é algo que pode ser eliminado ou pelo menos combatido, da perspectiva da antinegitude, essa proposição fica mais complicada. Isso porque, nessa perspectiva, trata-se não apenas de eliminar um conjunto de práticas sociais e institucionais (o racismo), mas de questionar fundamentalmente a própria noção de Humanidade e sua dependência na exclusão daquelas consideradas não pessoas. A antinegitude é constitutiva da Humanidade. Ser humano é não ser negro. Tendo isso em vista, como elaborar políticas públicas, práticas sociais ou noções de ser que questionam o conceito de Humanidade (VARGAS, 2020, p.18)?

Assim a antinegitude seria uma oposição ao não ser, e assim, a necropolítica operaria nesta zona do não ser, eliminando indesejáveis. Necro não apenas na cessão da vida, mas no controle sobre a produção de vida, que passa pelo controle dos discursos e saberes que podem circular, que podem escapar às margens. Num discurso que buscar capturar e trancar as trajetórias negras numa produção discursiva midiática hegemonicamente branco centrada, que retrata os negros e negras em estereótipos de violência, degeneração, subordinação. “Por outro lado, é possível observar a ausência de narrativas que abordem o que é ser negro no Brasil a partir da perspectiva da negritude”. (SILVA e SILVA, 2021, p.27 A colonização hierarquizou vidas quando criou as raças, determinando uma superioridade entre brancos e não brancos, entre o ser e o não ser humano. Nesse cenário, o negro se situa na zona do não ser (KILOMBA, 2019), enquanto o ser é sinônimo de ser branco.

Lamentavelmente, essas ausências se arrastam como herança e demarcam uma hierarquia racial até os dias atuais, especialmente com a força intermitente do modo de produção capitalista, em que as formas de exploração/opressão ganham maior evidência e fundam as bases estruturantes das relações sociais. Estas são estabelecidas em todos os espaços e instituições da sociedade e, portanto, também no âmbito da universidade, lugar historicamente marcado pelo acesso majoritário de pessoas brancas, de posses, com visibilidade e reconhecimento social. Podemos inferir que a ciência também é racializada, na medida em que o conhecimento produzido por negros, indígenas e latino-americanos ainda ocupam a subalternidade, com o saber acadêmico orbitando em torno da produção realizada na Europa. No

Serviço Social não é diferente. A centralidade da produção fica em torno de reflexões a partir da teorização de mundo de um único autor.

Ora, se somos sujeitos históricos, o conhecimento produzido por nós não seria datado, inscrito no tempo histórico vivido? Todas as teorizações necessitam não apenas de novas roupagens, mas de revisões e refutações parciais, inclusive a marxista, a qual ainda recorreremos para compreensão do mundo, mas que sozinha não seria capaz de dar conta do mundo moderno, no século XXI. É preciso compreender por que ainda vivemos em sociedades racializadas? Para isso, as afirmações de que o racismo é um subproduto da desigualdade social, ou uma expressão da questão social, são equivocadas. É insuficiente analisar o racismo apartado das relações econômicas e sociais. Neste sentido, há que se percorrer as relações raciais desde a constituição das sociedades capitalistas a partir da colonização e, por óbvio, a constituição das independências dos Estados Nação latino-americanos.

Como afirma Quijano,

o processo de independência dos Estados na América Latina sem a descolonização da sociedade não pôde ser, não foi, um processo em direção ao desenvolvimento dos Estados-nação modernos, mas uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais (QUIJANO, 2005, p. 123-124).

Portanto, questionar a colonialidade nos espaços e na construção de saber é fundamental para derrubar suas bases estruturantes. Neste sentido, o pensamento negro feminista, embora não se reivindique decolonial, pode ser. Não precisa ser nomeado como decolonialidade, posto que é encarnado no corpo e, portanto, transposto para a escrita. A práxis feminista negra pretende deslocar a produção de saber e, logo, de poder, historicamente reconhecido na produção pelos sujeitos brancos, homens, cisheteronormativos e proprietários reconhecidos como universais.

Ochy Curiel intelectual latino-americana negra ao tecer considerações sobre as dificuldades que as intelectuais negras encontram para terem seus estudos e produções reconhecidas referiu

En esta región, y creo que más allá de ella, el concepto de intelectual ha estado siempre asociado a un sujeto hombre blanco y heterosexual que pareciera produce conocimiento de manera individual. Donde más

se reproduce este imaginario es en las universidades, como instituciones que reproducen la colonialidad del saber. Es decir, donde se reproducen conocimientos que se espera sean objetivos y neutros, poco críticos y poco situados. Es por ello que, en las universidades, en general, pensamientos y prácticas antirracistas, antisexistas, decoloniales son muy pocos. Las personas negras y afros, indígenas, que hemos podido llegar a las universidades son muy pocas por el racismo estructural que es parte de esa colonialidad del saber. Cuando logramos llegar no somos reconocidas como intelectuales, aunque hay excepciones, sino como testimonios o materias primas para el conocimiento que construyen otros sobre nosotras o sobre nuestros pueblos y comunidades. No nos toman suficientemente en serio, no legitiman lo que estamos produciendo, porque aún se cree que no somos inteligentes y capaces para producir teorías, metodologías, conceptos que aporten a las ciencias (SILVA, 2020, p.272).

Quando se chega nos espaços de produção de conhecimento, novas barreiras se impõem, todas no sentido de inviabilizar e ou desconsiderar a produção. Ao produzir reconhecimento afirmadamente situados intelectuais negras e afro-indígenas tensionam a academia que hegemonicamente produz conhecimento situado, mas negando o lugar social a partir do qual o conhecimento foi produzido. Anunciando ou não, o lugar que ocupamos no mundo com as nossas constituições de gênero, de classe, de raça, de sexualidade, geracionalidade e nacionalidade incidem nas nossas epistemologias e inteligibilidades de fazer ciência.

Como pensar a sociedade brasileira em seus movimentos de opressão e resistência sem racializar as classes? Como pensar a classe burguesa sem o racismo? Comumente se atribui a questão social a formação da classe operária e as transformações econômicas, políticas e sociais da capital da Europa do século XIX, compreendida a partir das particularidades na sociedade brasileira.

A “questão social”, seu aparecimento, diz respeito diretamente a generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formação econômico-social brasileira (IAMAMOTO; CARVALHO, 1998, p.125).

Em outros termos, o desdobramento da questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que, de alguma forma, levem em consideração seus interesses (IAMAMOTO; CARVALHO,

1998, p.126). Se a escravidão marcou profundamente a sociedade brasileira, não incidiria igualmente na modulação da questão social? A formação da classe operária não teria suas bases também delimitadas pela classe trabalhadora expropriada de sua vida e força de trabalho que a antecedeu?

Analisar a transformação das relações sociais e econômicas experimentadas em mais de trezentos anos de escravidão em relações pretensamente livres, sem considerar a cor das pessoas que viveram esse longo e conflituoso processo histórico, nos afasta das reflexões que essa transformação engendra e exige (NASCIMENTO, 2016, p.609).

Santos (2012, p.45) aponta que “uma contribuição mais significativa reside em voltar os esforços para entender a ‘questão social’ no Brasil buscando mapear suas particularidades, determinadas pela constituição do capitalismo”. Nesse contexto, não se deve tomar o racismo como mera expressão da questão social. Pondero que, mais que uma particularidade, o sistema escravista, o colonialismo, a colonialidade e suas repercussões na contemporaneidade devem ser consideradas na estruturação da questão social, constituindo seu cerne e parte da “massa” que lhe dá forma.

Cabe referir que, para o trato da questão social nesta tese, não me detive no movimento do capitalismo global, apesar da consciência de que há determinações no capitalismo dependente brasileiro. Minha opção se deve a dois motivos. O primeiro, por uma aposta metodológica para condução da pesquisa que culmina nesta tese de pensar a questão social no Brasil a partir do Brasil, sobretudo um Brasil negro. O segundo motivo é pelo reconhecimento de que a literatura do Serviço Social é vasta acerca do capitalismo mundializado e do trato da questão social a partir das revoluções burguesas, organização da classe operária europeia e os movimentos e crises do capital. Isso de modo algum desmerece a grande valia destes estudos, que tangenciam de alguma forma as análises propostas neste texto. Porém, apenas busco contribuir no que considero ainda uma lacuna na produção da área.

Meu ponto de partida para pensar a relação capital (versus) trabalho é a expansão do capital a partir da escravização e espoliação dos trabalhadores negros trazidos à força da África. Um processo de mercantilização da vida e coisificação da força de trabalho, num processo global que atravessou séculos. Um ensaio para uma globalização do capital, que passaríamos a nomear centenas de anos depois. É a

partir deste ponto que intenciono apreender a questão social no Brasil. De acordo com Iamamoto:

A “questão social” é indissociável da sociabilidade capitalista fundada na exploração do trabalho, que a reproduz ampliadamente. Ela envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condensam múltiplas desigualdades, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (IAMAMOTO, 2008, p.119).

Há concordância com a indissociabilidade da sociabilidade capitalista, mas não partilhamos do entendimento que as disparidades de gênero e étnico-raciais sejam expressões da questão social, e sim estruturantes da mesma. Há um entendimento corrente de que as lutas contra o racismo e o sexismo seriam lutas identitárias. No entanto, é através da raça e do gênero que as pessoas vivenciam a classe social. E este reconhecimento não é uma fragmentação da luta de classe. Ao contrário, a compreensão de que as pessoas vivem e trabalham no mundo a partir de suas diferenças identitárias e são marcadas pelos sistemas de opressão racista e sexista que estruturam o mundo é uma possibilidade real de fortalecimento da luta de classes.

Ao examinarmos a conjuntura vivenciada no país nesse cenário pandêmico, não podemos descolar da análise os elementos que particularizam a relação entre capital e trabalho. Também não podemos desconsiderar o fato de que a questão social brasileira é mediatizada pela questão étnico-racial e, por isso, não é possível compreendermos a primeira, e as expressões que dela derivam, apartando-nos da análise da segunda (EURICO, GONÇALVES e FORNAZIER, 2021, p.89).

Wallerstein nos auxilia na compreensão ao afirmar que:

A economia-mundo-capitalista é um sistema baseado na acumulação contínua do capital. Um dos principais mecanismos que torna isso possível é a mercantilização de tudo. Essas mercadorias circulam em um mercado mundial na forma de bens, de capital e de força de trabalho (WALLERSTEIN, 2021, p.67).

Tudo que restringe esta circulação não é indicado, é contrário ao capitalismo. Qualquer tipo de impedimento para esta mercantilização, ou qualquer sistema de

avaliação destes bens ou força de trabalho que seja diferente de seu valor de mercado, tornaria este item menos vendável. (WALLERSTEIN, 2021). O autor segue:

Portanto, por uma espécie de lógica impecável, qualquer tipo de particularismo, seja ele qual for, é considerado incompatível com a lógica de um sistema capitalista ou, pelo menos, um obstáculo para seu perfeito funcionamento. Consequentemente, em um sistema capitalista é imperativo defender uma ideologia universalista e agir de acordo com ela como elemento essencial na busca incessante de acumulação de capital. Por isso falamos de relações sociais capitalistas como um “solvente universal”, que funciona para reduzir tudo a uma forma de mercadoria homogênea representada por uma simples medida de dinheiro. (WALLERSTEIN, 2021, p.68).

Isso traria como consequências a criação de um sistema meritocrático, que colocaria as pessoas mais competentes na ocupação mais apropriada a elas na divisão internacional do trabalho. A meritocracia não seria só eficiente economicamente, mas uma estabilizadora em termos políticos, aplacando o ressentimento dos que recebem menores remunerações para com aqueles que recebem maiores remunerações, uma vez que a desigualdade na distribuição de remuneração, dividendos e juros – “um capital cada vez mais fetichizado” – (IAMAMOTO, 2007) é fundante no capitalismo histórico, assim como em sistemas históricos anteriores (WALLERSTEIN, 2021).

A justificativa para isto se baseia no mérito, e não na tradição, mais aceitável “moral e politicamente, pela maioria das pessoas, que o privilégio obtido por herança.” (WALLERSTEIN, 2021, p.68). Mas o que de fato ocorre é a tradição do mérito, ou ainda uma perpetuação do mérito, com o capital passando em herança. Há algumas brechas para que, de tempos em tempos, alguns alcancem a fortuna mantendo acesa a falsa sensação de que há de fato espaço e possibilidade para qualquer um alcançar por mérito este patamar. Ainda segundo o autor, “este sistema não é estável do ponto de vista político, e precisamente devido a essa fragilidade política é que o racismo e o sexismo entram em cena” (WALLERSTEIN, 2021, p.69).

Num capital financeirizado em expansão frequente, há um interesse por maximizar a acumulação de capital, minimizando os custos de produção e da força de trabalho, alienando o trabalhador e minimizando as resistências, já que eliminá-las não é possível. O racismo, argumenta Wallerstein, “é a fórmula mágica que concilia estes objetivos.” (2021, p. 70). Operacionalmente o racismo hierarquizou as ocupações e remunerações, relacionando-se com outros critérios ditos sociais. Esta

hierarquização – ou, como denomina o autor, “eticização” da força de trabalho (2021) – variou no tempo histórico de acordo com territórios e grupos específicos, também conforme as necessidades do capital naqueles períodos e lugares.

Ver-se-á que o racismo não se estrutura somente no processo capitalista de distribuição da riqueza, mas fundamentalmente, o racismo se estrutura na própria produção do valor e que em determinada época o racismo se manteve e se reproduziu devido à divisão racial do trabalho, ao desemprego desigual entres os grupos de brancos e negros bem como com a reprodução precária da força de trabalho de negros e negras. (CARDOSO, 2018, p. 25).

Assim, o trabalho seria determinado por essas hierarquizações. E a divisão social, racial e sexual do trabalho sofreria o impacto deste sistema mundo – econômica e racialmente erigido. Nesse sentido, ao resgatarem a trajetória do Serviço Social no Brasil, Yasbek e lamamoto pontuam que

a unidade do movimento de reconceituação assentava-se na busca de construção de um *Serviço Social latino-americano*: na recusa à importância de teorias e métodos alheios à nossa história, na crítica aos fundamentos das abordagens de Serviço Social de Caso, de Grupo e o Desenvolvimento ou Organização de Comunidade. Denunciava-se a pretensa neutralidade político-ideológica da ação de assistentes sociais. Estes assumem o desafio de contribuir na “organização”, “capacitação”, e “conscientização” de segmentos “oprimidos” e “marginalizados” na região, sob a influência da proposta educacional de Paulo Freire e da Teologia da Libertação, dentre outras. (2019, p.44).

Há que se reconhecer este movimento fundamental para a profissão, na busca e construção de um Serviço Social latino-americano. Esse processo só poderá se concretizar à medida que sua práxis seja informada por uma teoria crítica que carregue letramento racial, passando pela compreensão de que a sociedade é racialmente estruturada, assim como racismo e branquitude são sistemas de poder. Reconhecer, desse modo, o colonialismo persistente na sociedade brasileira e assumir o compromisso de contribuir para reparação. Pretendo aprofundar tais questões daqui em diante.

Outro aspecto importante que este resgate das autoras me suscita é a influência que Paulo Freire, importante pensador brasileiro, reconhecido no Serviço Social, carrega em sua teoria do pensamento de Amílcar Cabral e Frantz Fanon, o primeiro político e teórico marxista de Guiné Bissau e o segundo psiquiatra, filósofo

das Antilhas francesas da colônia de Martinica. Intelectuais negros, pouquíssimo estudados no Serviço Social, mas importantes para entender a colonialidade e as lutas e resistências dos subalternos. Ainda em diálogo com as autoras, o modo de vida na sociedade capitalista implica em contradições,

por um lado, a igualdade jurídica dos cidadãos livres é inseparável da desigualdade econômica derivada do caráter cada vez mais social da produção, contraposta à apropriação privada do trabalho alheio. Por outro lado, ao crescimento do capital corresponde a crescente pauperização relativa ao trabalhador, o que se encontra na gênese da “questão social” nessa sociedade. (IAMAMOTO; CARVALHO apud YASBEK; IAMAMOTO, 2019, p.41).

Conforme Silvio Almeida (2018, p. 69), “Nas teorias liberais sobre o Estado há pouco, senão nenhum, espaço para o tratamento da questão racial. O racismo é visto como uma irracionalidade em contraposição à racionalidade do Estado, manifestada na impessoalidade do poder e na técnica jurídica.” A suposta igualdade está enraizada tão profundamente que, mesmo dentro de uma perspectiva crítica, parece impensável a problematização desta liberdade jurídico-burguês, mantendo-se como um ideal a ser conseguido, um pacto social a ser melhorado. Como garantir a liberdade e igualdade a todos em uma sociedade hierarquizada? Ainda conforme Almeida, “raça e racismo se diluem no exercício da razão pública, na qual deve imperar a igualdade de todos perante a lei” (2018, p. 69)

Além da contradição já apontada, se faz necessário contextualizar que a igualdade jurídica carrega outra limitação, anterior à desigualdade econômica. Afinal, desenvolveu-se em uma sociedade hierarquizada oriunda de um sistema escravagista que durou quase 400 anos, colocando parte dos homens e mulheres em condições de humanidade e outros em condição de mercadoria, sem qualquer reparação após a abolição.

O conservadorismo presente no Serviço Social na década de 1930 carregava os valores da sociedade. Portanto, também era impactado pela eugenia que colocava as pessoas negras como incapazes e miseráveis em sua existência. A reconceitualização marcou o rompimento com o conservadorismo, com os valores da igreja e da classe burguesa, passando a aportar seu objeto de intervenção na questão social, ancorada na lei de acumulação do capital, suas desigualdades e resistências.

Mas, assim como boa parte dos intelectuais brasileiros, ou negou o escravismo e as revoluções que culminaram no fim da escravidão ou passaram a discutir a escravidão e a pós-abolição como se os negros estivessem apáticos, inertes e passivos durante todo o processo. Mesmo intelectuais aliados a um pensamento mais de esquerda argumentaram falaciosamente sobre a “não capacidade dos negros”. Embora não filiados explicitamente a ideias eugenistas, o argumento central é o mesmo. Um exemplo é a descrição de Celso Furtado sobre o trabalho livre e a sua responsabilização das pessoas negras pela própria marginalização aos direitos sociais e a expurgação do projeto de grande nação brasileira branca:

Cabe tão somente lembrar que o reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão provocará a segregação parcial desta após a abolição, retardando sua assimilação e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país. Por toda a primeira metade do século XX, a grande massa dos descendentes da antiga população escrava continuará vivendo dentro de seu limitado sistema de “necessidades”, cabendo-lhe um papel puramente passivo nas transformações econômicas do país (FURTADO, 2000, p. 145).

Nessa perspectiva, a dificuldade de integração do negro, expropriado e escravizado por quase 400 anos, com seus descendentes herdeiros da miséria, da falta de reparação histórica e proibidos de frequentar a escola, é colocada como se fosse culpa destas pessoas e não da estrutura racial que criou mecanismos para manutenção da hierarquia racial, como uma polícia forte, sistema penal para criminalização da cultura negra e dos negros que diante da dificuldade de conseguir trabalho assalariado, perambulavam pelas cidades. Nascimento vai dizer que a Lei Áurea não passou de um assassinato em massa:

Atirando os africanos e seus descendentes para fora da sociedade, a abolição exonerou de responsabilidades os senhores, o Estado, e a igreja. Tudo cessou, extinguiu-se todo o humanismo, qualquer gesto de solidariedade ou de justiça social: o africano e seus descendentes que sobrevivessem como pudessem (NASCIMENTO, 2016, p. 79).

Nesse mesmo sentido, segundo Góes,

Para a reorganização da arquitetura racista sob a face da legalidade, perdida com a Lei Áurea, se fazia imperiosa a remontagem do sistema escravista sob novos fundamentos, o que deu início a favelização e ao

encarceramento da massa negra, remontando as senzalas, em termos distintos, mas de sucesso absoluto. (GÓES, 2018, p. 320).

Endossando essa abordagem, Renata Gonçalves aponta que os negros, “Egressos(as) das senzalas, foram encurralados(as) nas áreas mais precárias para fincar suas moradias, constituindo as primeiras aglomerações de favelas e compondo a grande franja de marginalizados(às) criada pelo modo de produção que surgia (GONÇALVES, 2018, p. 517).

As condições provocadas de marginalização e a desigualdade racial até os dias atuais não é a única história dos negros brasileiros. Das senzalas às favelas, sempre existiram luta e resistência, insurgências e criação de sistemas paralelos de existências colaborativas, políticas pautadas sobre outra ética, dentro da sociedade capitalista que prega a competição e a hierarquização das vidas através das opressões. Magali Almeida analisa que

Nas Américas, africanos e seus descendentes viveram e reagiram ao regime escravo por mais de 350 anos. Durante quase quatro séculos ações políticas e sociais foram desencadeadas por mulheres e homens negros e deram lugar as novas expressões de luta contra a exploração do trabalho e as opressões racial, sexual e muitas outras que até os dias atuais insistem em negar “outras” racionalidades expressivas e oponentes à ordem hegemônica. (2011, p. 227).

Movimentos negros sempre foram contra-hegemônicos e sementes para os movimentos sociais que se seguiram. Os quilombos atuaram como sociedades democráticas, plural e equânimes. Silva afirma que, durante todo o período escravista, os quilombos foram a unidade básica de resistência e

o principal elemento de desgaste do regime servil. Ocorria onde houvesse escravidão e caracterizava uma organização da vida social e a estruturação de sistema de defesa. O quilombo constituiu - se como fato no interior político e econômico no interior da sociedade escravista como reação a um sistema de exploração do trabalho organizado pelos próprios sujeitos explorados. O quilombola como fator de redução da margem de lucros que o sistema escravista proporcionava a classe senhorial. (SILVA, 2018, p.128-129).

A força dos quilombos resiste nas favelas e periferias do Brasil, territórios pretos em sua maioria. Diante da negligência do Estado brasileiro com as pessoas durante a pandemia, principalmente os trabalhadores mais pobres, foi a organização,

planejamento e a capacidade de gestão de crise de coletivos populares que evitou que tivéssemos uma crise sanitária ainda mais grave. Muitas comunidades nas periferias fizeram da organização popular uma forma eficaz de enfrentamento da crise sanitária e social. A articulação de comitês, doação de alimentos, distribuição de máscaras, testagens e a pressão popular para que o governo adquirisse vacinas foram fundamentais durante a pandemia. Tecnologia ancestral de sobrevivência diante do descaso e do projeto de genocídio negro do Estado brasileiro.

4.2.1 Necro Estado – A Pandemia tem cor

A pandemia escancarou, um pouco mais, a desigualdade racial que sustenta a desigualdade social no Brasil. Os dados sobre mortes, acesso a saúde, perda de trabalho e renda, insegurança alimentar e trabalho desprotegido demonstraram de maneira contundente que as e os trabalhadores negros e negras estavam mais vulnerabilizados também à covid. Esta realidade suscitou reflexões e estudos por parte também dos assistentes sociais. A revista Políticas Públicas publicou um dossiê especial sobre a pandemia, que continha dois artigos sobre a vulnerabilização da população negra. Estes compõem o total de oito artigos que abordam raça/ racismo e relações raciais ao longo dos números publicados em cinco anos, sendo dois volumes por ano com cerca de doze artigos em cada.

Neste Brasil de 2022, com a contaminação pelo vírus ainda em elevados patamares, mas com a letalidade controlada, as notícias veiculadas nos meios de comunicação são de filas em supermercado para doação de ossos de gado, ao mesmo tempo em que as partes antes descartadas das carnes, por não serem próprias para consumo, viram mercadoria em prateleiras de mercados em regiões do país onde antes eram descartadas como lixo. As famílias sem poder de compra são obrigadas a levar para casa soro de leite ao invés do leite, menos nutritivo, passa a ser comercializado, assim como as misturas com sabor de queijo fingem ser alternativas ao queijo ralado. Produtos reduzem peso, com informações em notas miúdas nas embalagens. Se multiplicam ossos de boi, pés de frango, peles de frango, restos de frios e comidas ultra processadas com baixo valor nutricional, ainda assim alto custo para famílias que sobrevivem com o salário-mínimo sem aumento real ou auxílio sociais irrisórios. A fome no Brasil de 2022 é tratada como insegurança alimentar, mas isso não retira a sensação da ausência de alimentação suficiente para

saciar a necessidade: a fome retornou e coabita no Brasil distópico com recordes nos lucros do agronegócio dos latifúndios e monoculturas. A desigualdade de renda segue em patamares abismais e crescentes. Normalizamos notícias como “Brasil ganha 20 bilionários em ano de pandemia” ou ainda:

Mesmo em meio a uma das mais graves crises econômicas mundiais da história recente, os 42 bilionários brasileiros viram o conjunto de suas fortunas crescer US\$ 34 bilhões nos meses da pandemia, de acordo com a ONG Oxfam com base em dados do ranking de bilionários da revista “Forbes”. Segundo a entidade, o patrimônio líquido dos mais ricos subiu de US \$123,1 bilhões em março para US \$157,1 bilhões em julho deste ano. (UOL, 2021)

Tais notícias dividem as páginas dos portais com outras matérias como a seguinte: “Trinta milhões de brasileiros sobrevivem com um salário-mínimo” (NOTÍCIA PRETA, 2021), que no ano de 2021 corresponde a R\$ 1.100 reais. Somente a cesta básica na cidade de Porto Alegre, por exemplo, estava custando, no mês da independência do Brasil, R\$ 656,92, com preços que sobem semanalmente ainda que o índice da inflação não dê conta de espelhar a realidade do custo de vida real dos brasileiros. Deste total, 20 milhões são brasileiros negros. (NOTÍCIA PRETA, 2021).

De acordo com o IBGE (2021), o número de desempregados no Brasil está em 14,6% atingindo 14,76 milhões de pessoas. A redução de empregos formais revela um número maior de pessoas exercendo trabalho informal, com poucas condições de manutenção de suas necessidades básicas, e “ocupações com vínculos mais frágeis foram as mais afetadas pelo distanciamento social” (SILVA; SILVA, 2021, p. 50).

Nesse momento, se poderia colocar a questão típica do ‘economicismo: tanto brancos quanto negros pobres sofrem os efeitos da exploração capitalista. Mas, na verdade, a opressão racial nos faz constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício. Claro está que, enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou superexploração do negro, a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo, a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam as recompensas materiais e simbólicas mais desejadas. Isso significa, em outros termos, que, se pessoas possuidoras dos mesmos recursos (origem de classe e educação, por exemplo), excetuando sua afiliação racial, entram no campo da competição, o resultado desta última será desfavorável aos não brancos. (GONZALEZ, 2020, p. 169).

Ou seja, a ocupação dos postos de trabalho e o assalariamento atendem a uma divisão sexual e racial do trabalho. Para tanto, basta olhar os dados acerca do salário e renda entre brancos e negros: “considerando todas as rendas, brancos ganhavam, em média, o dobro do que ganhavam negros, em 2015: R\$ 1.589,00 em comparação com R\$ 898,00 por mês” (FÓRUM, 2017, p. 28). Ainda sobre a remuneração, Cerqueira e Coelho analisam a vulnerabilidade socioeconômica das pessoas negras:

A condição de vulnerabilidade socioeconômica dos afrodescendentes, por sua vez, seria resultado de uma persistência na transmissão intergeracional de baixo capital humano, que segue até os dias atuais, como consequência das condições iniciais de abandono, a que a população negra foi relegada logo após a abolição da escravatura (CERQUEIRA; COELHO, 2017, p. 7).

Tal realidade se mostra mais impactante para mulheres negras, que exercem massivamente trabalhos autônomos voltados aos serviços de cuidado, limpeza, reciclagem, entre outros. Este panorama leva a condições de maior vulnerabilidade para o enfrentamento da pandemia e do isolamento social imposto como medida de mitigação da propagação do vírus. Além disso, os estudos vêm apontando que:

Embora o vírus SARS-COV-2 não apresente seletividade contagiosa, os impactos da infecção serão sentidos de maneiras diferentes a depender da raça, classe e gênero. Tais marcadores, em razão das desigualdades produzidas socialmente, afetam as pessoas em diversas áreas das suas vidas para além da saúde (ESTRELA et al, 2020).

Nesse contexto, se verifica uma maior letalidade da população negra e pobre, tanto no Brasil quanto no mundo. Afinal, “o racismo é um determinante social da saúde, pois expõe mulheres negras e homens negros a situações mais vulneráveis de adoecimento e de morte” (GÓES; RAMOS; FERREIRA, 2020, p.2). Na realidade brasileira, a taxa de letalidade de pretos e pardos atingiu o patamar de 55% dos casos e, considerando pretos sem escolaridade, a taxa de morte sobe para 80,35%, enquanto em pessoas brancas ficou em 38%. Esses índices, explicam-se muito mais pela desigualdade racial e social do que por características biológicas, pois, tanto no Brasil quanto em países como Estados Unidos e Reino Unido, raça e classe são marcadores que estão imbricados. Nesse contexto, o racismo e o classismo podem convergir para uma condição de pobreza que influencia nos acessos a direitos e

serviços como moradia digna com espaços ventilados, saneamento básico, segurança alimentar e renda para além do acesso à saúde (BBC NEWS, 2020).

Não se trata apenas de um arrazoado de dados, mas de uma aproximação, através dos dados, das condições de vida da população negra, indígena e periférica no Brasil, uma precarização que se acentuou na pandemia. Em um país erguido sobre a desigualdade racial, esta condição determina as maiores ou menores possibilidades de proteção ao contágio e, quando em situação de contágio, o acesso a cuidados em saúde de maneira ágil e satisfatória. A pandemia foi conduzida como mais uma etapa do genocídio negro. Um processo contínuo e sistemático de investidas contra os negros no Brasil.

As marcas do escravismo colonial estão presentes na exploração do trabalho até os dias de hoje. Cabe a nós reconhecê-las e tensionar a reparação. Reconhecimento implica a análise cuidadosa da realidade social em seus processos históricos. É possível discutir trabalho no país que, durante a maior parte de sua história pós-colonização, expropriou seus trabalhadores sem examinar traços persistentes deste processo na contemporaneidade? Ou, ainda, é possível projetar uma pesquisa ou projeto de atuação acerca do sistema de justiça sem considerar que as primeiras leis criminais no Brasil foram feitas para controlar corpos negros recém libertos?

Compreender o racismo como estruturante da sociabilidade capitalista é considerá-lo a base das relações sociais estabelecidas, o pilar da organização das sociedades capitalistas, em sinergia com a colonialidade, que é o “lado obscuro e necessário da Modernidade” (BALLESTRIN, 2013).

O racismo é persistente. Ele é a forma dominante de controle de recursos, trabalho, capital e conhecimento, atrelando a uma relação de poder articulada pelo mercado capitalista. O racismo segue se transformando, mas guardando em essência a classificação dos seres humanos, hierarquizando-os em importância:

afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou dominá-los. (MBEMBE, 2018, p.18).

Durante a pandemia no Brasil a população negra seguiu como sendo a mais afetada, no entanto a classe trabalhadora de modo geral se viu desprotegida, diante da negligência como política de governo, demonstrada pelo escárnio deboche com as vidas perdidas pelo presidente, a tentativa de imunização de rebanho defendida e posta em prática, eufemismo para o deixar morrer. Um devir negro vivenciado pela classe trabalhadora branca e pobre também, no sentido de experimentar com maior intensidade a gestão e morte feita pelo Estado, a negação da vida como prática cotidiana e incensurável.

Algo que é parte da construção social do negro no Brasil, no entanto, é fundamental afirmar, que embora a negação da vida e a violência de Estado sejam discursivamente e exaustivamente construída como lugar do negro no Brasil, a experiência social do ser negro é infinitamente maior. Não somos e nunca fomos determinados pela violência que o racismo joga em nossos corpos. Não somos determinados pelo racismo. A raça hierarquizou as pessoas, criou o racismo, mas os negros e negras insurgiram em negritude.

Aqui temos um ponto crucial para análise: denunciar as condições em que vive a população negra ainda é urgente, ainda pouco debatido pela área, mas é preciso que se percorra a dialética. Os processos de resistência estão pouco sublinhados na produção de conhecimento do serviço social. Quando se trata sobre a o Sistema Único de Saúde se apaga a contribuição dos movimentos negros em sua reivindicação, formulação e articulação política para efetivação. Bem como a reforma sanitária e reforma psiquiátrica brasileira embranqueceu escondendo expoentes negros e negras da rememoração destas histórias de lutas. Abdias Nascimento já anunciava há mais de 40 anos atrás estes processos como dimensões do genocídio negro.

Como exemplo de que mesmo em denúncia se pode incidir neste apagamento, ou mesmo reiteração de estereótipos racistas. Um artigo que trata sobre saúde mental, com um ponto de vista absolutamente importante, anuncia em seu resumo:

Na atualidade, quando a taxa de urbanização brasileira aproxima-se de 90% e coincide com a crise estrutural do sistema, observamos que a loucura tem maior incidência nos negros, os quais se encontram majoritariamente concentrados nas densas periferias das cidades, com os piores indicadores de habitação, emprego, renda, escolaridade e submetidos a toda sorte de violência. (MENEGAT, DUARTE e FERREIRA, 2020, p. 100)”.

A loucura também é construída socialmente, a precarização das condições de vida da população leva a adoecimentos e sofrimento psíquico intensos, neste sentido a população negra, sobretudo às mulheres estão mais vulnerabilizadas a processos de adoecimento. A loucura tem maior incidência nos negros ou pessoas negras tem piores condições de vida, barreiras de acesso a cuidado em saúde mental e medicalização das opressões? Sublinho estes fatores pois mesmo utilizando intencionalidades diferentes, filiação teórica oposta e crítica a conservadoras e positivistas, a arena da discursividades é luta política já nos ensina bell hooks, e neste sentido se faz importante o cuidado a forma como se enuncia achados, para que nossos estudos críticos sejam indevidamente colocados nas trincheiras de luta opostas a que ocupamos.

Ainda sobre a pandemia, o governo explorou exaustivamente um discurso de que o país afundaria, não pelas mortes de milhares de pessoas e toda a consternação com o período, mas por conta da economia. Uma falsa questão foi enunciada reiteradas vezes: a necessária decisão entre salvar a economia ou salvar as pessoas. Apelando para essa falsa dicotomia, durante os dois primeiros anos da pandemia o presidente em especial insistiu no negacionismo, sempre na tentativa de desinformar e esconder a gravidade da crise sanitária, no intuito de desresponsabilizar-se pela gestão da crise e principalmente pela vida e saúde coletiva. Experimentamos a gestão da morte em ato. Para Achille Mbembe, em entrevista à Folha,

Essa é a lógica do sacrifício que sempre esteve no coração do neoliberalismo, que deveríamos chamar de necroliberalismo. Esse sistema sempre operou com um aparato de cálculo. A ideia de que alguém vale mais do que os outros. Quem não tem valor pode ser descartado. A questão é o que fazer com aqueles que decidimos não ter valor. Essa pergunta, é claro, sempre afeta as mesmas raças, as mesmas classes sociais e os mesmos gêneros. (MBEMBE, 2020).

É preciso demarcar que esta tese foi escrita fundamentalmente durante uma pandemia sem precedentes na história recente da humanidade. Nesse sentido, qualquer que fosse o tema, teria que ser reescrito para que tratasse também acerca desse momento histórico. Como ainda estamos em pandemia (em 2022), parece não haver distanciamento necessário para analisar estes tempos. Apesar disso, é preciso narrar o que passa, tecer análises, mesmo que parciais e embaralhadas, de um testemunhar em ato, em acontecimento. Muito se escreveu sobre a pandemia, ao mesmo tempo que pouco se pôde falar sobre estarmos em pandemia.

Um paradoxo. Ao longo de todo o ano de 2020 e boa parte do ano de 2021, acompanhamos o balanço diário das pessoas que perderam a vida pelo acometimento da doença. Atônitas, as pessoas se posicionavam entre fazer ou não *lockdown*, usar ou não máscara. Muito se disse e pouco se informou. A razoabilidade e a ciência tiveram pouco espaço na polifonia discursiva que corria as casas e as comunicações virtuais. As mensagens disparadas em celulares pautaram hegemonicamente a discussão em muitos momentos.

Sem embasamento científico nem comprovação de eficácia, muitos estabelecimentos comerciais aderiram à aferição de temperatura que se iniciou pela testa, mas que cedeu aos apelos desesperados de quem afirmava que o procedimento, inofensivo e sempre adotado em rotinas de equipamentos de saúde, traria prejuízos cerebrais. Um exemplo real da força das mentiras no país, que se intensificaram durante a pandemia. Parece banal este exemplo, sem qualquer prejuízo para sociedade, mas não é, se considerarmos que este fato teve seu curso modificado a partir de mensagens disparadas por texto em aplicativos de celular, sem qualquer relação com a ciência, e mudou a rotina em todos os estabelecimentos do Brasil. Além de algo mais grave: ter sido considerado proteção e protocolo sanitário ao invés de boas máscaras, item indispensável para a proteção sanitária. Esse é o cenário do Brasil pandêmico. As redes sociais foram utilizadas com ainda mais intensidade, inclusive como instrumento oficial de diálogo do governo do país com a população.

Um terreno sem qualquer mediação capaz de alçar a um discurso oficial e notório qualquer texto fabricado por um leigo em seu celular. Os discursos circulam livremente, inclusive nos canais oficiais do ministério da saúde, responsável por também transmitir informações inverídicas. O governo brasileiro chegou a ser investigado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que apurou a responsabilidade do presidente e de ministros pela morte de mais de 630 mil pessoas até novembro de 2021. Algumas acusações foram desmentidas pelo governo, outras não. Talvez, daqui a uma década, possamos compreender o impacto desta política de destruição ancorada na ignorância no país, de gestão da morte e produção do medo.

Na teoria, o coronavírus pode matar todo o mundo. Todos estão ameaçados. Mas uma coisa é estar confinado num subúrbio, numa segunda residência em uma área rural. Outra coisa é estar na linha de frente. Trabalhar num centro de saúde sem máscara. Há uma escala em como os riscos são distribuídos hoje. (MBEMBE, 2020)

De fato, o vírus não elege classe social, raça e gênero, mas é inegável que os riscos de contaminação são distribuídos desigualmente, as pessoas que historicamente estão às margens da distribuição de renda são as que estão em maior risco. Quem tinha a segurança da renda ou do salário pôde ficar em casa, quem não tinha experimentou o medo e a vergonha de ser apontado como “fura quarentena”, além da vulnerabilidade e exposição ao vírus. A humilhação e o escracho somaram-se à política de governo para controle da pandemia. A máscara passou a ser imprescindível, obrigatória nos espaços coletivos. Entretanto, nunca houve um instrumento de ação governamental para garantir esta proteção, mesmo sendo um investimento absurdamente mais econômico que a internação hospitalar, único investimento de monta realizado, até mesmo em detrimento da vacina.

Em suma, atrasou-se o início da vacinação e possibilitou-se que milhares de pessoas perdessem suas vidas ou adoecessem gravemente, sendo obrigadas a lidar com as sequelas – um tema sobre o qual não há debate. Sob o manto dos curados, milhares de pessoas estão tendo que lidar com sintomas persistentes ou sequelas sem que haja uma política pública consistente para isso. Nesse sentido, as universidades e alguns municípios foram responsáveis por criar serviços especializados para tratarem as vítimas.

O Estado priorizou medicamentos sem eficácia, investindo recursos para a produção, e defendendo seu uso mesmo quando toda a comunidade científica internacional refutou o uso, baseando-se em evidências científicas. Os remédios abarrotam depósitos estatais, esperando o limite de validade e o descarte, já que a quantidade seria suficiente para 30 anos, considerando a demanda de uso. Não é apenas um descarte de medicamentos, é a impossibilidade de pessoas sobreviverem durante a pandemia por falta de oxigênio ou medicamentos necessários para intubação, enquanto os recursos que poderiam garantir tais insumos foram utilizados para medicamentos inúteis.

Vinte e quatro meses de pandemia, dezenas de denúncias de que o governo atentou contra as vidas dos brasileiros, experimentos foram realizados sem a baliza de comitês de ética, superfaturamentos, muitas mortes e perdas. Nesse panorama, o governo segue intacto sem qualquer compromisso com o país e viajando pelo mundo em comitivas enormes incluindo os filhos e aliados do presidente, em hotéis de luxo cuja diária custa cerca de 45 mil reais, conforme apurado pelo portal de notícias Terra (GAYER, 2021).

A centralidade do debate segue sendo os comentários e atitudes tresloucadas do governo, enquanto milhares de pessoas, contabilizadas como curados da covid após alta hospitalar, seguem necessitando de cuidados e buscando redes de apoio entre familiares e nas comunidades para lidarem com sequelas que prolongam indeterminadamente o sofrimento e angústia de lidar com uma doença capaz de provocar a morte.

Dados de um estudo da universidade de Penn State informa que mais da metade dos diagnosticados com covid vão seguir sentindo sintomas até 6 meses depois do diagnóstico (GAÚCHA ZH, 2021). Além disso, há as sequelas que internações longas provocam, exigência de fisioterapia para recuperar movimentos, a qualidade da respiração, fonoaudiologia para recuperar a fala, exames para analisar comprometimento de órgãos e uma infinidade de necessidades em saúde que serão determinadas caso a caso. Com relação a esta demanda crescente para o Sistema de Saúde do país, a política segue sendo a mesma, deliberada negligência e sucateamento do SUS, com o corte de recursos, fechamentos de unidades de saúde e a destruição da política de agentes comunitários de saúde.

Neste sentido, o racismo determina as pessoas que são mais atingidas pela desassistência em saúde, já que são as pessoas negras que são empurradas para as piores condições de vida e de saúde. Estes recursos já não estavam disponíveis antes da pandemia. Além do crescimento da demanda e o represamento de consultas e diagnósticos pela sobrecarga do sistema, é preciso também haver uma disponibilidade da pessoa em percorrer este itinerário terapêutico, com recursos próprios, em meio ao desemprego recorde, à fome e as passagens em patamares elevadíssimos no transporte coletivo.

Importante ressaltar que o Brasil pré-pandemia já vinha enfrentando uma crise econômica e social intensa. Já se faziam sentir os impactos das reformas trabalhista e previdenciária, bem como o previsto na Emenda Constitucional 95/2016, que dispõe sobre o Novo Regime Fiscal. Esse instrumento legal visa o congelamento de recursos investidos, dentro do período de 20 anos, em políticas sociais como saúde, educação, trabalho e renda, comprometendo, portanto, a vida da população, não somente no período atual, mas incidindo também nas futuras gerações.

No início da pandemia já se verificava a intensidade com que o desemprego atingia os trabalhadores. Segundo Silva e Silva (2021, p. 46),

até o final de maio [de 2020] a população ocupada já havia diminuído em torno de 7 milhões de pessoas comparada ao mesmo período do ano anterior, e no acumulado do ano até esse período, já se registrava um saldo negativo de mais de 1,1 milhão de empregos formais.

A taxa de desocupação cresceu para todos os grupos de cor ou raça durante a pandemia, ainda em curso. Considerando-se somente a população negra – homens e mulheres –, essa elevação foi ainda superior: passou de 10,7% (homens) e 13,8% (mulheres) em maio de 2020 para, respectivamente, 12,7% e 17,6% em julho de 2020 (SILVA; SILVA, 2021). Além disso, os brancos ganhavam 73,9% mais do que pretos e pardos, e os homens ganhavam, em média, 27,1% mais que as mulheres.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres, no período anterior à pandemia, já precisavam dedicar o dobro de horas semanais para trabalho doméstico e cuidado com a casa, filhos e familiares em relação aos homens nessas mesmas atividades. Esse nível de exigência que é imposto às mulheres está inscrito na lógica patriarcal de nossa sociedade, na qual elas acumulam o trabalho não remunerado de cuidado ao cumprimento de uma jornada de trabalho externa. Dados da pesquisa *Sem Parar* (GÊNERO E NÚMERO; SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, 2020) revelam que 50% das mulheres entrevistadas passaram a cuidar de um familiar durante a pandemia. Considerando as mulheres rurais, esse percentual se eleva a 62%. O cuidado, uma tarefa complexa, por vezes exaustivas é massivamente executada pelas mulheres, num trabalho contínuo e não remunerado.

4.3 Insurgência em negritude- resistências e afirmações

Discordo da assertiva de que: “Para o(a) negro(a), as únicas oportunidades foram (e têm sido): o trabalho informal, os piores postos de trabalho, as favelas, os cortiços, péssimas condições de vida, o tráfico de drogas, o cárcere, o extermínio. (Santos, Lima e Santos,2020, p.257).” Reposicionaria esta afirmação referindo que apesar da maquinaria do capital racializado tentar empurrar as pessoas negras para as piores condições de vida, as pessoas negras insurgem cavando possibilidades, resistindo se organizando e ocupando espaços nas fissuras que a organização social e política provoca nos sistemas de opressão.

Na intersecção entre raça/etnia, gênero e classe social enquanto produtores da hierarquização entre as pessoas, o ônus do estigma da incapacidade intelectual, da moral rebaixada, da violência nata, das condutas desviantes e da hipersexualização recai sobre os corpos negros. Ao longo da história do Brasil, tais corpos desafiam a ordem vigente, abalam a estrutura de privilégios e produzem formas alternativas de sociabilidade e resistência. As formas de organização e luta são vistas como ameaça pelo grupo dominante, que tende a descrever tais ações como balbúrdia, vandalismo, coisa de “preto”, e, assentado no privilégio da branquitude, contraditoriamente busca adentrar a favela, a periferia, os territórios negros e os espaços de “aquilobamento” como lugar para espiar este “outro”, visto como exótico (EURICO, 2020, p.72).

Tão importante quanto denunciar as desigualdades nas condições de vida, de renda e acesso as políticas públicas, e o genocídio em curso é romper com a visão estereotipada das pessoas negras como um lugar de falta, ausência. Sempre na perspectiva do sofrimento e de quem é infligido por violência de toda a ordem. O racismo antinegro de fato é violento. Assim, como a população negra brasileira é inventiva, visionária e sempre esteve organizada, mesmo em tempos de escravização, quando em diáspora.

*Os africanos aqui chegados, frutos da diáspora, da dispersão africana pelo mundo, contribuíram com seus braços, mentes e corações para a construção deste novo Estado, marcado profundamente pela amefricanidade, da qual tratou Lélia Gonzales (1988). Persistiram, como laços insolúveis, as relações entre os dois lados do Atlântico (ver **Gilroy, 2012**). Por aqui, por anos e anos, por décadas que se prolongavam para aqueles que sustentavam a riqueza sem ter seu quinhão, que prosseguiram sob o julgo do cativo, deste lado do rio, continuava a se tecer no tear da tragédia as estruturas excludentes que se desdobram até os nossos dias (OLIVEIRA, 2021, p.208).*

Esta estrutura excludente, que produz uma espécie de etiquetagem, atribui as pessoas apenas características negativas incide de maneira mais violenta sobre as mulheres negras. Chamadas de “raivosas” quando assertivas, “barraqueiras” quando não aceitam serem silenciadas e tidas como incapazes de organização política, produção discursiva racista e sexista para impossibilitar o acesso aos espaços de poder e decisão, que mesmo ocupando enquanto minoria, a organização de mulheres negras tem incidido e pautado decisões e rumos no Brasil.

Ser negra e ser mulher no Brasil é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo sexismo, pelo racismo e pela classe social a coloca na extremidade da condição subalterna, aqui acrescida ainda pela dimensão territorial. Nessa perspectiva

interseccional, essas mulheres subvertem a ordem e desenvolvem um modo particular de fazer política (NUNES, 2021, p.105).

Sobre esta força em insurgência, Magali Almeida contribui com um importante resgate:

Se você olhar a história das mulheres negras, você vai descobrir que elas sempre se organizaram. Na África você vai encontrar organizações de mulheres negras e quando as mulheres começam a chegar ao Brasil, como escravas, começam a chegar as organizações. Já havia essa história, essa trajetória. Elas já se organizavam à parte dos homens e também juntamente com os homens. Então, o que nos leva à organização na década de 1990 é essa própria história. Apesar de nas literaturas recentes você ouvir e ler que o Movimento de Mulheres Negras se organiza pela falta de espaço entre os negros e entre as mulheres parece que somos um movimento de mulheres que foi levado a isso pela impossibilidade política dos outros movimentos, essa é a primeira leitura que se faz. Mas, na verdade, isso indica que as mulheres negras demandavam um tipo de protagonismo que elas reconheciam em si, ou seja, já havia uma certeza de que a posição de uma mulher negra tem de ocupar em uma organização política não é a uma posição subsidiária. Isso não é porque as mulheres negras das décadas de 1970 e 1980 acordaram, e disseram: Eu quero ser protagonista! Mas é porque existe uma cultura que foi mantida, e eu acredito que não é o ressentimento em relação a um movimento misto ou um movimento feminista, é porque a gente faz organização desde sempre. (ALMEIDA, 2014, p. 108-109).

A pandemia entra em seu terceiro ano (2022), com dados altíssimos de contágio, que felizmente não acompanham em taxas de letalidade, o que pode ser atribuído ao sucesso da vacinação, ainda que, novamente, com boicote declarado do presidente. O chefe do Executivo afirma não ter se vacinado – embora toda a sua família tenha sido imunizada pela vacina e faça coro aos arroubos negacionistas e genocidas do presidente. O governo não criou um plano de contenção, de gerenciamento de crise. Todas as medidas de mitigação foram arrancadas pelos movimentos sociais, pelas pessoas organizadas em coletivos não formais, que mesmo diante da produção do medo, da violência e da negligência deliberada do Estado, criou estratégias para o enfrentamento da crise social, sanitária, ética e política do Brasil. Foram nas periferias que se criaram comitês de crise, como na Favela do Alemão no Rio:

Ativistas tiveram de transformar suas vidas e rotinas para estar diretamente na linha de frente no combate da pandemia. Felipe França, de 28 anos, há mais de 10 anos realiza ações sociais pelo Voz das Comunidades, é um dos integrantes do Gabinete de Crise do Complexo do Alemão e falou sobre como têm sido os quatro meses de ações. “O trabalho vem sendo difícil, não só pelas complicações do vírus, mas também do não entendimento de muitos a gravidade do momento. As declarações infelizes dos governantes também agregam a isso, o pessoal perdeu o medo, “se acostumou”. Por isso, sei que realizamos um trabalho importante, pois poderia ser alguém da minha família precisando dessa ajuda”. Felipe saiu de sua casa por conta dos trabalhos de ações sociais porque com ele moram duas pessoas que fazem parte do grupo de risco. (ANDRADE, 2020).

Foi nas periferias que o país presenciou múltiplas ações e projetos, estratégias de saúde coletiva e combate à fome, muitas destas ações para mitigação dos efeitos deletérios da pandemia e crise social foram articuladas e conduzidas por mulheres, sobretudo negras. Renovando os laços de solidariedade de classe construídos desde as diásporas negras.

A condição de viver em diáspora exigiu a conjugação de laços de solidariedade e constituição de formas de proteção coletivas entre africanos e afrodescendentes. A noção de diáspora inicialmente remete à dispersão secular primeiro de gregos e depois de judeus pelo mundo, devido a sistemáticas perseguições. Nas últimas décadas esta noção tem sido também utilizada por ativistas e pesquisadores/as para explicar a migração forçada de africanos iniciada no século XV em territórios colonizados (COSTA, 2020, p. 73)

Enquanto os intelectuais tentavam analisar a conjuntura, as periferias organizadas leram a realidade, juntaram dados e entenderam que estava em curso um genocídio cujo alvo eram os pobres e negros. A chance era pela coletividade, ações individuais não trariam resultados. A reação do governo, quando veio, foi de responsabilização, medo e proibicionismo, respostas que demonstraram não funcionar na epidemia da Aids ou em outros momentos de crise sanitária. Os imperativos do “fica em casa”, o isolamento e o placar diário da morte televisionado foram as ações. Até carro de som foi colocado nas ruas de algumas cidades gritando em alto-falante para ficar em casa. Ainda que o inegável isolamento e distanciamento

social tenham sido essenciais, quando utilizados encerrados em si mesmo, fortaleceram o sistema de castas brasileiro.

Elas transcendem o local, acessam a cidade, o estado e muitas vezes o país, num movimento permanente em defesa da cidadania dos moradores de seus territórios e na afirmação de uma sociedade democrática e participativa, nos ensinando que é necessário examinar como as experiências participativas dessas mulheres vêm se construindo como espaços de luta no enfrentamento das desigualdades sociais e em prol da sua cidadania e dos demais moradores das favelas onde vivem (NUNES, 2021, p.105).

Como observou Audre Lorde, sabemos que “as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande. Elas podem possibilitar que os vençamos em seu próprio jogo durante certo tempo, mas nunca permitirão que provoquemos uma mudança autêntica.” (LORDE, 2019, p. 137). Mas a compreensão sobre as ferramentas do mestre, os modos de utilização e a renúncia à alienação, tanto quanto for possível, somados à ousadia de enunciar outras realidades, de propor novas perguntas e de insistir transformar a realidade são estratégias de lutas em vida, muitas vezes de uma luta compulsória, posto que é preciso fazer frente ao que te quebra.

Aprendemos com bell hooks que “O mais importante do nosso trabalho – o trabalho da libertação – demanda que criemos uma nova linguagem, que criemos o discurso oposto: a voz libertadora” (2019, p.75). Ou, como ensina Conceição Evaristo, “A nossa ‘escrivência’ conta as nossas histórias a partir das nossas perspectivas, é uma escrita que se dá colada à nossa vivência, seja particular ou coletiva, justamente para acordar os da Casa Grande.” (EVARISTO, 2017).

O ingresso de alunos negros e indígenas em maior número a partir da política reparatória de cotas foi um barulho escutado na Casa Grande. Não à toa, houve levante das elites para tentar impedir e, não conseguindo, desacreditar dessa política afirmativa e reparatória. Ainda hoje há quem questione as cotas, mesmo utilizando argumentos já superados pela realidade, como a queda de qualidade do ensino, argumento construído em cima de bases racistas e classistas.

Embora as políticas afirmativas no campo da educação superior fossem dirigidas a diversos grupos sociais – estudantes de escola pública, indígenas... –, foram as de corte racial que receberam severas críticas por parte da sociedade. Vivia-se o seguinte dilema, propostas afirmativas de corte econômico-social eram mais bem aceitas do que as de corte racial (SALVADOR, 2020, p.212).

As cotas são um importante instrumento das políticas afirmativas, possibilitando que as populações historicamente apartadas das universidades públicas pudessem ingressar, a partir de um instrumento legal que promovesse uma reparação histórica parcial, sobretudo a população negra e indígena, que em sua maioria não acessavam o ensino superior. A educação tem sido uma possibilidade para as classes subalternas confrontarem as precariedades a que são submetidas e ousarem sonhar novas possibilidades. Afirmar isso não é desconhecimento sobre a realidade em que a meritocracia é utilizada como base discursiva para a não garantia de direitos. “O movimento negro teve (e continua a ter) um papel extremamente relevante na luta antirracista em nosso país, inclusive sensibilizando setores não negros” (GONZALEZ, 2020, p. 161), contribuindo com a mobilização para o debate sobre o racismo.

A primeira política afirmativa para a população negra, por decisão do poder público, aconteceu no ano de 2001, com a aprovação, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, de uma política de cotas raciais, com reserva de vagas de 40% para negros e pardos. Duas universidades públicas do Rio de Janeiro, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), instituíram a política de cotas. Foi a partir desses projetos que os debates se ampliaram e a questão da desigualdade, principalmente a étnica e racial, se tornou mais visível (SALVADOR, 2021, p.213).

As cotas raciais são resultado de luta histórica do movimento negro.

4.3.1 Formação de Assistentes Sociais Para Atuação em Uma Sociedade Hierarquizada Socialmente

Na gênese do Serviço Social, na década de 1930, esta população permaneceu escanteada. Diluída na condição de pobre e miserável, tornou-se objeto de uma caridade que, mais do que flertar, estabeleceu ligações perigosas com a política eugenista do Estado brasileiro. Produto histórico das relações sociais, a profissão esteve estreitamente vinculada às ideias da classe dominante e reproduziu ou reforçou o status quo. De um lado, recebeu investidas eugenistas sob o argumento de que, para assegurar moralmente o destino da comunidade nacional, era preciso contribuir para melhorar a raça. De outro, e sem sair do universo ideológico conservantista, a categoria se viu sob o manto do mito da democracia racial, ideologia responsável por propagar a ideia de uma escravidão branda e de uma convivência pacífica entre os povos, não havendo, portanto, no Brasil um problema negro, como se reconhecia existir em outros países. Em ambos os

casos, de harmonia entre as raças e de eugenia, os(as) primeiros(as) assistentes sociais não perceberam que o nó da questão social, núcleo elementar da profissão, residia justamente na ofuscada questão racial (GONÇALVES, 2018, p.515).

As assimetrias raciais que referimos até aqui conformam as assimetrias nas relações de poder, no acesso ao conhecimento e, principalmente, na validação social acerca do conhecimento produzido. Tais legitimações se assentam em falsas díades como universais/específico, neutro/identitário, verdade/depoimento, que não são simples categorizações, mas determinações de poder que estabelecem quem pode falar, quem pode enunciar verdades científicas. Enquadramentos nos quais o universal branco e o conhecimento produzido fora do eixo europeu assumido como específico, recorte ou ainda identitário. Esta hierarquização se constitui como marca insistente e que reitera o colonialismo.

Suspeitamos que o Serviço Social como área do saber também carrega estas marcas e, portanto, para uma práxis antirracista, se faz necessário analisar suas produções a fim de percorrer marcas da colonialidade tão impregnada na academia, lugar privilegiado de produção de saber, que informará a prática e recolherá dela aproximações do real para serem teorizadas. Se olharmos para o real com lentes embaçadas pela colonialidade, as informações que captarmos serão parciais, sem considerar a formação sócio-histórica brasileira. Se, enquanto categoria profissional, optamos por uma direção política que seja intransigentemente contra qualquer tipo de opressão e persiga um novo modelo de sociabilidade, é preciso que:

ao ter como direção política a construção de uma nova sociabilidade, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero, está em consonância com as lutas históricas da população negra contra o preconceito racial e o racismo em suas múltiplas dimensões. Os instrumentos ético-políticos que dão forma a esse projeto, tais como, o Código de Ética profissional e as diretrizes curriculares, afirmam esse compromisso. Entretanto, como em todo processo político, a realidade é mais ampla que o universo do desejo e, muitas vezes, é maior que as lutas já consideradas conquistadas; assim, é preciso superar o hiato ainda existente entre as conquistas já materializadas nas normas e instrumentos legais da profissão – no que se refere à incorporação do tema étnico-racial –, e a sua consolidação na realidade concreta dos processos de formação e de intervenção profissional. (ROCHA, 2014, p. 307).

Partimos do reconhecimento, a partir da teoria social crítica e de uma perspectiva decolonial, que a formação sócio-histórica, política e econômica da

realidade brasileira se constitui a partir de três processos indissociáveis: “a modernidade ocidental eurocêntrica, o capitalismo e o colonialismo” (CURIEL, 2020, p. 32), o que “justifica” a dominação/exploração do trabalho, dos territórios, dos povos e dos recursos ambientais pelo capital.

A imagem abstrata que os estratos superiores que se julgam brancos têm do negro é reflexo dessa realidade social, econômica e cultural na qual ele se encontra imerso. Concluem daí que ele não tem condições para desfrutar a liberdade, pois dissipa-a na cachaça, no amor livre e na maconha. Para esses estratos, o negro desde que conseguiu livrar-se do cativeiro vem demonstrando como, por uma questão de inferioridade congênita, incurável, não tem condições de competir com o branco, que é visto como membro de uma raça mais inteligente, limpo, culto, que pauta o seu comportamento por padrões morais mais elevados aos quais o negro não poderá chegar. (MOURA, 1977, p. 19).

Esta reflexão de Moura pode parecer deslocada a uma primeira leitura, pois quem ousaria referir tal pensamento racista? A potência da reflexão reside justamente neste ponto, à medida que esta imagem é corrente, entranhada na sociedade brasileira, não verbalizada com frequência, mas verificável no mercado de trabalho, no qual os negros são barrados pelo racismo aos postos de comando nas corporações. Outro exemplo: as mulheres pretas com doutorado correspondem a 0,4% do corpo docente na pós-graduação em todo país. Quando somadas, as mulheres pretas e pardas com doutorado, que formam o grupo das negras, não chegam a 3% do total de docentes. (FERREIRA, 2019).

Ainda que entenda que a intelectualidade e a produção de conhecimento ocorram nos diversos espaços da sociedade, que nas favelas se forja o conhecimento ancestral que, inclusive, me leva à academia, não sendo o saber uma exclusividade acadêmica, não posso negar que as universidades são o espaço privilegiado de produção de conhecimento e de detenção do poder da ciência. A universidade é uma produção da colonialidade, erguida para manutenção destas linhas de poder enunciadas por Fanon. Ainda assim, assusta a inexpressiva diversidade racial ocupando este espaço de saber/poder no país mais negro do mundo fora da África.

Supostamente as relações étnico-raciais estão contempladas nos fundamentos da formação e no exercício profissional no Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, que objetiva apreender os elementos constitutivos do processo de desenvolvimento do capitalismo e suas particularidades

no Brasil. Formalmente, a temática também incide transversalmente no Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, que “considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho [...] que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996, p. 12). Todavia, não é isso que vemos efetivado.

A abordagem sobre questões étnico-raciais e de gênero na formação em Serviço Social está fundamentada, entre outros instrumentos jurídico-normativos, nos princípios éticos inscritos no Código de Ética do/a Assistente Social (BRASIL, 2012, p. 23-24), em especial nos seguintes artigos:

- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e autoritarismo;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

É necessário enfatizar e teorizar as bases da opressão e, mais a fundo, como a discriminação pode estar presente no exercício, independente da ação individual do profissional. O arbítrio deve ser combatido e não apenas recusado. Gradativamente, vem se amplificando análise de que a apreensão das relações étnico-raciais brasileiras, pautadas no racismo e na supremacia branca, são estruturantes e, portanto, precisam ser estudadas enquanto estrutura, superando a tematização até então realizada no âmbito da categoria. No ano de 2014, com a realização da Assembleia da ABEPSS, em Natal-RN, por ocasião do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), foi deliberado o compromisso de inserção de temáticas relacionadas às relações sociais de classe, gênero, raça/etnia, sexualidade e geração nos Currículos de Graduação. No que se refere à apreensão das relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades no Serviço Social a ABEPSS afirma:

em uma conjuntura marcada não apenas por conservadorismos, mas reacionarismos e fundamentalismos racistas, misóginos, homofóbicos, criminalizantes e genocidas da juventude negra e dos

povos indígenas no Brasil, acreditamos que a formação profissional de Serviço Social deve estar associada a uma *consciência de classe antirracista, antipatriarcal e anti-heterossexista*, assim como vinculada às lutas dos movimentos sociais (negras/os, indígena, feminista, LGBT e outros). (2016, n.p.).

Dessa forma, contribuem na elucidação dos desafios e perspectivas presentes no cotidiano de trabalho dos/as profissionais, considerando os processos de produção e reprodução da vida social. A urgência de se debruçar sobre a questão racial, ao contrário do que se imagina, não é uma novidade no Serviço Social.

Intelectuais pioneiras e atentas a realidade brasileira indica esta necessidade há pelo menos três décadas. No VI CBAS, que ocorreu no ano de 1989, foram apresentadas as teses: “A questão racial enquanto elemento de uma prática transformadora” (Maria José Pereira, Matilde Ribeiro, Suelma Inês Alves de Deus); “O Serviço Social e os bastidores do racismo” (Magali da Silva Almeida, Fátima Cristina Rangel Sant’Anna). No ano de 1989 três trabalhos introduziam a discussão no CBAS, importante espaço de circulação das produções.

Hoje, ano de 2022, ao percorrer os últimos cinco anos das produções veiculadas nos seis principais periódicos da área temos 59 artigos publicados que tratam sobre raça e racismo, e a população negra brasileira. Sendo apenas dois em 2017, marco inicial da pesquisa documental e 15 no ano de 2021 marco de encerramento do tempo histórico eleito para a pesquisa. Se considerarmos como marco a introdução da temática por estas seis intelectuais para analisarmos a trajetória da discussão pela área, está muito aquém do desejado. Se somarmos a isso o aumento de teses, dissertações e trabalhos de conclusão sobre o tema, deveríamos ter um conhecimento mais robusto circulando nos periódicos, pois este adensamento está sendo feito, embora ainda não hegemonicamente posicionado no âmbito da fundamentação teórica da profissão. Negar a centralidade da racialização do capital e por consequência da racialização da questão social, implica em seguir silenciando as assimetrias raciais e corroborando e reiterando o mito da democracia racial, apontado por Fernandes desde a década de 80.

Destarte, as relações étnico-raciais no Brasil foram historicamente silenciadas, ou instalara-se um verdadeiro mal-estar, posto que o grupo dominante não desejava abrir mão de seus históricos privilégios e lugares sociais. A saída foi ou o silenciamento ou o discurso que retira do campo do conflito e das contradições, em nome de uma harmonia legitimada pelo processo de miscigenação e da democracia racial, a qual afirma que negros

e negras usufruíram de oportunidades e integraram-se à cultura e à comunidade nacional (ZELMA e GOMES, 2018, p.465).

A negação das contradições e dos conflitos gerados pela hierarquia racial impedem de se enxergar a realidade dentro de uma perspectiva dialética e, portanto, de totalidade social. Essa perspectiva que acompanha o movimento dialético da realidade contribui para apreender as relações étnico-raciais e o racismo estrutural como base fundante da vida social, o qual é intensificado pela engrenagem de constituição e funcionamento da sociedade de classes, fundada na ordem da acumulação capitalista. Portanto, não é possível desconsiderar que o tempo presente carrega as marcas da sociedade escravocrata e de um projeto colonialista que ainda persiste. É preciso apreender a questão social em sua indissociabilidade entre classe, raça/etnia e gênero. Assim, para Jacino,

Na perspectiva crítica a questão social não é desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou como traços invariáveis da sociedade humana. Ao contrário, está ligada ao tipo de sociabilidade que é hegemônica no capitalismo, mas que acompanha as especificidades históricas das sociedades capitalistas. Portanto, avançar no debate sobre a questão social no Brasil requer investir na elucidação concreta das relações entre as expressões particulares e as modalidades universais de exploração na sociedade capitalista, considerando a complexa totalidade dos sistemas de mediações, nos quais a lei geral da acumulação capitalistas se realizou no país. (2008, p. 178)

Investir na elucidação das relações entre as expressões particulares inclui, invariavelmente, compreender que a classe trabalhadora brasileira inicia com os trabalhadores expropriados e escravizados. É sob o trabalho e a produção de riquezas que este trabalho gerou, e, mais ainda, a produção de riquezas e lucros a partir do comércio de seus corpos e vidas, que se ergueu o capitalismo dependente brasileiro. Logo, a formação em Serviço Social constitui-se como o lócus privilegiado para este debate, maturando e produzindo novas mediações possíveis que nos permitam mirar o horizonte utópico do projeto ético-político.

Das rebeliões das senzalas aos quilombos, das lutas urbanas às cotas raciais, foram muitas as frentes de lutas do povo negro no Brasil. Passa da hora de essas tantas histórias de resistências emergirem em nossos currículos com vistas à formação de um(a) profissional engajado(a) com um projeto de sociedade que rompa efetivamente com o capitalismo, o racismo e o heteropatriarcado. Ao analisar a produção e a reprodução da vida social no cenário brasileiro para

responder às demandas profissionais em tempos de pandemia, o Serviço Social precisa ter como ponto de partida a análise das profundas particularidades da nossa formação social brasileira (EURICO, GONÇALVES e FORNAZIER, 2021, p.97).

Não se trata da incorporação da temática no âmbito da formação em Serviço Social apenas, mas da compreensão de que a sociedade é classista e racista e, portanto, não é possível apreender as relações sociais sem considerar esta estrutura. “O racismo é parte estrutural de uma racionalidade instituída para ser a norma de compreensão e manutenção das relações sociais” (SILVA, 2018, p. 4). Não só o racismo, mas todas as opressões, marcando inclusive a produção de conhecimento e a circulação e validação de determinadas produções e epistemologias, hoje nomeadas como decoloniais.

Na verdade, mais do que simplesmente lançar uma nova luz, o projeto decolonial busca resgatar pensamentos e autores que já realizavam esse trabalho teórico e que, no entanto, não tiveram a devida importância em seu tempo e lugar, em razão dos próprios processos da colonialidade e da subalternização (ORTEGAL2018, p414-415).

O racismo está na base das primeiras compreensões acerca do povo brasileiro e, portanto, permeia nossa construção sobre a questão social apreendida em suas particularidades brasileiras. Por todo o exposto, a universidade como espaço de trabalho pode ser um ambiente hostil. As barreiras impostas podem ser invisíveis aos olhos da branquitude, mas, concretamente, impõem limitações ao trânsito de saberes não hegemônicos.

Há uma sólida produção sobre as relações raciais no Brasil, a hierarquia racial e as implicações para as pessoas negras e a democracia brasileira. É preciso que se volte para estas produções a fim de reposicionar as bases de sustentação do Serviço Social, de maneira a assumir compromisso com o antirracismo, antissexismo, lgbtfobia, a xenofobia e o imperialismo. Assumir a inércia de boa parte da categoria em não acordar do repouso da supremacia branca em um berço mítico de democracia racial, arriscando-se a escutar o ruidoso som de um país racialmente dividido. Há sim uma tensão racial, é preciso aprender com isso e se movimentar para romper com esta hierarquia.

Enunciados em bandeiras de lutas, cotas raciais em programas de pós-graduação sem revisão de linhas de pesquisa, políticas de fomento, contratação e vinculação de professores, funcionamento de núcleos e grupos de pesquisa, revisão

de bibliografias, tudo isso não é pouco efetivo. A política de cotas deve ultrapassar a tímida reserva de vagas na seleção e ser eixo estruturante dos programas e cursos. É necessário assumir, enquanto categoria e área do saber, que até o momento se foi negligente com a hierarquia racial e a condição dos negros no país. A partir daí serão possíveis a reparação e a efetiva luta antirracista. Não corrigir a rota pode nos colocar no caminho das políticas apaziguadoras, que esvaziam em potência as lutas antirracistas e as insurgências da classe trabalhadora. Se não formarmos profissionais capazes desta leitura crítica de realidade, seguiremos produzindo mais ausências e silêncios que resistências na produção de conhecimentos da área sobre a questão racial como incita à questão social.

4 A GUISA DE CONCLUSÃO– “AINDA ASSIM EU ME LEVANTO”

A frase que dá título à minha tentativa de uma guisa de conclusão é da poeta Maya Angelou, lançada ao mundo em 1978, um ano antes do meu nascimento, e segue como símbolo de resistência e luta. O poema mais conhecido desta mulher fantástica é um hino de força e dignidade. A força com que suas palavras emocionam, mobilizam e inspiram luta, que como nos inspira bell hooks a escrita também é arena de disputa, arena de luta política. Pela escrita se disputa a narrativa da história. Pela escrita, se faz luta antirracista também.

Esta tese se debruçou sobre a produção do conhecimento do Serviço Social acerca da racialização do capital e a apreensão desta angulação analítica na abordagem da questão social no Brasil, com a pretensão de adensar o debate da questão social que considere as particularidades da formação sócio-histórica brasileira, visando contribuir para as estratégias de superação das opressões raciais, de classe e gênero. O objetivo principal foi analisar até que ponto a angulação analítica da racialização do capitalismo contribui para a abordagem da questão social na produção de conhecimento em serviço social.

A tese desenvolvida é de que em um país profundamente estruturado pelo capitalismo racializado, com um violento racismo antinegro que aprofunda ano a ano o genocídio negro manifesto em variadas formas, na morte pelo assassinato, nas piores condições de trabalho para pessoas negras, nas barreiras impostas para acesso a saúde, na negação ao luto pelas violências de Estado, que se fundamenta pela necropolítica, não é possível persistir-se em perspectivas teóricas críticas que virem de costas para a realidade brasileira. Sendo o racismo estruturante da sociedade brasileira e, portanto, da questão social em suas particulares determinações, é de fundamental importância lançarem-se luzes a lateralização das relações étnico-raciais na análise da questão social na produção de conhecimentos sobre os fundamentos teóricos do Serviço Social. Uma vez que esta área não se constitui apartada das relações raciais no Brasil, sustentada pela hierarquia racial e pela colonialidade do saber, a sua produção de conhecimento também está atravessada por estes fatores. A urgência de correção desta rota de verdadeiro atraso têm no debate feminista negro a possibilidade de articulação de fundamentos teóricos insurgentes no Serviço Social não apenas como lente de leitura da realidade, mas como potente chave para construção de uma outra sociabilidade.

Para tanto, tentei tecer uma linha argumentativa em uma lógica de genealogia, que percorreu as historiografias sobre o escravismo, do pós-abolição até o Brasil na pandemia. Parti do pressuposto de que a raça, como ideário filosófico, social e político, organiza as sociedades capitalistas. Enfatizei, especialmente, como o racismo antinegro no Brasil é o cimento que dá base para as desigualdades sociais e suas resistências.

O genocídio do povo negro atravessou a colônia, a república, a democracia, a ditadura, a nova democracia, governos de direita, governos mais alinhados à esquerda e chega neste momento histórico de governo de ultradireita como uma tragédia que choca a população que assiste, em rede nacional, imagens de uma câmera de segurança filmando a violência, a morbidez e o ódio com que um imigrante congolês é brutalmente assassinado a pauladas atrás de um quiosque de praia em funcionamento, mas que descola completamente este assassinato ao racismo estrutural que torna as pessoas negras 80% das vítimas de assassinatos no Brasil.

Diante deste contexto, e por causa deste, considero que o pensamento feminista negro se constitui como uma necessária conceitu-a-ação para os enfrentamentos contra as opressões impostas pelo capital. É no movimento do real que o feminismo negro se erigiu e na realidade que a práxis feminista negra se alimenta, se reorganiza e reorganiza as resistências. São as mulheres negras, suas vivências e conhecimentos situados produzidos que estão à frente dos movimentos negros, movimentos por políticas públicas, por democracia e pela vida durante a pandemia, por exemplo, reivindicando melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

Há muito conhecimento acumulado, elaborado à margem da produção hegemônica na academia. Apesar de desconsiderado por muitos anos, tal conhecimento sempre contribuiu para o pensamento crítico brasileiro e mundial, mesmo que por vezes com autoria em nota de rodapé da história. Busquei apresentar parte desta potente produção na intencionalidade de ajudar no debate e construção de fundamentos teóricos, práticos e ético-políticos que considerem intersecções de gênero, raça e classe, não de maneira a tangenciar o debate, mas de modo a assumi-los definitiva e centralmente enquanto estruturais, assim como estruturam a sociedade racializada de classe.

Para tanto, esta angulação analítica da realidade social deve estar presente na formação profissional, a fim de instrumentalizar os futuros assistentes sociais para um

exercício profissional e ativismo em uma sociedade hierarquizada socialmente. Inserir este debate como central na pós-graduação, atravessando disciplinas, abrindo espaço para novas produções teóricas, empretecendo as bibliotecas, ainda muito servis à casa grande. Considerar que é neste espaço, em grande medida financiado pela classe trabalhadora mais pauperizada, que se formam pesquisadores, professores de Serviço Social, intelectuais.

É o lugar onde há o privilégio de um debate aprofundado sobre a realidade brasileira, a sociedade capitalista, o neoliberalismo, o capitalismo dependente, as opressões que sofrem a classe trabalhadora, temas caros para quem busca compreender para transformar. Espaço que deve ser também para debates oriundos da classe trabalhadora, temas que no cotidiano impedem suas existências, bem como as polifonias no âmbito do conjunto. É possível ter um mesmo projeto emancipador e discordar dos meios para acesso a ele, das ausências e interditos teóricos e das fragilidades conceituais que todo pesquisador carrega e, portanto, a produção de saber carrega. A produção teórico-política que emerge destes espaços só faz sentido se circular e retornar como contribuição social para as periferias.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. África, números do tráfico atlântico. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 57-63.

ALMEIDA, Magali da Silva. **Mulher Negra Militante**: trajetórias de vida, identidade e resistência no contexto da política de ações afirmativas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2011. 2v. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ALMEIDA, M. da S. Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no serviço social. **Argumentum**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 32–45, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15764>. Acesso em: 12 ago. 2022.

ALMEIDA, Magali da Silva; ROCHA, Roseli da Fonseca; BRANCO, Suelma Inês de Deus. Assistentes sociais negras na construção “da virada” do Serviço Social brasileiro. In: SILVA, Maria Liduina de Oliveira (org.) **Congresso da virada e o Serviço Social hoje**: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Necropolítica e Neoliberalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/3prpY8vSHNZccvB67Gt7m6N/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2022.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANDRADE, Matheus. Conheça o gabinete de Crise do Alemão. **Voz das Comunidades**, Rio de Janeiro, 16 jul. 2020. Disponível em: <https://www.vozdascomunidades.com.br/comunidades/conheca-o-gabinete-de-crise-do-complexo-do-alemao/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social**. Vitória: ABEPSS, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Projeto ABEPSS Itinerante. **Estágio Supervisionado em Serviço Social**: desfazendo nós e construindo alternativas. 2014.

BAIRROS, Luiza. III Conferência Mundial contra o racismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 169-170, jan. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100010>. Acesso em: 14 mar. 2022.

BATTISTELLI, Bruna; RODRIGUES, Luciana; FERRUGEM, Daniela. Branquitude e racismo na Universidade: analisando a relação entre práticas de cuidado e práticas de apaziguamento. **Abatirá**, Eunápolis, v. 2, n. 4, p. 549-566, jul./dez. 2021.

Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/abatira/article/view/13095>. Acesso em: 7 fev. 2022.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e Branquitude no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BILGE, S. (2020). **Panoramas recentes do Feminismo na Interseccionalidade**. *Escritas Do Tempo*, 2(6), 238-256. Disponível em: <https://doi.org/10.47694/issn.2674-7758.v2.i6.2020.238256>. Acesso em: 01 de agos. 2022.

BRASIL. **Código de Ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CARDOSO, Francilene do Carmo. **Razão bruta: racismo e necropolítica como gestão de uma sociedade em ruínas**. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1 p. 209-214, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100014>. Acesso em: 14 mar. 2022.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?lang=pt>. Acesso em: 23 fev. 2022.

CÁSSERES, Livia. O racismo como estruturante da criminologia brasileira. In: MAGNO, Patrícia Carlos; PASSOS, Rachel Gouveia (org.). **Direitos humanos, saúde mental e racismo: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon**. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2020. p. 129-143.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz. Democracia racial e homicídios de jovens negros na cidade partida. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. **Texto para discussão 2267**. Brasília; Rio de Janeiro: IPEA, 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7383/1/td_2267.pdf. Acesso em: 14 mar. 2022.

CERQUEIRA, Daniel; FERREIRA, Helder; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2022.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

Collins, Patrícia Hill. Interseccionalidade com Patrícia Hill Collins e Silma Bilge. Tv Boitempo. 31 de março de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GOOCddZsKck> Acesso em: 2 de maio de 2022.

CORREIA, Aline Nascimento Santos. O silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social Brasileiro. In: MARTINS, Tereza Cristina Santos; SILVA, Nelmiros

Ferreira da (org.). **Racismo estrutural, institucional e Serviço Social**. São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2020.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. In: MELO, Paula Balduino de; COELHO, Jaqueline; FERREIRA, Larissa; SILVA, Diene Ellen Tavares (org). **Descolonizar o feminismo: VII Sernegra**. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2019. p.32-51.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ESTRELA, Fernanda Matheus et al. Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3431-3436, set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.14052020>. Acesso em: 21 nov. 2020.

EURICO, Márcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, p. 515-529, set./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.157>. Acesso em: 23 fev. 2022.

EVARISTO, Conceição. Minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra. [Entrevista concedida a] Juliana Domingos de Lima. 'Nexo Jornal. 26 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo-%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99>. Acesso em: 14 mar. 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Gracyelle Costa. **Raça e nação na origem da política social brasileira: união e resistência dos trabalhadores negros**. 2020. 293 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/16398>. Acesso em: 2 fev. 2022.

FERREIRA, Lola. Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia. **Portal Geledés**, 31 mar. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/menos-de-3-entre-docentes-da-pos-graduacao-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>. Acesso em: 14 mar. 2022.

FERRUGEM, Daniela. **Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. 2006. 144f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FÓRUM. **Pesquisa indica que negros ganham metade da renda dos brancos**. 13 nov. 2017. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/direitos/2017/11/13/pesquisa-indica-que-negros-ganham-metade-da-renda-dos-brancos-24110.html>. Acesso em: 15 mar. 2022

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GAÚCHA ZH. **Mais da metade das pessoas que tiveram covid-19 permanece com sequelas por até seis meses, aponta pesquisa**. Porto Alegre, 15 out. 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2021/10/mais-da-metade-das-pessoas-que-tiveram-covid-19-permanece-com-sequelas-por-ate-seis-meses-aponta-pesquisa-ckusj549q005a019meetnwq0u.html>. Acesso em: 13 mar. 2022.

GAYER, Eduardo. Comitiva de Bolsonaro em Dubai inclui filhos e aliados. **Terra**, [s.l.], 18 nov. 2021. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/comitativa-de-bolsonaro-em-dubai-inclui-filhos-e-aliados,a4ce980ffa5ac4195b57d6d1ef3eff50pdcynjat.html>. Acesso em 12 mar. 2022.

GÊNERO E NÚMERO; SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (org.). **Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia**. [S.l.]: GN; SOF, 2020. Disponível em: https://mulheresnapanademia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

GOES, Emanuelle Freitas; RAMOS, Dandara de Oliveira; FERREIRA, Andrea Jacqueline Fortes. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/d9H84fQxchkhfdbwzHpmR9L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 fev. 2022.

GÓES, Luciano. Corpos negros, prisões brancas: discutindo a periculosidade com o criminólogo (?) Frantz Fanon. In: MAGNO, Patricia Carlos; PASSOS, Rachel Gouveia (org.). **Direitos humanos, saúde mental e racismo: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon**. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2020. p. 156-170.

GÓES, Luciano. Entre a abolição e o abolicionismo penal: insurgência marginal crítica por uma sociologia do sistema de controle racial brasileiro. In: GÓES, Luciano (org.). **130 anos de (des)ilusão: A farsa abolicionista em perspectiva desde olhares marginalizados**. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018. p. 313-340.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Vol. I. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GOMES; Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando currículos. In: COSTA, Joaze Bernardino; TORRES, Nelson Maldonado; GROSGOUEL, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Coleção Cultura Negra e Identidade).

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Katálysis**, v. 21, n. 3, p. 514-522, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfRRWwjtFN/?format=html#ModalArticle>. Acesso em: 12 mar. 2022.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latinoamericano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. (Organização de Flávia Rios e Márcia Lima).

GONZALEZ, Lélia. A questão negra no Brasil. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latinoamericano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. (Organização de Flávia Rios e Márcia Lima).

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016.

HEGARTY, Stephanie. Africanos estão sendo impedidos de deixar Ucrânia por 'racismo', diz União Africana. **Portal Geledés**, 1 mar. 2022. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/africanos-estao-sendo-impedidos-de-deixar-ucrania-por-racismo-diz-uniao-africana/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

HOLLANDA, Chico Buarque de. **Ópera do malandro**. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1978.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. **Ensinando pensamento crítico**: sabedoria prática. São Paulo: Elefante, 2020.

hooks, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Mundialização do capital, "questão social" e Serviço Social no Brasil. **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 21, p. 117-140, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2004

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad)**. Principais resultados – 2º trimestre de 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=31478&t=destaques>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ISMÁLIA. Intérprete: Emicida. Participação de Larissa Luz e Fernanda Montenegro. Compositor: Emicida. In: AMARELO. Intérprete: Emicida. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019. 1 CD, faixa 8.

JACINO, Ramatis. **O branqueamento do trabalho**. São Paulo: Nefertiti, 2008.

JESUS, Carolina Maria. Quarto de despejo: diário de uma favelada. [trechos] In: SANTANA, Bianca. **Vozes insurgentes de mulheres negras**. Do Século XVIII a primeira década do Século XXI. Belo Horizonte: Maza Edições, 2019. p.58-62. Disponível em: https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2019/08/web_Vozes_Insurgentes-1.pdf. Acesso em: 14 mar. 2022.

JESUS, Dilma Franclin de. Mulheres negras e o mercado de trabalho. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistentes sociais no combate ao racismo**. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande. In: LORDE, Audre. **Irmã outsider**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 135-140.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e sexo: as mulheres redefinem a diferença. In: LORDE, Audre. **Irmã outsider**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p.141-153.

MAMIGONIAN, Beatriz. Africanos livres. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 71-76.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na “questão social” brasileira. **Temporalis**, Brasília, ano 14, n. 28, p. 113-132, jul./dez. 2014.

MBEMBE, Achille. Entrevista concedida a Diogo Bercito. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 abr. 2020.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE. Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELLO, Laudelina de Campos. Entrevista concedida a Maria Dutra de Lima, na cidade de Campinas, em 1990. In: SANTANA, Bianca. **Vozes insurgentes de mulheres negras**. Do Século XVIII a primeira década do Século XXI. Belo Horizonte: Maza Edições, 2019. p.38-57. Disponível em: https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2019/08/web_Vozes_Insurgentes-1.pdf. Acesso em: 14 mar. 2022.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 1ª ed. São Paulo, Anita Garibaldi, 1994.

MOURA, Clóvis. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1983.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 5ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2014.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607-626, set./dez. 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. Negro e racismo. In: RATTIS, Alex. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NOTÍCIA PRETA. **Dos 30 milhões de brasileiros que sobrevivem com até um salário-mínimo, quase 20 milhões são negros**. [S.l.], 20 nov. 2021. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/dos-30-milhoes-de-brasileiros-que-sobrevivem-com-ate-um-salario-minimo-quase-20-milhoes-sao-negros/>. Acesso em: 13 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais**. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Paris, 27 nov. 1978.

OYÈRÓNKÉ, Oyèwùmí. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. 1ª ed. São Paulo: Nós, 2017.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras: Uma trajetória de Criatividade, Determinação e Organização. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 987-1004, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/8Dwmqbjg8ZbFqPCDqbfswqd/#>. Acesso em: 19 fev. 2022.

ROCHA, Roseli. **Racismo**. Série Assistente Social no combate ao preconceito, caderno n. 3. Brasília: Comissão de Ética e Direitos Humanos do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2016. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

SANTANA, Bianca. **Vozes insurgentes de mulheres negras**. Do Século XVIII a primeira década do Século XXI. Belo Horizonte: Maza Edições, 2019. p.58-62.

Disponível em: https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2019/08/web_Vozes_Insurgentes-1.pdf. Acesso em: 14 mar. 2022.

SANTOS, Ale. Racismo disfarçado de ciência: como foi a eugenia no Brasil. **Super Interessante**, Rio de Janeiro, 19 nov. 2019. Disponível em: <https://super.abril.com.br/especiais/racismo-disfarcado-de-ciencia-como-foi-a-eugenia-no-brasil/>. Acesso em: 11 mar. 2022.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social**: particularidades no Brasil. Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 6. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 2012.

SANTOS, Ynae Lopes dos. Autonomia escrava na formação do Estado nacional brasileiro: o caso do morar sobre si no Rio de Janeiro. **Almanack Braziliense**, n. 6, nov. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11674/13444>. Acesso em: 2 mar. 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Ana Paula Procópio. Resistências negras e amefricanidade: diálogos entre Clóvis Moura e Lélia Gonzalez para o debate antirracista das relações de classe na América Latina. **Fim do Mundo**, Marília, n.4, p. 42-59, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/11677/7067>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SILVA, Ana Paula Procópio da. Racismo estrutural, crise do capital e ofensiva conservadora: desafios à consolidação da igualdade racial nas políticas sociais públicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória, ES. **Anais [...]**. Vitória: ENPESS, 2018.

SILVA, Maria do Carmo Couto da. A redenção de Cam. 21 fev. 2011. In: MARE. **Museu de Arte para a Pesquisa e Educação**. Disponível em: <https://mare.art.br/a-redencao-de-cam/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SILVA, Tatiana Dias; SILVA, Sandro Pereira. Trabalho, População Negra e Pandemia: notas sobre os primeiros resultados da PNAD Covid-19. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 26, mar. 2021. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10520/1/BAPI_26_TrabPopNegra.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

O RAPP. **Todo camburão tem um pouco de navio negro**. Intérprete: O Rappa. In: O RAPP. Intérprete: O Rappa. 1994.

TORRES, Livia; SANTOS, Guilherme; FREIRE, Felipe. Homem morto por vizinho deixou comunidade em São Gonçalo em busca de mais segurança; 'Mais um preto morto', diz irmã. **G1-RJ**, Rio de Janeiro, 3 fev. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/02/03/homem-morto-por-vizinho-deixou-comunidade-em-sao-goncalo-em-busca-de-mais-seguranca-mais-um-preto-morto-diz-irma.ghtml>. Acesso em: 12 mar. 2022.

TUBAMOTO, Fernanda Tiemi. "Kiev não é Iraque ou Afeganistão": racismo e xenofobia na guerra da Rússia. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 2 mar. 2022.

Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2022/03/02/noticia-diversidade,1348968/kiev-nao-e-iraque-ou-afeganistao-racismo-e-xenofobia-na-guerra-da-russia.shtml>. Acesso em: 8 mar. 2022.

UOL. **Fortuna de bilionários brasileiros cresce US\$ 34 bi na pandemia, diz ONG**. São Paulo, 27 jul. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/27/relatorio-oxfam-desigualdade-pandemia.htm>. Acesso em: 22 fev. 2022.

UOL. **Manoel Soares sofre ofensas racistas em ato por justiça a Moïse: Cotovelada**. São Paulo, 5 fev. 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/02/05/manoel-soares-pede-para-o-e-de-casa-nao-mostrar-congoles-sendo-espancado.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 22 fev. 2022.

WALLERSTEIN, Immanuel. As tensões ideológicas do capitalismo: universalismo *versus* racismo e sexismo. In: BALIBAR, Étinne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Raça, Nação, Classe**. As identidades Ambíguas. São Paulo: Boitempo, 2021.

WESTIN, Ricardo. Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios. **Agência Senado**, Arquivo S, n. 71, 14 set. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios>. Acesso em: 15 mar. 2022.

YASBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na História: América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez, 2019.

Apendice 1

Lista de Referências Utilizadas na Pesquisa Documental

- ALMEIDA, M. DA S. Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no serviço social. **Argumentum (Vitória, Espírito Santo, Brazil)**, v. 9, n. 1, p. 32–45, 2017.
- AMARAL, W. R. DO; BILAR, J. A. B. A questao indigena no Servico Social: um debate necessario na profissao/The issue of indigenous peoples in Social Work: a necessary debate in the profession. **Em pauta (Rio de Janeiro)**, v. 18, n. 46, p. 180, 2020.
- ASSIS, J. F. DE. Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica. **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, p. 547–565, 2018.
- BARBOSA, R. R. DA S.; SILVA, C. S. DA; SOUSA, A. A. P. Vozes que ecoam: racismo, violência e saúde da população negra. **Revista Katálysis**, v. 24, n. 2, p. 353–363, 2021.
- BARROSO, M. F. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, p. 446–462, 2018.
- CARVALHO, T. R. DE; VERÇOSA SILVA, M. C. Representações e literatura infantil. **Ser social : revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília**, v. 19, n. 41, p. 355–384, 2018.
- CARVALHO, S. C. D. S. Eurocentrismo e Racismo. **Ser social : revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília**, v. 19, n. 41, p. 296–313, 2018.
- CISNE, M.; CASTRO, V. V.; OLIVEIRA, G. M. J. C. DE. Unsafe abortion: a patriarchal and racialized picture of women's poverty. **Revista Katálysis**, v. 21, n. 3, p. 452–470, 2018.
- CORATO, C. Formacao social brasileira: interface com as relacoes raciais/Brazilian social formation: connection with race relations. **Em pauta (Rio de Janeiro)**, v. 18, n. 46, p. 38, 2020.
- COSTA, G. Trabalhadores negros na origem da politica social brasileira/Black laborers at the beginning of Brazilian social policies. **Em pauta (Rio de Janeiro)**, v. 18, n. 46, p. 68, 2020.
- DOS SANTOS, J. F. DE A. Enfrentamento a violencia obstetrica: contribuicoes do movimento de mulheres negras brasileiras/Confronting obstetric violence: contributions from the black Brazilian women's movement. **Em pauta (Rio de Janeiro)**, v. 19, n. 47, p. 154, 2021.
- EURICO, M. C. Da Escravidão ao Trabalho Livre. **Ser social : revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília**, v. 19, n. 41, p. 414–427, 2018a.
- EURICO, M. C. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, p. 515–529, 2018b.
- EURICO, M. C. Tecendo tramas acerca de uma infancia sem racismo/Weaving the threads of a childhood without racismo. **Em pauta (Rio de Janeiro)**, v. 18, n. 45, p. 69, 2020.

EURICO, M.; GONÇALVES, R.; FORNAZIER, T. Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 140, p. 84–100, 2021.

FAGUNDES, G. G. O racismo no caso brasileiro e as raízes da superexploração do proletariado negro/Racism in the Brazilian case and the roots of the overexploitation of the black proletariat. **Em pauta (Rio de Janeiro)**, v. 18, n. 45, p. 55, 2020.

FERRUGEM, D. Guerra as drogas?/Drug War? **Em pauta (Rio de Janeiro)**, v. 18, n. 45, p. 44, 2020.

GOMES, D. DE O.; BRANDÃO, W. N. M. P.; MADEIRA, M. Z. DE A. Justiça racial e direitos humanos dos povos e comunidades tradicionais. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 2, p. 317–326, 2020.

JESUS, L. G. DE; COSTA, M. R. Impactos do Racismo na Subjetividade de Indivíduos Negros. **Ser social : revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília**, v. 19, n. 41, p. 314–335, 2018.

JULIANO, D. C. R. DE S. O genocídio da juventude negra brasileira: luta pelo direito a vida e o Serviço Social/The genocide of black Brazilian youth: struggle for the right to life and Social Work. **Em pauta (Rio de Janeiro)**, v. 18, n. 46, p. 148, 2020.

LIMA, J. L. S.; SILVA, M. L. L. DA. Racismo, trabalho e Previdência Social no Brasil/Racism, work and Social Security in Brazil. **Em pauta (Rio de Janeiro)**, v. 18, n. 46, p. 85, 2020.

LIMA, N. D. F.; CORDEIRO, R. DE L. M. Aborto, racismo e violência: reflexões a partir do feminismo negro/Abortion, racism and violence: reflections from the perspective of Black Feminism. **Em pauta (Rio de Janeiro)**, v. 18, n. 46, p. 101, 2020.

MADEIRA, M. Z. DE A. Política de igualdade racial na realidade cearense/Racial equality policy in Ceara, Brazil. **Em pauta (Rio de Janeiro)**, v. 18, n. 45, p. 148, 2020.

MADEIRA, Z.; GOMES, D. D. DE O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, p. 463–479, 2018.

MARQUES JUNIOR, J. S. O “equivoco” como morte negra, ou como “naturalizar” balas racializadas. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 2, p. 366–374, 2020.

MARTINS, T. C. S. Oposição entre as Lutas anticapitalista e antirracista. **Ser social : revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília**, v. 19, n. 41, p. 275–295, 2018.

MENDONÇA, E. DA S.; ARANHA, M. L. M. Política de cotas raciais: instrumento de promoção de equidade e justiça social/Racial admission quota policy: instrument for the promotion of equity and social justice. **Em pauta (Rio de Janeiro)**, v. 18, n. 45, p. 180, 2020.

MENEGAT, E. M.; OLIVEIRA DUARTE, M. J. DE; FÁTIMA FERREIRA, V. DE. Os novos manicômios a céu aberto: cidade, racismo e loucura/The new open sky asylums: city, racism, and madness. **Em pauta (Rio de Janeiro)**, v. 18, n. 45, 2020.

MOCELIN, C. E.; GROSSI, P. K. Protagonismo negro, educação antirracismo e os quilombolas urbanos como “outros sujeitos”: uma problematização necessária/Black protagonism, anti-racism education and urban quilombolas as “other subjects”: a necessary problematization. **Em pauta (Rio de Janeiro)**, v. 18, n. 46, p. 226, 2020.

NUNES, N. R. DE A. Mulher de favela: interseccionalidades e territorialidades/Favela woman: intersectionalities and territories. **Em pauta (Rio de Janeiro)**, v. 19, n. 47, p. 103, 2021.

OLIVEIRA, P. R. DE. A herança africana e a construção do Estado brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, n. 141, p. 204–223, 2021.

ORTEGAL, L. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, p. 413–431, 2018.

PASSOS, R. G. “O lixo vai falar, e numa boa!” **Revista Katálysis**, v. 24, n. 2, p. 301–309, 2021.

PASSOS, R. G.; MOREIRA, T. W. F. Reforma Psiquiátrica brasileira e Questão Racial. **Ser social : revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília**, v. 19, n. 41, p. 336–354, 2018.

PAULA, A. B. DE. Serviço Social, educação e racismo: uma articulação necessária/Social Work, education and racism: a necessary articulation. **Em pauta (Rio de Janeiro)**, v. 18, n. 45, p. 165, 2020.

PEREIRA, L. L.; SANTOS, L. M. P. Programa Mais Médicos e Atenção à Saúde em uma comunidade quilombola no Pará. **Argumentum (Vitória, Espírito Santo, Brazil)**, v. 10, n. 2, p. 203–219, 2018.

PINHEIRO, C. L. F.; SOARES, M. DE L. A lei de cotas por um fio: o retrocesso social atual/Universities’ admission quotas in danger: the current social setback. **Em pauta (Rio de Janeiro)**, v. 18, n. 45, p. 196, 2020.

ROCHA, A. P.; LIMA, R. DE C. C.; FERRUGEM, D. Autoritarismo e guerra às drogas: violência do racismo estrutural e religioso. **Revista Katálysis**, v. 24, n. 1, p. 157–167, 2021.

SALVADOR, A. C. O papel protagonista do Pre-Vestibular para Negros e Carentes in affirmative policies—the experience of Brazilian higher education. **Em pauta (Rio de Janeiro)**, v. 18, n. 45, p. 211, 2020.

SAMPAIO, S. S.; MENEGHETTI, G. Entre a vida e a morte: Estado, racismo e a “pandemia do extermínio” no Brasil. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 3, p. 635–647, 2020.

SANTOS DE OLIVEIRA, J. M. Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais. **Ser social : revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília**, v. 19, n. 41, p. 385–397, 2018.

SANTOS, G. A. DOS; CARDOSO, P. F. G. Povos ciganos e Serviço Social: um necessário diálogo para o debate étnico-racial/Gypsies and Social Work: a necessary dialogue for the ethnic-racial debate. **Em pauta (Rio de Janeiro)**, v. 18, n. 46, p. 196, 2020.

SANTOS, T. F. S. DOS; ALARCÓN, M. B. DA R.; ROCHA, E. F. DA. Avaliação de fenotipo: a participação do assistente social Phenotype evaluation: the role of social workers. **Em pauta (Rio de Janeiro)**, v. 18, n. 46, p. 212, 2020.

SANTOS ROSA, L. C. DOS; GUIMARÃES, T. DE A. A. O racismo na/da política proibicionista brasileira: redução de danos como antídoto antirracista/Brazilian prohibitionist policy's racism: harm reduction as an anti-racist antidote. **Em pauta (Rio de Janeiro)**, v. 18, n. 45, p. 27, 2020.

SILVA, E. L. DA; SILVA, J. A. DA. Contribuições gramscianas sobre raça, identidade cultural e velhice na perspectiva de Stuart Hall. **Revista Katálysis**, v. 20, n. 1, p. 57–64, 2017.

SILVA, H. C. B. DA; LIMA, T. C. S. DE. Racismo institucional: violação do direito à saúde e demanda ao Serviço Social. **Revista Katálysis**, v. 24, n. 2, p. 331–341, 2021.

SOARES, I. P. Ainda guardo o direito de algum antepassado da cor: luta quilombola brasileira. **Revista Katálysis**, v. 21, n. 3, p. 574–583, 2018.

SOARES, M. R. P. Lutas e resistências quilombolas no Brasil: um debate fundamental para o Serviço Social/Quilombola struggles and resistance in Brazil: a fundamental debate for Social Work. **Em pauta (Rio de Janeiro)**, v. 18, n. 46, p. 52, 2020.

SOUZA, D. H. DE; PEREIRA, L. L. Formação profissional e debate sobre a questão racial no curso de Serviço Social da UnB: percepção das/os formandas/os e egressas/os do curso/Professional training and debate on racial issues in the social work course at the University of Brasília: perception of graduates and alumni. **Em pauta (Rio de Janeiro)**, v. 18, n. 45, p. 224, 2020.

SOUZA, D. K. R. DE; ORTEGAL, L. R. Epistemologias da igualdade. **Ser social : revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília**, v. 19, n. 41, p. 428–438, 2018.

XAVIER, L. Racismo: criminalização e genocídio da população negra. Quando vamos começar a respirar?/Racism: criminalization and black population genocide. When are we going to start breathing? **Em pauta (Rio de Janeiro)**, v. 18, n. 46, p. 18, 2020.